SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL:

Desafios contemporâneos

Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti

(Organizadora)

Atena Editora

Ano 2022

SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL:

Desafios contemporâneos

Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti

(Organizadora)

Atena Editora

Ano 2022

Editora chefe
Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Editora executiva
Natalia Oliveira
Assistente editorial
Flávia Roberta Barão
Bibliotecária
Janaina Ramos
Projeto gráfico
Bruno Oliveira
Camila Alves de Cremo
Daphynny Pamplona
Luiza Alves Batista
Natália Sandrini de Azevedo
Imagens da capa
iStock
Edição de arte
Luiza Alves Batista

CIÊNCIAS
HUMANAS
E SOCIAIS
APLICADAS

Atena
Editora
Ano 2022

Serviço social no Brasil: desafios contemporâneos

Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Maiara Ferreira
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizadora: Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S491 Serviço social no Brasil: desafios contemporâneos / Organizadora Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2022.

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-65-258-0491-0
DOI: https://doi.org/10.22533/at.ed.910220809

1. Serviço social. 2. Questão social. I. Cavalcanti, Soraya Araujo Uchoa (Organizadora). II. Título.

CDD 360

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access, desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce,* ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

APRESENTAÇÃO

A coletânea *Serviço social no Brasil: Desafios contemporâneos* é composta por 07 (sete) capítulos produtos de pesquisa, relato de experiências, análise documental, dentre outros.

O primeiro capítulo apresenta os resultados da pesquisa acerca da particularidade da formação do Estado burguês brasileiro a partir de uma análise pautada em Gramsci. O segundo capítulo discute a experiência vinculada à extensão universitária no contexto da saúde pública, enquanto atividade indissociável ao ensino e pesquisa em uma Instituição de Ensino Superior – IES.

O terceiro capítulo apresenta a análise das condições de trabalho dos catadores de materiais recicláveis e a capacidade organizativa desse grupo com vistas a defesa e ampliação de direitos. O quarto capítulo apresenta os resultados da pesquisa acerca da inserção do Programa Minha Casa Minha Vida no território.

O quinto capítulo apresenta os resultados da pesquisa de doutoramento em Serviço Social acerca da particularidade da perícia social em Serviço Social. O sexto capítulo discute os resultados da pesquisa acerca da gestão de demandas socioambientais e a organização da população de bairros.

E finalmente o sétimo capítulo que analisa as políticas públicas voltadas para o povo refugiado e *os desafios enfrentados pelos refugiados no Brasil,* ao tempo em que busca elencar possíveis soluções.

É nesse cenário que o leitor é convidado a conhecer e discutir as pesquisas e as discussões vinculadas de modo a reverberar no cotidiano de trabalho contribuindo assim para a qualidade dos serviços prestados à população na atual conjuntura.

Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1

A FORMAÇÃO DO ESTADO CAPITALISTA BRASILEIRO PELA VIA PASSIVA

Data de aceite: 01/09/2022

Ana Karoline Nogueira de Souza
Universidade Federal da Paraíba
João Pessoa- Paraíba
http://lattes.cnpq.br/2118537485119498

Claudia Maria Costa Gomes
Programa de Pós-graduação em Serviço Social
da Universidade Federal da Paraíba
Lattes: 5143270196084477

RESUMO: Este artigo tem como objetivo principal analisar a particularidade da formação do Estado burguês Brasileiro, verificando se esse processo caracteriza-se pelo conceito gramsciano de revolução passiva. Sendo assim, tem a perspectiva crítica de análise da realidade como norteadora das reflexões que serão aqui desenvolvidas. A partir das aproximações ao objeto supomos que, o processo de constituição de um Estado burguês no Brasil, por meio de uma modernização pelo alto, desdobra-se na relação que passa a ser estabelecida entre a classe dominante e os subalternos.
PALAVRAS-CHAVE: Estado; Revolução Passiva; Capitalismo Brasileiro.

THE FORMATION OF THE BRAZILIAN CAPITALIST STATE THROUGH THE PASSIVE WAY

ABSTRACT: This article has as main objective to analyze the particularity of the formation of the Brazilian bourgeois State, verifying if this process is characterized by the Gramscian concept of passive revolution. Therefore, it has the critical perspective of reality analysis as a guide for the reflections that will be developed here. From the approximations to the object, we assume that the process of constitution of a bourgeois State in Brazil, through a modernization from above, unfolds in the relationship that starts to be established between the dominant class and the subordinates.
KEYWORDS: State; Passive Revolution; Brazilian Capitalism.

1 | INTRODUÇÃO

Este artigo apresenta parte dos resultados das pesquisas desenvolvidas no âmbito do Grupo de Estudos e Pesquisa em Economia Política e Trabalho (GEPET/UFPB). Partimos do pressuposto que o Estado capitalista que se molda no Brasil a partir de 1930 revela os elementos de um processo decorrente de uma revolução passiva, isto é, de uma revolução burguesa pelo alto.

Nesse sentido, concentra esforços em compreender a problemática da formação do Estado burguês na particularidade brasileira. A partir das análises de uma constituição não-clássica, considerar-se-á os debates travados em torno desse tema entre os estudiosos da formação social brasileira que estão alinhados a vertente crítica de análise da realidade.

A explicação desse processo será guiada pela categoria revolução passiva, desenvolvida

nos *Cadernos do Cárcere,* entre o conjunto de notas escritas pelo comunista sardo, Antônio Gramsci[1]. A sistematização em torno desse tema concentra-se principalmente no *Caderno 19* (1934-35)[2], no qual aborda de maneira mais detalhada o processo do *Risorgimento Italiano*.

Cabe esclarecer que a referida categoria não é utilizada de maneira aleatória, estabelece-se as devidas mediações, em razão das semelhanças entre as duas nações, tanto no tocante a condição da revolução burguesa realizada, quanto no que se refere ao desenvolvimento do capitalismo. Portanto, o que se considera como um processo de revolução passiva é a ascensão da burguesia ao poder do Estado sem passar por um processo revolucionário que altere hermeticamente as bases do modo de produção.

Portanto, o objetivo nesse artigo consiste em fazer uma leitura da singularidade desse momento da constituição do Estado burguês Brasileiro, retomando elementos que já foram analisados outrora por estudiosos da formação social Brasileira e evidenciando os possíveis aspectos que ficaram obscuros.

2 | ELEMENTOS PARA COMPREENDER A REVOLUÇÃO PASSIVA EM GRAMSCI

A temática do *Risorgimento Italiano* colocava-se como uma das grandes problemáticas de estudo para Gramsci, no seu esquema de temas de interesse no cárcere fascista. Importava ao italiano marxista estudar as relações que possibilitaram o desenvolvimento da burguesia italiana até 1870, sendo esta também uma das temáticas mais tardias das que foram trabalhadas.

No período que antecede a unificação da península italiana, já era possível visualizar a movimentação dos elementos históricos externos e também nacionais que culminam em tal acontecimento. Considerando essa construção como um processo, que não ocorre de maneira abrupta, faz-se necessário entender o jogo de forças envolvidas, os interesses e as influências.

O conceito de revolução passiva foi formulado por Gramsci a partir da elaboração de Vicenzo Cuoco, que interpretou a revolução napolitana de 1799 como um processo de revolução passiva, considerando que esse processo revolucionário teria sido provocado por acontecimentos externos, a exemplo da revolução francesa e as guerras napoleônicas. Em Gramsci o conceito de revolução passiva ainda aparece como uma chave de interpretação

1 Antônio Gramsci (1891-1937) era militante do Partido Comunista Italiano, foi preso político do regime fascista, com a ascensão de Mussolini ao poder. Foi preso em 1926, mas apesar da condição carcerária e da censura, recebeu autorização para escrever. Utilizou um total de 33 cadernos escolares, de tipo capa dura (divididos metodologicamente pelo próprio Gramsci em 17 Cadernos Especiais, 12 Miscelâneos e 4 de tradução), sendo que essas anotações atingem, aproximadamente, 2.500 páginas impressas.

2 A datação dos *Cadernos* que aparece ao longo desse trabalho está baseada no índice remissivo, conforme a proposta de G.Francioni, que integra o volume 6 da Edição Brasileira. Com base nos estudos filológicos (método de estudo proposto pelo próprio Gramsci), a indicação bibliográfica segue o formato: o número do Caderno será subsequente a indicação da letra "C" e o parágrafo será a numeração correspondente ao símbolo "§".

não apenas para a denominada Era do *Risorgimento*, mas também para uma "[...] época complexa de transformações históricas." (GRAMSCI, CC 15, § 62, p.331)

Cabe ainda destacar que na elaboração desse conceito, Gramsci se apropria da concepção de revolução-restauração de Edgar Quinet (1803-1875)[3], uma vez que considera que a cada período de expansão, a revolução passiva é acompanhada de um movimento de retração. Nesse sentido, o conceito aparece nas notas dos *Cadernos* associado a pares conceituais dialéticos que expressam uma "revolução sem revolução" (GRAMSCI, CC 19, §24, p.63)

Percebe-se a partir das notas carcerárias redigidas pelo comunista sardo, que existem dois elementos principais da revolução, um deles é a restauração e o outro é a inovação. Para Gramsci esses elementos se caracterizam como uma dialética histórica, diferentemente da dialética de Croce[4] (chave positiva da revolução passiva)[5].

No CC 4 § 57 percebe-se que Gramsci compreende o conceito de revolução passiva de Cuoco a partir das influências de eventos internacionais para a revolução Italiana. Desse modo, coloca-se a possibilidade de analisar outros Estados que se modernizaram sem passar por um processo revolucionário de tipo jacobino, embora aconteçam movimentos internos não alcançam uma alteração estrutural. Desse modo, serve como "[...] critério de interpretação, na ausência de outros elementos ativos de modo dominante" (GRAMSCI, CC15, § 62, p.332).

Nesse sentido, pode-se dizer que em Gramsci a reformulação do conceito assume uma amplitude maior, possibilitando a leitura de acontecimentos a nível mundial. Uma vez que, apesar do *Risorgimento* ter acontecido na particularidade do Estado Italiano, simultaneamente ao momento da unificação do Estado nacional, ocorreram processos semelhantes em outros Estados nacionais por influência das guerras napoleônicas na França.

Tendo em vista que a França influenciou o movimento de organização das forças nacionais Italianas para o seu processo revolucionário, pode-se dizer que esse tipo de revolução passiva na Itália só tornou-se possível em

razão da modernização dos Estados Europeus ter acontecido no mesmo período da restauração Francesa. Uma vez que

> [...] o período da "Restauração" é o mais rico de desenvolvimentos: a restauração torna-se a forma política na qual as lutas sociais encontram quadros suficientemente elásticos para permitir a burguesia chegar ao poder sem rupturas clamorosas, sem o aparelho terrorista francês. (GRAMSCI, CC

3 A associação entre o conceito de revolução passiva de Cuoco e o de revolução restauração de Quinet, aparece na edição Italiana de Valentino Guerratana nos *Quaderni* 8, §25, p.957.

4 "Partindo da perspectiva da 'dialética dos distintos' Croceana, o conceito de revolução passiva ou 'revolução-restauração' é considerado enquanto síntese da conciliação de dois momentos: o da tese e o da antítese. Sendo que a tese é conservada na síntese. Desse modo, o momento da conciliação seria a base para a concepção de revolução-restauração, para Gramsci. Então, a revolução sem revolução é o movimento por meio do qual a sociedade muda ao longo da história, prescindindo o momento da luta, por meio de conciliações pelo alto." (NOGUEIRA, 2017, p.27-28)

5 Pode-se dizer que a concepção positiva relacionava-se a uma leitura do processo de revolução passiva com base na concepção liberal, segundo a qual considera o elemento histórico de forma mecânica e não como uma referência.

10, §61, p.426).

Compreende-se que, a Restauração nesse momento cumpre o papel de um certo envoltório político que permite a modificação das relações sociais fundamentais na Itália sem uma ruptura com as velhas classes dominantes. Estas por sua vez, sob uma nova aparência, são responsáveis pela direção do processo de modernização do Estado. Desenvolve-se novas relações políticas, conformando um novo Estado através do reformismo.

No tocante ao papel do Estado, as notas escritas no CC 15 §59 indicam um fenômeno de grande importância para o conceito de revolução passiva, Gramsci diz "[...] que não seja um grupo social o dirigente de outros grupos, mas que um Estado, mesmo limitado como potência, seja o 'dirigente' do grupo que deveria ser dirigente e possa pôr à disposição deste último um exército e uma força político-diplomática" (GRAMSCI, CC 15, §59, p.329).

Nesse sentido, considera-se que o Estado estaria na condição de subserviência da classe dominante. Mas, deve-se atentar para o fato de que nas notas carcerárias Gramsci evidencia o pensamento que uma classe deve ser dirigente, antes mesmo de ser dominante. Nos termos do autor,

> [...] pode e deve haver uma atividade hegemônica mesmo antes da ida ao poder e que não se deve contar apenas com a força material que o poder confere para exercer uma direção eficaz: de fato, a brilhante solução destes problemas tornou possível o Risorgimento nas formas e nos limites em que ele se realizou, sem "Terror", como "revolução sem revolução", ou seja, como "revolução passiva", para empregar uma expressão de Cuoco num sentido um pouco diverso de Cuoco (GRAMSCI, CC 19, §24, p. 63).

Numa via contrária aos outros países que já haviam passado por esse processo, como é o caso da França que teve como protagonista principal o elemento da efervescência popular, elemento unitário, esse fator esteve ausente na Itália. Desse modo, as alianças que pouco se estabeleceram com a população ocorreram quando o poder já estava ocupado.

A partir de 1870 o processo histórico da revolução passiva passa a ser relacionado ao transformismo, conforme é descrito nos escritos carcerários, mais especificamente no CC 10 §12, "[...] transformismo como uma forma da revolução passiva no período de 1870 para frente". Gramsci ainda aponta no CC19 §36 esse processo como uma das formas históricas da revolução passiva, referente ao movimento de formação do Estado moderno Italiano.

Nesse contexto, os Moderados possuíam uma direção mais consolidada e homogênea do que o Partido de Ação, sofrendo oscilação limitada na sua direção. Contraditoriamente, o Partido de Ação apresentava-se com uma direção que oscilava conforme os interesses dos Moderados, pois não contava com o apoio de classes históricas.

A fase original do fenômeno denominado de transformismo ocorreu com o momento

da passagem de elementos novos do Partido de Ação para o Cavournismo, após 1848[6], resultando na modificação da composição das forças moderadas. (GRAMSCI, CC 15, §11, p.317). Isso expressa o momento da unificação dos partidos do *Risorgimento.*

Gramsci realiza uma divisão desse processo em dois períodos: 1)1860- 1900, caracterizado como o transformismo molecular, com a passagem de personalidades individuais do Partido de Ação para os Moderados. 2) A partir de 1900, marcado pela passagem de grupos inteiros ao campo dos Moderados. Entre esses dois períodos, ainda considera-se um período intermediário, que vai de 1890 à 1900, quando uma massa de intelectuais adere aos partidos de esquerda, que na verdade eram democráticos.

Portanto, com esforço de síntese, é possível elencar algumas características consideradas fundamentais para uma melhor elucidação da revolução passiva: 1) movimento marcado pela ausência de uma iniciativa popular unitária, não implica uma total eliminação das movimentações nacionais, mas estas são eventuais, ou seja, o elemento jacobino é ausente; 2) O desenvolvimento italiano acontece como reação das classes dominantes ao subversivismo esporádico, elementar e não orgânico das massas populares. De modo que o impulso a modernização é simultâneo à reação; 3) Nos períodos das restaurações, que acolhem certa parte das exigências que vem de baixo (e por isso, são caracterizadas por Gramsci como restaurações progressistas), percebe-se o atendimento de alguns dos interesses dos subalternos.

Faz-se necessário destacar também a estrutura econômica nacional que se desenvolve na Itália a partir das relações internacionais, embora se coloque de maneira desfavorável quando comparado o fator econômico dos países de capitalismo central. Nesse sentido, Gramsci indica que,

> [...] É certíssimo que a introdução e o desenvolvimento do capitalismo na Itália não ocorreram segundo um ponto de vista nacional, mas segundo estreitos pontos de vista regionais e de grupos restritos, e em grande parte não cumpriram suas tarefas, determinando uma emigração patológica, nunca reabsorvida, e cuja necessidade jamais cessou, arruinando economicamente regiões internas. (GRAMSCI, CC 19, §7, p. 45)

Desse modo, na passagem para a economia moderna, o capitalismo não se desenvolve de forma única em toda a península da Itália, mas contraditoriamente, assume manifestações particulares no tocante as regiões. A desigualdade se evidencia entre o norte industrial e o Sul Campesino e Rural.

O que se evidencia nos escritos de Gramsci é a manifestação da revolução passiva e a abrangência que a mesma pode assumir nas realidades internacionais. Também pode-se destacar o movimento dialético e simultâneo das formações econômicas capitalistas e os

---

6 Nesse período, o Partido de Ação era liderado por Giuseppe Mazzini (1805-1872), que havia proposto uma solução republicana unitária contra a estratégia do monarca Camillo Benso di Cavour (1810-1861), principal líder do Partido Moderado. Nesse embate, houve uma modificação progressiva na composição anterior das forças dos moderados devido a entrada dos novos elementos do Partido de Ação. Assim, o Partido dos Moderados ficou caracterizado como Cavourismo em referência ao seu principal líder, Cavour.

elementos políticos da revolução passiva, ao passo em que estes últimos se implementam, altera reformisticamente o plano de produção.

A partir das análises realizadas no tocante ao processo de desenvolvimento do capitalismo, têm-se observado que em geral, com ressalvas em alguns casos, os países que passaram por um processo de revolução passiva estão submetidos a uma relação de dependência econômica que configura uma forma particular de configuração do capitalismo.

Portanto, dada a possibilidade de analisar sob à luz da categoria revolução passiva o processo de constituição do Estado em outros países, que possuem uma realidade econômica e social semelhante a Itália, esse estudo volta-se para a singularidade da formação do Estado burguês Brasileiro.

3 | O CARÁTER PASSIVO DA REVOLUÇÃO BURGUESA BRASILEIRA

Com o objetivo de extrair da realidade as determinações e as contradições que permitam capturar o fenômeno do problema investigado, partimos da hipótese de que, a partir da Revolução de 1930 as alianças de classe realizadas entre as grandes oligarquias agrárias e a nascente burguesia industrial caracterizou-se como uma revolução passiva. Esse movimento serviu como uma estratégia de manutenção da hegemonia e em decorrência desse processo houve uma crescente desorganização das classes subalternas, conformando a relação que se estabelece entre o Estado e a sociedade civil.

Nesse sentido, as discussões formuladas em torno da problemática de uma revolução burguesa, não realizada de maneira jacobina (no sentido mais erudito do termo), apresentam-se como consenso na literatura que se produziu com o objetivo de compreender a formação social brasileira desde o século XX. É certo que a compreensão que se alcança é que esse movimento criou uma Burguesia nacional que era inexistente anteriormente.

O que se evidencia nas análises que tratam dessa problemática em estudo é que o desenho das relações entre as classes sociais hegemônicas brasileiras assume um novo contorno a partir da crise econômica de 1929, que funciona como uma espécie de catalisador da correlação de forças na luta de classes.

Conforme apontam Iamamoto e Carvalho (2013), o que acontece no processo decorrente da crise de 1929 e que desencadeia com a revolução em 1930 é uma crise de hegemonia. Desse modo,

> [...] estabelecendo-se o chamado "Estado de compromisso", que numa situação de depressão econômica deverá tomar iniciativas tendentes a garantir a reprodução do capital e as taxas de acumulação das diversas frações burguesas, integrar os setores de classe média urbana, ampliando as bases de sua participação política e econômica, e **estabelecer mecanismos de controle e desorganização do movimento popular em crescimento**. (IAMAMOTO e CARVALHO, 2013, p.160, grifo nosso).

Nesse sentido, é válido destacar que há uma controvérsia nas interpretações dos

autores brasileiros acerca da década de início desse processo, como também no tocante a relação da burguesia industrial com o setor agrárioexportador.

> [...] Em que pesem as diversas e contraditórias interpretações acerca do golpe de 1930, cabe reconhecer que a orientação política já nos primeiros anos daquela década primou pelo fortalecimento do setor industrial à medida que subordinou os interesses do setor agro-exportador à necessidade de um novo ordenamento jurídico-institucional que garantisse tempos pacíficos para a reprodução do capital.[...] O movimento de 1930 não foi exclusivamente uma saída política para o esgotamento do modelo oligárquico, mas , também, uma resposta contra a ascensão das classes trabalhadoras.(DIAS e BOSI, 2005, p.50)

Nesse sentido, no processo decorrente da Revolução de 1930 há um predomínio da nascente burguesia industrial sobre as oligarquias agrárias, sem que estas sejam extirpadas do poder. Apesar do leque de discussões que tem sido realizado em torno desse momento histórico, esse aspecto se apresenta como o mais relevante nas análises do caso Brasileiro.

A partir dos últimos trinta anos do século XX, os intelectuais vinculados à tradição marxista se debruçaram para interpretar a singularidade do desenvolvimento do capitalismo brasileiro, passando a utilizar como aporte teórico as elaborações de Lênin e de Gramsci. As fórmulas explicativas utilizadas para os casos da Rússia e da Itália, respectivamente, sob a denominação de “via prussiana” e de “revolução passiva”, ofereceram os subsídios para a explicação da transição para o capitalismo pela “via não-clássica[7]”. Trata-se de fértil debate teórico e histórico sobre o conceito de capitalismo tardio.

Por via prussiana entenda-se o processo por meio do qual,

> conservam-se a massa principal da grande propriedade fundiária e os pilares da antiga “superestrutura”; nessa hipótese, o papel dirigente caberá ao burguês e ao latifúndio liberal-monárquicos, os camponeses ricos logo lhe darão apoio; a massa camponesa verá deteriorada a sua situação: não apenas será expropriada em enorme escala, mas ainda escravizada pelos vários sistemas de resgate propostos pelo democratas-constitucionalistas, abandonada e embrutecida pela reação; os testamenteiros de semelhante revolução burguesa seriam políticos assemelhados aos outubristas (LÊNIN. 1982, p. 10)

Nesse sentido, pode-se dizer que para Lênin a via prussiana caracterizava um tipo específico de desenvolvimento do capitalismo que não passa por rupturas revolucionárias. A burguesia emergente vai se integrando às classes hegemônicas do antigo regime, conservando as velhas relações de dominação e exclui as camadas populares.

Com esforço de síntese no que se refere às categorias de via prussiana e via passiva, Coutinho (1988) indica que a chave de explicação pela “via-prussiana” se detém

7 Entende-se por via clássica o processo revolucionário de transição para o capitalismo mediante uma ruptura estrutural, tanto do ponto de vista da estrutura produtiva, quanto das classes hegemônicas em determinado período histórico, a exemplo dos casos da Inglaterra em 1642 e da França em 1789. Esse movimento ainda é marcado pela realização de uma reforma agrária. Entre os estudos sobre a realidade brasileira, nesse período, essas categorias se apresentavam conjuntamente nas análises de Carlos Nelson Coutinho, Luiz Werneck Vianna e Marco Aurélio Nogueira.

aos aspectos da infraestrutura e não possibilita uma compreensão efetiva dos elementos da superestrutura. Enquanto a via passiva concentra-se no elemento da superestrutura, com destaque para o âmbito político, subsidiando as análises do caminho brasileiro para o capitalismo[8].

Nesse sentido, pode-se afirmar que o processo de transição da república velha (1889-1930) no Brasil, aconteceu conservando as velhas oligarquias no poder, de modo que a burguesia emergente não rompe estruturalmente do ponto de vista das classes hegemônicas. O que se coloca como elemento fulcral desse estudo é o pacto de classes que se realiza no movimento "revolucionário" de 1930 e que resulta na consolidação do Estado burguês. Em outros termos,

> [...] a expansão do capitalismo no Brasil repousará, essencialmente, na dialética interna das forças sociais em pugna; serão as possibilidades de mudança no modo de acumulação, na estrutura do poder e no estilo de dominação, as determinantes do processo. [...] Entre essas duas tensões, emerge a revolução burguesa no Brasil. O populismo será sua forma política, e essa é uma das "especificidades particulares" da expansão do sistema. Ao contrário da revolução burguesa "clássica", a mudança das classes proprietárias rurais pelas novas classes burguesas empresário-industriais não exigirá, no Brasil, uma ruptura total do sistema, não apenas por razões genéticas, mas por razões estruturais. Aqui, passa-se uma crise nas relações externas com o resto do sistema, enquanto no modelo "clássico" a crise é na totalidade da economia e da sociedade (OLIVEIRA, 2006, p.63).

A estrutura econômica arcaica brasileira reflete nas novas formas de trabalho perpetuando a mão de obra barata, necessária para o aumento dos lucros e o "novo" modo de produção vai se fundamentando nessas contradições. Esse movimento dialético entre o arcaico e o moderno que conforma uma das controvérsias nelvrágicas da sociedade brasileira, com uma formação sócio-histórica marcadamente particular em relação aos países de capitalismo central.[9]

Nos Estados que se constituíram através de uma modernização pelo alto - fenômeno concebido por Gramsci como "revolução passiva" - a dominação de classe é mais autoritária, isto é, ela desorganiza e absorve reiteradamente as lideranças das classes subalternas no aparelho de Estado, impedindo-as de ter maior expressão na política nacional.

Nesse sentido, para compreender as particularidades do processo que resultou na composição de um Estado burguês no Brasil, coloca-se como prerrogativa o estabelecimento das mediações necessárias que configuram tal quadro e não uma leitura mecânica dos

8 Entre as explicações que foram elaboradas para elucidar essas categorias, com base na tradição marxista, Gramsci considera o significado do conceito de estrutura de maneira histórica e não especulativa, como sendo "[...] o conjunto das relações sociais em que os homens reais se movem e atuam, como um conjunto de condições objetivas que podem e devem ser estudadas com os métodos da 'filologia' e não da especulação." (GRAMSCI, CC 10, §8, p. 296). Desse modo, por superestrutura compreende-se que "[...] as ideologias não criam ideologias, as superestruturas não geram superestruturas a não ser como herança da inércia e de passividade: elas são geradas não por 'partenogênese', mas pela intervenção do elemento 'masculino' – a história- a atividade revolucionária que cria o 'novo homem, isto é, novas relações sociais" (GRAMSCI, 2011, p.195)

9 Esses elementos são opostos aos ideais liberais de igualdade, liberdade e fraternidade que se proclamava na revolução burguesa clássica da França em 1789.

acontecimentos nacionais. A exemplo disso é importante considerar as relações políticas fragilizadas que se constituem e se perpetuam.

Nas *Teses sobre o Brasil moderno* (2004), Otavio Ianni destaca que as interpretações disponíveis sobre o pensamento social no Brasil[10] tendem a priorizar um setor da sociedade ou "[...] formular visões de conjunto, integrativas, buscando as linhas mestras da história nacional" (IANNI, 2004, p. 41). Adverte como uma das interpretações recorrentes, aquela que entende o Estado como demiurgo da sociedade, aonde a sociedade civil aparece como um subproduto, pouco organizada ou, na acepção gramsciana, gelatinosa. Entre tais intérpretes, figuram desde arrogantes, "com inflexões fascistas", até os que reconhecem a dinâmica das forças sociais subalternas.[11] Explica,

> Inspiram-se no modelo jurídico-político europeu de Estado-nação, com influências americanas (liberalismo, constitucionalismo, divisão dos três poderes, democracia e cidadania): Essa é a visão da história de boa parte das 'elites' deliberantes e governantes, visão esta na qual está implícita ou explícita a ideia de que o povo, enquanto coletividade de cidadãos, precisa ser criado e tutelado, de cima para baixo (IANNI, 2004, p. 44).

Os estudos sobre a realidade Brasileira apontam que a modernização do Estado, por meio da qual se configurou efetivamente um Estado burguês, ocorreu mediante um processo histórico e dialético entre a permanência e a mudança. Isso implica que, do ponto de vista político e das relações sociais decorrentes desse acontecimento, remete a uma interpretação gramsciana da revolução burguesa brasileira como revolução passiva, a exemplo do caso da Itália no período do *Risorgimento* Italiano.[12]

Desse modo, uma leitura do Brasil será subsidiada pela via passiva, uma vez que tal categoria qualifica um tipo específico de revolução burguesa, marcada pela ausência de iniciativa popular. Uma vez que se tem percebido esse tipo de revolução acontecer com mais frequência no que se convencionou chamar de periferia do capitalismo.

A conjuntura do período entre 1930-1945 no Brasil é marcada por essa conformação, com a consolidação do Estado novo e o processo de industrialização da economia. Esse momento também foi caracterizado pela efervescência da organização política e sindical dos trabalhadores e dos movimentos sociais.

No estudo das relações entre Estado e Sociedade Civil e suas interrelações de poder, a interpretação marxista mais fecunda, notadamente, é a concepção do comunista italiano, Antônio Gramsci, que irá desenvolver um original estudo a partir dos conceitos basilares de Marx, Engels e Lênin, no intuito de pensar a sociedade civil e sua relação com o Estado, tanto da sociedade italiana quanto das sociedades capitalistas avançadas de

10 Inspirados nos escritos de Caio Prado Júnior, aparecem Nelson Werneck Sodré, Leandro Konder, Carlos Nelson Coutinho, entre outros, além de escritores como Euclides da Cunha, Lima Barreto e Graciliano Ramos.

11 Nessa linha de pensamento, segundo o autor, podem ser identificados Alberto Torres, Oliveira Viana, Francisco Campos, Hélio Jaguaribe, Bolivar Lamounier, entre outros.

12 Nas notas carcerárias verifica-se que Gramsci não restringe a categoria *revolução passiva* para a explicação do momento da unificação do Estado Italiano e da sua configuração como Estado burguês. Mas, também foi utilizada para esclarecer acontecimentos como o Fascismo e no âmbito da produção como o caso do Americanismo-fordismo.

seu tempo.

Seguindo esse viés analítico e arcabouço categorial gramsciano, esse estudo busca identificar os elementos que caracterizam a formação do Estado burguês brasileiro como revolução passiva. Associado a isso, também identificar o papel que os intelectuais exercem no processo de dominação, com recorte ao elemento de força e de consenso.

Se observarmos o período da Era Vargas (1930-45) podemos visualizar um processo de constante inovação-conservação no âmbito político e econômico. Por um lado, os resquícios das velhas oligarquias agrárias conservam-se hegemônicos e se modernizam pela conciliação com a nascente burguesia industrial; por outro lado, as formas produtivas se modernizam com o processo de industrialização, mas mantém a finalidade de garantir a lucratividade, combinando-se formas arcaicas e modernas de espoliação dos trabalhadores.

As alianças firmadas com os setores de agroexportação possibilitaram a passagem para o capitalismo industrial, marcado pelo fim do período republicano mediante um processo gradual. Desse modo, esse processo possui os traços da revolução passiva, que altera o Estado molecularmente e mantém o equilíbrio das alianças realizadas entre a burguesia industrial e a agroexportadora desde o período do império de forma conservadora.

> A revolução passiva se verificaria no fato de transformar a economia ‘reformisticamente’ de individualista para economia de segundo um plano (economia dirigida) e o advento de uma ‘economia média’ entre aquela individualista pura e aquela segundo um plano integral, permitiria a passagem a formas políticas e culturais mais progredidas sem cataclismos radicais destrutivos de forma arrasadora. (DEL ROIO, 2009 *apud* GRAMSCI, 1975, p.1089).

Posteriormente, no CC15 §56, referindo-se ao processo do *Risorgimento* Italiano como uma revolução passiva, Gramsci aponta com um maior detalhamento o processo de mudança molecular, de modo que os protagonistas desse movimento são os fatos e não os homens individuais,

> [...] Como sob um determinado invólucro político, necessariamente se modificam as relações sociais fundamentais e novas forças políticas efetivas surgem e se desenvolvem, as quais influenciam indiretamente, com pressão lenta mais incoercível, as forças oficiais, que elas próprias, se modificam sem se dar conta, ou quase. (GRAMSCI, CC 15, § 56, p.328)

Gramsci sempre observa na história um momento de propulsão e outro de retração, de modo que na revolução passiva isso é simultâneo e não diacrônico. Ademais, Gramsci faz uma crítica a leitura positiva[13] que se desenvolve em torno da tese da revolução-restauração, porque elimina-se o elemento histórico do movimento dialético.

Do ponto de vista da materialidade que esse processo assume e considerando o movimento dialético da realidade, pode-se dizer que a revolução passiva é um processo

13 A essa positivação do conceito de revolução passiva, leitura realizada pelos liberais como o Croce, compreende-se que não está relacionada ao momento do Positivismo nas Ciências, como se pode pensar. O que se coloca é o fato de tal conceito ser interpretado como possibilidade de revolução das classes subalternas.

de negação da revolução jacobina. De certo modo, põe fim ao movimento de forças sociais revolucionárias e decapta esse segmento do processo revolucionário que toma o poder do Estado.

Como suscetível de interpretação de “[...] qualquer época complexa de transformações históricas”, é imprescindível atentar-se para o elemento histórico do conceito de revolução passiva, considerando-o de modo dialético. Nesse sentido, a revolução passiva não assume um aspecto de programa positivo “[...] mas como critério de interpretação, na ausência de outros elementos ativos de modo dominante” (GRAMSCI, CC 15, §62, p.332).

É preciso levar em conta que o processo político de passivização também é marcadamente uma característica decorrente da formação social brasileira. Essa configuração, do ponto de vista das classes subalternas, é apontada como um fato que se verifica com o movimento de superação de uma fina casta estamental para o patamar de cidadão. Desse modo, não se percebe historicamente a demarcação de uma insurreição popular que possibilite uma ascensão ao poder estatal mediante uma alteração na estrutura das classes sociais, o que acontece, em outros termos é que,

> Rompendo a fina casca estamental, o homem possessivo de mercado assume sua irrestrita apetitividade. [...] O homem burguês, no seu perfil clássico, erige-se como a personalidade básica das elites dirigentes. Importa pouco o seu ranço aristocrático, como, de resto, sucedeu com o exemplo clássico dos aristocratas ingleses nos séculos XVI e XVII (VIANA, 1976, p.92).

No Brasil, assim como no caso Italiano, não se verificou no momento de formação de uma burguesia no poder do Estado, o protagonismo decorrente da unificação das camadas populares. No entanto, percebe-se que o progresso aparece como resultado da reação dos dominantes ao subversivismo esporádico e elementar dos grupos subalternos, atendendo certa parte das exigências dessas camadas populares. Ou seja, “[...] uma revolução passiva reordena o conjunto das classes dominantes incorporando novos elementos, atraindo parte de suas direções e desarticulando a força antagônica.” (DEL ROIO, 2009, p.100)

Para Florestan Fernandes, a revolução burguesa brasileira particulariza-se por ocorrer num país de capitalismo dependente e pelo fato de não seguir uma via clássica, consequentemente não se constituiu uma superestrutura política de tipo “liberal-democrática”. Desse modo, percebe-se que a revolução burguesa brasileira, qualificada como uma “revolução passiva” (GRAMSCI, CC 19), é pertinente das economias de capitalismo dependente e periférico, diferente de países que realizaram revoluções do tipo clássicas.

As relações que sustentam a estrutura estatal decorrentes de um movimento de revolução passiva se expressam de forma fragilizada, refletindo nas intervenções que essa instituição pode assumir. Isso é o resultado das alianças forjadas entre as classes hegemônicas, bem como a problemática da unificação dos setores populares por fatores culturais e ideológicos, entre outros, que assim como na Itália, o Brasil passa pela mesma

adversidade.

Cabe também fazer um destaque para o caráter tardio em que se realiza a revolução burguesa no Brasil, quando comparada aos países que compõem o núcleo central do capitalismo.

> [...] as revoluções burguesas ‘atrasadas’ caracterizam-se pelo fato de que a sua direção política foi monopolizada por burguesias conservadoras e dependentes que, ao fechar o circuito político à participação dos setores populares e selar uma associação estratégica com o imperialismo, acabaram por perpetuar a dependência e o subdesenvolvimento. A dificuldade enfrentada pelas revoluções burguesas que eclodem dentro dos marcos da dependência é que as condições históricas externas e internas restringem dramaticamente a possibilidade de conciliar capitalismo e integração nacional (SAMPAIO Jr, P. A., 1999, p.71).

Sabe-se que as formações dos Estados nacionais resultantes de uma revolução burguesa não assume uma única fórmula ou postura, esta será correspondente a configuração do movimento impulsionador desse processo. Nesse sentido, reafirma-se o fato de que o caráter da revolução burguesa realizada no Brasil acaba por assumir o papel de reforço da condição de dependência da economia no âmbito internacional.

Assim, no reordenamento da divisão internacional do trabalho, os países da periferia do capitalismo imperialista tendem a integrar uma espécie de corporativismo estatal que impõe a progressão de revoluções passivas. Esse processo assumiu uma materialização não apenas na Europa, mas também na América Latina, incluindo o Brasil. Espraiando-se sobre os países de capitalismo fragilizado,

> O corporativismo independente de sua veste fascista, serviu como inspiração em vastas zonas da periferia do imperialismo, nas quais as contradições internas tornaram possível a utilização das contradições presentes no centro imperialista para o desencadeamento de revoluções burguesas sob a forma de revoluções passivas (DEL ROIO, 2009, p.86).

Esse argumento ainda possibilita a compreensão no sentido de que o elemento político está intrinsecamente relacionado ao econômico, no âmbito nacional. Nesse sentido, a ausência da efervescência no sentido da realização de uma revolução burguesa clássica está correlacionada a um desenvolvimento econômico mais fragilizado do ponto de vista das relações de mercado internacionais.

Portanto, essa formação do Estado Burguês no Brasil assumiu contornos particulares, unindo na mesma cena: burguesia agrária e industrial. Combina-se velhos e novos elementos da produção, extinguindo-se a violência física a qual o trabalhador do campo era submetido, a espoliação assume um caráter novo nas bases capitalistas.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nessas aproximações ao objeto que foram supramencionadas, verificamos

que o processo de formação de um Estado a partir de uma revolução burguesa que não ocorre de maneira revolucionária, mas ao contrário modernizam-se pelo "alto" – como foi o caso histórico do *Risorgimento* italiano – Gramsci caracteriza-o como uma revolução passiva.

Nesses casos, a dominação da classe burguesa se impõe de forma autoritária, constituindo a sua hegemonia baseada na força e no consenso nos âmbitos da sociedade civil e da sociedade política. Desse modo, a classe dominante desorganiza e absorve continuamente as lideranças das classes subalternas no aparelho de Estado, impedindo-as de ter maior expressão na política nacional. Esse tipo de modernização pelo alto é próprio dos Estados que se modernizaram tardiamente, como é o caso do Brasil, não se restringe apenas a Itália.

Apresentados os elementos que possibilitam a compreensão das relações que se desenvolveram no Brasil, do ponto de vista político e econômico, após a constituição do que se nomina de uma classe burguesa interna, é evidente que esses processos assumem uma particularidade. Destarte, a revolução burguesa brasileira incorpora a via passiva de materialização, a partir de condicionantes externos das relações econômicas firmadas pela divisão internacional do trabalho.

O que se evidencia é o fato de a nascente burguesia industrial não ter realizado um rompimento estrutural da produção, contraditoriamente, pretendia uma industrialização que ocorresse como uma "modernização pelo alto" e adequando a esse movimento o setor oligárquico. Além disso, esse processo é constituído de um movimento desorganizador dos setores subalternos.

Através da unificação entre as velhas e as novas classes burguesas, sem a participação massiva dos subalternos, o elemento insurreicional jacobino foi isento desse processo revolucionário. Simultaneamente, como elemento da revolução passiva, a classe dominante realiza concessões para o atendimento de parte das reivindicações dos subalternos, que resulta no reforço da passivização desses setores, para além da consciência política.

Como resultante desses acontecimentos, a partir de uma pesquisa em Gramsci, considera-se que o movimento dialético entre a inovação e a conservação, bem como a revolução-restauração que foi realizada no Brasil, constitui uma nova identidade nacional. Pois, semelhante à realidade Italiana, os arranjos realizados pelas burguesias internas vigentes forjam o caráter passivo da formação do Estado burguês.

REFERÊNCIAS

COUTINHO, C.N . "As categorias de Gramsci e a realidade brasileira". In ______. NOGUEIRA, M.A (Org.). Gramsci e a América Latina. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 103-127

DEL ROIO, Marcos T. A mundialização capitalista e o conceito gramsciano de revolução passiva. In: GUADALUPE, Sueli L.; SILVA, V. P.; Miler, S. (Orgs.) **Marx, Gramsci e Vigotski**: aproximações. Araraquara: Junqueira & Marin, Editores; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

DIAS, E; BOSI, A.P. Estado, capital, trabalho e organização sindical: a (re)construção das classes trabalhadoras no Brasil. **Revista Outubro**, [S.l.], n.12, p. 45-69, 2005.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. Tradução Carlos Nelson Coutinho com a colaboração de Luiz Sergio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 6 v.

IAMAMOTO, Marilda; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil:** esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 39. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

LENIN, Vladimir Ilitch. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

NOGUEIRA, A.K. **O transformismo à Brasileira**: a hegemonia Lulista em presença. 2017. 95 f. Monografia (Graduação em Serviço Social) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017.

OLIVEIRA, F. **Crítica à razão Dualista:** o ornitorrinco. São Paulo: Boitempo, 2006.

SAMPAIO Jr, Plínio de Arruda**. Entre a nação e a barbárie**: os dilemas do capitalismo dependente em Caio Prado, Florestan Fernandes e Celso Furtado. Petrópolis-RJ: Vozes, 1999.

VIANA, Luis Werneck. **Liberalismo e sindicato no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1976. p.87-152.

CAPÍTULO 2

A IMPORTÂNCIA DA EXTENSÃO NA FORMAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL: EXPERIÊNCIA COM USUÁRIOS DE CRACK

Data de aceite: 01/09/2022

Fernanda Luma Guilherme Barboza
http://lattes.cnpq.br/9270546245689704

Aline Batista de Paula
http://lattes.cnpq.br/5435574018340801

Irene Ferreira Guilherme Barbosa

RESUMO: A extensão conforma, juntamente com a pesquisa e o ensino, o tripé que organiza e fundamenta a formação superior. Considera-se que a extensão no Serviço Social contribui não só para a formação da categoria profissional em foco, mas também para a proposta das Instituições de Ensino Superior (IES), que além de capacitar novos profissionais para o mercado de trabalho, firmam um compromisso com o desenvolvimento da sociedade de forma geral. Assim, o presente estudo apresenta um relato de experiência profissional no projeto de extensão In Dependência, do curso de Serviço Social de uma IES do interior de Pernambuco.
PALAVRAS-CHAVE: Formação; Extensão; Drogas; Serviço Social.

ABSTRACT: This Extension forms, together with research and teaching, the tripod that organizes and supports higher education. It is considered that extension in Social Work contributes not only to the formation of the professional category in focus, but also to the proposal of Higher Education Institutions (HEIs), which, in addition to training new professionals for the labor market, with the development of society in general. Thus, the present study presents an account of professional experience in the In Dependency extension project of the Social Work course of an HEI in the interior of Pernambuco.
KEYWORDS: Formation; Extension; Drugs; Social service.

1 | INTRODUÇÃO

Esse trabalho é fruto das inquietações geradas ao longo da atuação profissional em unidades de saúde mental nos estados de Pernambuco e Piauí, e também da experiência de 3 anos à frente do Projeto In Dependência[1], projeto de extensão relacionado à temática do uso, abuso e dependência de drogas.

Desde o final da década de 1980, o consumo de uma determinada droga derivada da cocaína, tem despontado como um dos principais problemas sociais e de saúde pública em diversos países do mundo. Essa droga é o crack e os problemas relacionados a ela tem se tornado mais variados, com características mais complicadas e globais. Segundo a Associação Brasileira de Psiquiatria (ABP), o crack tem sido usado por cerca 0,3% da população mundial, sendo que um número expressivo destes usuários concentra-se na América (70%). Entre os países emergentes, o Brasil é o maior mercado na América do Sul, com mais de

1 O projeto fazia parte do LEPPS (Laboratório de Estudos, Políticas e Práticas Sociais) da então Faculdade ASCES, Caruaru-PE.

900.000 usuários (ABP, 2012).

Entendendo a indissociável relação entre ensino, pesquisa e extensão universitária para a efetivação da educação de maneira integral no ensino superior no Brasil, considera-se que o terceiro ponto deste tripé contribui para o cumprimento das propostas de formação do ensino superior. Numa profissão crítica e com um projeto profissional que aponta para a emancipação dos indivíduos, como é o caso do Serviço Social, essa educação se propõe, além do óbvio esperado que é capacitar os novos profissionais para o mercado de trabalho, firmar um compromisso com um projeto de sociedade que supere o posto. Assim, o presente estudo apresenta um relato de experiência profissional através de um projeto de extensão do curso de serviço social no interior de Pernambuco-Brasil.

O exercício profissional do assistente social é mediatizado pela dinâmica das relações sociais, que por sua vez são vinculadas à uma determinada conjuntura histórica. Dessa forma, avalia-se a sistematização da prática enquanto elemento fundamental na práxis profissional do assistente social, sendo essa fonte de realimentação teórica que possibilita a formulação de novos instrumentos e aportes teórico-metodológicos, que garantem uma melhor leitura da realidade, a qual o assistente social incide seu trabalho, frente as constantes novas requisições, e ainda formular respostas profissionais as quais determinam a sua ação profissional.

A sistematização não se configura apenas enquanto uma ferramenta complementar do assistente social, ela encerra todo o processo teórico-metodológico da prática profissional. Além disso, pode-se compreendê-la enquanto uma ferramenta teórico-prática. Almeida (1997), ressalta que a mesma pode ser compreendida enquanto uma estratégia, haja vista que reaviva e atualiza a dimensão intelectual da profissão.

2 | SISTEMATIZAÇÃO DE EXPERIÊNCIA

2.1 A extensão na formação dos discentes de Serviço Social

A extensão universitária no Brasil teve um início marcado pelo assistencialismo, assinalado no atendimento do indivíduos em situação de vulnerabilidade social, sendo, ainda, muitas vezes reduzida ora à lógica de efetivação do compromisso social das Instituições de Ensino Superior (IES), ora à constituição de campo de estágio para os estudantes universitários que não conseguiam vaga em instituições externas. Somente na década de 1980, tendo em vista o contexto de abertura política do país e o compromisso das Instituições de Ensino Superior com a população, a extensão passa a ser concebida como um processo educativo, cultural e científico que se articula de maneira indissociável com o ensino e a pesquisa (FACEIRA, 2013). A extensão é a função mais jovem da universidade e, apesar do discurso de indissociabilidade, em muitas universidades/IES ela é vista como uma atividade apêndice/facultativa ao processo educativo, pois lhe falta orçamento específico além de recursos humanos e físicos.

Hoje a extensão universitária é destacada como uma ação desenvolvida pelas instituições de ensino junto à comunidade (principalmente as dos arredores da instituição), o que possibilita a diversificação e regionalização do campo empírico para a produção de pesquisas e novos conhecimentos, principalmente no que diz respeito a seu espaço geográfico. Nesse sentido, através da extensão o discente de Serviço Social desenvolve suas habilidades e competências teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas, imperativas na decodificação da realidade social e elaborar as estratégias de enfrentamento das expressões da questão social.

> A Extensão propicia ao processo de formação acadêmica uma significação ímpar, na medida em que são espaços inteiramente articulados à realidade social e que favorecem o desenvolvimento das potencialidades e habilidades dos discentes em diferentes dimensões: planejamento, investigação, avaliação, sistematização, articulação interinstitucional, atendimento e organização de serviços à população. Essas ações produzem efeito direto não apenas sobre os discentes participantes dos programas e projetos, visto que a produção de conhecimentos é socializada para todos os discentes do curso através de seminários, oficinas e conteúdos incorporados às disciplinas. A atividade extensionista não deve constituir um apêndice das atividades de ensino e pesquisa. A função extensionista da universidade deve ser realizada de maneira articulada com outras esferas da dinâmica social, contribuindo para a consolidação do projeto profissional do Serviço Social, enfatizando a capacidade de formulação de respostas sociais da profissão, além de contribuir para a construção de projetos societários contra-hegemônicos (FACEIRA, 2013, p 7).

No que se refere ao Serviço Social, deve-se ponderar, que a opção política dos profissionais articula o projeto profissional ao projeto societário, pois toda a prática em uma sociedade classista tem caráter político. Todo o trabalho profissional do assistente social é perpassado por interesses políticos, sociais, ideológicos que estão postos na sociedade, dessa forma toda a prática terá em si uma determinada direção social, que se refletirá em valores e diretrizes profissionais (TEIXEIRA; BRAZ, 2009, NETTO,1999).

Destarte, a extensão universitária estabelece uma dupla função, a primeira refere-se a formação de profissionais comprometidos ético e politicamente, na medida em que são oportunizadas experiências mais completas para os discentes. A segunda alude a relação que a extensão consegue estabelecer entre a universidade e a comunidade.

Essa dinâmica além de ampliar e enriquecer as possibilidades de formação dos discentes, também se constitui enquanto um canal onde a sociedade pode acessar as tecnologias produzidas na Universidade. Ao extrapolar os muros institucionais esses conhecimentos contribuem para a construção ampliada de educação, não somente para os alunos, mas especialmente para a população em geral, seja através do trabalho desenvolvido com os usuários, ou ainda na capacitação/formação de profissionais oriundos do Ensino Superior, ou não. Compreende-se nesse sentido uma educação em seu sentido amplo, capaz tanto da manutenção da sociabilidade capitalista hegemônica, mas também

pode-se constituir enquanto ferramenta importante para a construção de uma contracultura, a partir dos interesses da classe trabalhadora.

Há de considerar que a Educação compõe uma dimensão complexa da vida social, por conseguinte, a política educacional pode ser compreendida enquanto expressão das lutas de classe, em especial, "aquelas travadas em torno da disputa pela hegemonia no campo da cultura, que não pode ser pensada de forma desconexa da sua dinâmica particular com o mundo da produção" (ALMEIDA,2005, p.4). Nesse sentido, é imperioso considerar que os espaços educacionais também são responsáveis pela formação de consenso e reprodução da força de trabalho.

Esta relação entre ensino e extensão supõe mudança de olhares dentro do processo pedagógico, tendo em vista que docentes e discentes se constituem como sujeitos do ato de ensinar e aprender. A extensão, como a espaço de interação entre universidade/ IES e sociedade, constitui-se elemento capaz de operacionalizar a relação teoria/prática, possibilitando a troca de saberes acadêmico e popular.

A vinculação permanente entre teoria e prática é central no processo de ensino-aprendizagem, considerando que a ação profissional prescinde do conhecimento, e este só se realiza a partir da ação, e que "(...) a teoria e prática mantêm uma relação de unidade na diversidade, formam uma relação intrínseca, sendo o âmbito da primeira o da possibilidade e o da segunda o da efetividade" (SANTOS, 2010, p.21).

Segundo Vasconcelos (1998) "não há projeto de formação profissional, que tenha sustentação, sem enfrentar a questão do fazer profissional, assim como não é possível um projeto de profissão sem o enfrentamento da relação teoria / prática" (p.67).

Nesse sentido, a extensão universitária é fundamental, na medida em que possibilita ao discente a interface e articulação entre a teoria e a prática, percebendo esta relação de unidade na diversidade. Sendo as instituições de ensino espaços de formação, investigação e prestação de serviços à comunidade, seus projetos político-pedagógicos devem ser marcados pela preocupação com uma organização curricular que garanta a indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão.

Dito isto, reafirmamos o compromisso da extensão universitária na inserção de ações para a promoção e garantia dos valores e direitos de igualdade e desenvolvimento social, se colocando como uma prática acadêmica que busca interligar a universidade/ IES em suas atividades de ensino e pesquisa com as demandas da sociedade. Ressalta-se também que a extensão universitária é fundamental para garantir a missão social da universidade na formação de cidadãos comprometidos com a sociedade em que vivem, e profissionais capacitados a promover um diálogo construtivo dos saberes populares com os conhecimentos técnicos e científicos, buscando valorizar a diversidade sociocultural do país e a utilização dos serviços ofertados pela Instituição de Ensino Superior.

2.2 Dependência química, usuários e olhares do Serviço Social

O olhar para o uso abusivo e a dependência de substâncias psicoativas como expressão da questão social é recente, datando de meados do século XX, quando ocorrem mudanças significativas com o advento da industrialização e urbanização das cidades. Nesse período, as substâncias psicoativas deixaram de ser utilizadas somente em rituais religiosos, fugindo do controle das culturas e criando-se um novo padrão de consumo, fato que precipitou o surgimento das sequelas físicas e problemas sociais para usuários que faziam o uso de substâncias e suas famílias. É durante este período que se dá o início da estigmatização das drogas, onde o uso excessivo de substâncias psicoativas passa a ser visto como uma doença ou desordem social (BARBOZA, 2014).

No atual discurso político-governamental, o consumo do crack está atrelado à violência, portanto, o consumo assume maior centralidade na discussão de segurança pública do que na de proteção social destes indivíduos. São criados programas e políticas para combate e controle, tratamento e assistência que prevê desde atendimento extra-hospitalar à internação[2] compulsória[3] ou involuntária[4] de usuários.

A categoria profissional em foco neste artigo entende a dependência química como processo social e político, historicamente determinado e atravessado pelas diferentes expressões da questão social[5]. Assim, é a partir da perspectiva de totalidade social que busca-se refletir sobre os usuários dependentes de crack para a profissão do Serviço Social.

Essa droga é produzida a partir da cocaína, bicarbonato de sódio ou amônia e água, gerando um composto, que pode ser fumado ou inalado. O usuário queima a pedra[6] em cachimbos improvisados, como latinha de alumínio, e aspira a fumaça. Há também pedras menores, que quando quebradas, pode ser misturada a cigarros de tabaco e maconha, chamado pelo usuário de mesclado, capeta, e outros nomes não científicos (RIBEIRO e LARAJEIRA, 2012).

Os primeiros relatos sobre a dependência de crack surgiram por volta de 1985, sendo usado por negros e imigrantes, em bairros pobres de grandes cidades dos Estados Unidos, como Los Angeles e Nova York. No Brasil, o aparecimento do crack se baseia

2 Definidas anteriormente pela Lei Nº 10.216, 06 de Abril de 2001, também conhecida como Lei da Reforma Psiquiátrica, dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental no Brasil.

3 Modalidade de internação involuntária em que não é necessária a autorização familiar. O artigo 9º da lei 10.216/01 estabelece a possibilidade da internação compulsória, sendo esta sempre determinada pelo juiz competente, depois de pedido formal, feito por um médico, atestando que a pessoa não tem domínio sobre a sua condição psicológica e física (Lei Federal de Psiquiatria, Nº 10.216, de 2001).

4 O familiar pode solicitar a internação involuntária, desde que o pedido seja feito por escrito e aceito pelo médico psiquiatra. A lei determina que, nesses casos, os responsáveis técnicos do estabelecimento de saúde têm prazo de 72 horas para informar ao Ministério Público da comarca sobre a internação e seus motivos. O objetivo é evitar a possibilidade de esse tipo de internação ser utilizado para a prática de cárcere privado (Lei Federal de Psiquiatria, Nº 10.216, de 2001).

5 Expressões da questão social podem ser entendidas como o conjunto de desigualdades consequentes da sociedade do capital (CARVALHO; IAMAMOTO, 2005).

6 O nome “crack” vem do barulho que as pedras fazem ao serem queimadas durante o uso (SEIBEL, 2000).

em informações da imprensa não oficial e de apreensões da polícia, datadas de 1990, em São Paulo. Expandindo-se da Zona Leste para o centro da cidade, espalha-se neste ponto motivada pela repressão e pela chamada exclusão social (DIEHL; CORDEIRO e LARANJEIRA, 2011).

Atualmente no Brasil, o perfil do usuário de crack é o(a) indivíduo(a) jovem, desempregado (a), com baixa escolaridade e baixo poder aquisitivo, proveniente de família em situação de vulnerabilidade social e com antecedentes de uso de droga e comportamento de risco (CFM, 2012). Ou seja, é o perfil das classes e grupos subalternizados.

Na última década o crack ganhou ares de epidemia, com o crescimento do uso, abuso e dependência e toda a carga de fatos relacionados com saúde e segurança pública. O aumento tem preocupado governantes, gestores e pesquisadores, principalmente, quando se avalia que apenas cerca de um terço (1/3) dos usuários da droga consegue seguir com o tratamento após internação, outro terço abandona o tratamento e volta ao uso e outro terço morre, sendo que na maior parte dos casos, por causas externas, como violência ou causas naturais, como a AIDS, e não pelo uso em si, como se pensava no início das discussões (RIBEIRO e LARANJEIRA, 2012).

O Estado e a sociedade brasileira ainda não chegaram a um consenso sobre qual é a melhor forma de lidar com os adictos[7] seja pela quantidade de informações de teor moral, simplistas e manipuladas no tocante à dependência química, seja pela responsabilidade de dar resolutividade às demandas advindas da epidemia. Destarte, por vezes, o enfretamento da questão é transferido do Estado para a família[8], sociedade civil, instituições religiosas ou setor privado de saúde, ocasionando omissões estatais e consequentes conflitos que repercutem no modelo técnico-assistencial de atendimento dos dependentes químicos (BARBOZA, 2014).

As práticas de cuidado dirigidas a essa população sempre variaram dos cuidados de estilo religioso ou do modelo médico hospitalocêntrico[9] que reforçam o padrão excludente e segregador da dependência, bastante combatido pela Luta Antimanicomial[10]. Destarte o que se vê é que o uso do crack traz uma dupla identidade para esse sujeito na saúde: como aquele que é portador de uma patologia e como aquele que carrega um estigma.

> Se as demandas com as quais trabalhamos são totalidades saturadas de determinações (econômicas, políticas, culturais, ideológicas), então elas exigem mais do que ações imediatas, instrumentais, mecanizadas. Elas

---

7 Adicto é o adjetivo mais usado para designar um dependente químico. Significa quem não consegue abandonar um hábito nocivo por motivos fisiológicos ou psicológicos.

8 Segundo Campos e Mioto (2003, p.170), "o 'familismo', na expressão empregada por vários autores [em especial Esping-Andersen, 1999, p. 45; Saraceno, 1994, p. 60-81], deve ser entendido como uma alternativa em que a política pública considera - na verdade exige - que as unidades familiares assumam a responsabilidade principal pelo bem-estar social. Justamente porque não provê suficiente ajuda à família, um sistema com maior grau de 'familismo' não deve ser confundido com aquele que é pró-família".

9 Essa perspectiva tem como foco a doença e é centrado no profissional médico e no hospital. A medicalização se refere a um fenômeno amplo que diz respeito ao uso de terapia medicamentosa com drogas.

10 Refere-se ao Movimento Nacional da Luta Antimanicomial (MNLA) pela demarcação de uma perspectiva de desinstitucionalização dos cuidados a pessoas com transtornos mentais. Esse movimento antecedeu a Reforma Psiquiátrica.

implicam intervenções que emanem de escolhas, que passem pelos condutos da razão crítica e da vontade dos sujeitos, que se inscrevam no campo dos valores éticos e políticos. Mais ainda, ações que estejam articuladas a projetos profissionais aos quais subjazem referenciais teórico-metodológicos e princípios ético-políticos (FACEIRA, 2013, p 5).

Entende-se que este debate traz várias implicações para quem atua na rede de atenção à saúde mental junto aos usuários, uma vez que o crack tem especificidades no *modus operandi* de uso, o que acaba acarretando um tratamento difícil de adesão e com muitas recaídas por parte do usuário – fato este atrelado ao baixo custo de obtenção da droga e à situação de vulnerabilidade social dessas pessoas que vivem nas *cracolândias*[11] em condições precárias de higiene, alimentação, saúde, numa rotina de roubo para sustentar o vício (BARBOZA, 2014).

Nos marcos da defesa dos direitos dos usuários, o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), com base no Código de Ética da Profissão de 1993, entende a dependência química como mais uma expressão da questão social, resultante do desenvolvimento do capitalismo, e como tal, alvo da atuação do Serviço Social.

2.3 A experiência do Projeto *In* Dependência

O Projeto de Extensão *In* Dependência, fazia parte do Laboratório de Estudos, Políticas e Práticas Sociais (LEPPS) da então Faculdade ASCES, localizada no município de Caruaru - Pernambuco. O mesmo funcionou de 2013 a 2017, tendo como objetivo desenvolver ações socioeducativas que auxiliassem na redução de danos das dependências químicas e não químicas. Além de mobilizar e assistir a própria faculdade, o projeto visava ainda somar forças à Estado e sociedade civil na participação e/ou organização de campanhas educativas e de redução de danos e desenvolvimento de um projeto acadêmico de estudo e pesquisa sobre dependência química.

O Projeto nasceu em resposta às inquietações entre os discentes de Serviço Social a respeito da atuação profissional com a dependência química (até então, o curso da IES em foco contava apenas com uma disciplina que discutisse diretamente o tema, mesmo assim eletiva). Sob o impacto da constatação da pouca visibilidade dada ao tema nas grades curriculares dos cursos superiores (tanto na área de ciências humanas quanto na de sociais), resolveu-se trabalhar com alunos em atividades extra sala de aula, a fim de capacitá-los para o estágio/trabalho com os usuários de drogas, bem como contribuir na missão de responsabilidade social da Faculdade com a realidade local.

Dado o pontapé inicial no segundo semestre de 2013 e inserido na área de atuação saúde/direitos humanos, o projeto realizou seleção para preenchimento de 4 vagas para discentes do curso de Serviço Social. Nesse primeiro momento, por conta da responsabilidade em se trabalhar com um tema tão complexo e que desperta tantas opiniões diversas, fez-

11 Nome derivado de crack. Refere-se popularmente aos espaços utilizados pelos usuários da droga e teve sua origem no centro da cidade de São Paulo-Brasil.

se necessário uma capacitação com as alunas que foram selecionadas, abordando temas diversos, como: Drogas e sociedade; Tabaco e ambiente livre de fumo; Consequências do uso de álcool; Epidemiologia do uso de drogas; Prevenção em grupos específicos – adolescentes, adultos, idosos, mulheres, etc; Aspectos sociais da drogadição; Redução de Danos; etc.

Em três anos o Projeto In Dependência beneficiou os mais diversos públicos no que concerne à prevenção e redução de danos das dependências químicas e não químicas na cidade de Caruaru e arredores. Abaixo listamos as principais atividades e públicos atingidos:

- O In Dependência atuou com alunos adolescentes das escolas da rede estadual de educação da GRE (Gerência Regional de Educação) de Caruaru. De um total de quase 40 escolas, selecionamos 6 com as quais trabalhar, seguindo um critério de liberação do gestor da escola e dos fatores de periculosidade, vulnerabilidade e incidência de problemas relacionados ao consumo de drogas. Nas intervenções foram abordados cerca de 200 estudantes e 50 profissionais da educação.

- O Projeto organizou o I Simpósio Sobre Dependências Químicas e Não Químicas do Piauí, realizado na cidade de Picos em fevereiro de 2014, a fim de levantar fundos para um projeto social com crianças da periferia da cidade. Para tanto o projeto organizou a ida de um micro-ônibus com 25 estudantes de Serviço Social para participarem do evento e lá abordou cerca de 300 pessoas no evento, que foi o primeiro do gênero na cidade.

- Na Jornada de Aniversário dos 55 anos da Faculdade, o Projeto desenvolveu uma atividade de prevenção ao uso de drogas com cerca de 25 crianças e adolescentes, no CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) em um bairro da periferia de Caruaru.

- Na Semana da Saúde, em 2014, o Projeto alcançou cerca de 400 discentes de todas as graduações da Faculdade ASCES e funcionários exibindo na escadaria do Campus vídeos curtos que expunham consequências do uso abusivo de drogas, fazendo distribuição de folder informativo sobre o tema e realizando abordagens com questionários sobre o consumo de drogas dos estudantes universitários.

- Na Semana da Mulher de 2014, o In Dependência foi convidado pelo NUGEN (Núcleo de Gênero) do LEPPS, para participar das atividades comemorativas realizando uma palestra sobre dependência química e não química em mulheres, com alunas da graduação do Campus II (onde se localizavam os cursos de saúde), onde compareceram cerca de 100 alunos e alunas.

- Em 2015 o In Dependência se tornou embaixador da Organização Taturana e exibiu dois de seus documentários: a) o Ilegal, que levou em maio cerca de 250 discentes, docentes e profissionais da rede a discutirem acerca do uso medicinal de maconha no Brasil, em três seções diferentes; e o Sem Pena, em

Agosto, que levou em duas seções uma média de 150 pessoas entre discentes, docentes e profissionais da rede, a discutirem o Sistema carcerário e uso de drogas no Brasil.

- No ano de 2015 firmou-se uma parceria do Projeto In Dependência com o Programa ATITUDE (Programa de Atenção a usuários de Crack e outras Drogas e seus Familiares), onde os alunos envolvidos no projeto realizaram visitas aos dois centros do Programa, atuando com um público médio de cerca de 180 usuários, entre eles moradores de rua e usuários ameaçados de morte.
- No final de 2015 o projeto deu início à intervenção nos bares ao redor da Faculdade a fim de disseminar informações acerca de redução de danos no uso de álcool e às repercussões deste uso para a educação. Nas abordagens (que aconteciam de maneira semestral) alcançou-se cerca de 300 transeuntes dos bares, sendo a maioria formados por discentes da Faculdade, mas alcançando também outros públicos que mantinham uma regular visitação em ocasião do mês de comemoração do São João na cidade (no final do primeiro semestre de cada ano).

No seu último ano de existência, o referido projeto começou a inverter os termos da parceria com os serviços de atendimento a usuários de crack do município: ao invés de levar os alunos para os serviços de atendimento, começou a levar os usuários para a faculdade, a fim de participarem dos mais diversos tipos de atendimentos lá disponíveis, mediados pela assistente social do laboratório (atendimento odontológico, jurídico, socioassistenciais, educativos, etc), bem como para as oficinas e grupos desenvolvidos pelos alunos extensionistas do curso de Serviço Social, voltados prioritariamente à inclusão social e produtiva, serviços os quais as instituições de atendimento a este público ainda tem dificuldade de acessar, seja pelos estigmas envolvidos e/ou pela crise econômica que o país tem passado e que repercutiram em fechamentos de alguns projetos/programas e diminuição dos montantes de outros e das vagas para atendimentos nos serviços de saúde/assistência.

O *In* Dependência sempre buscou trabalhar numa perspectiva consonante à proposta de Reforma Psiquiátrica no Brasil, seguindo a lógica da Redução de Danos. Esta metodologia pode ser entendida como uma prática que visa a possibilitar o direito de escolha e a responsabilização da pessoa diante da sua vida, flexibilizando os métodos para vislumbrar possibilidades da população envolvida com drogas. O objetivo geral da Redução de Danos é evitar, se possível, que as pessoas se envolvam com o uso de substância psicoativas. Se isso não for possível, para aqueles que já se tornaram dependentes, seria oferecer os melhores meios para que possam rever sua relação com a droga, orientando-os tanto para um uso menos prejudicial, quanto para a abstinência, de acordo com o momento de cada usuário.

Nesse viés, as atividades do Projeto foram desenvolvidas fazendo uso de metodologias diversas, sempre buscando informar e empoderar seu público alvo, bem

como os discentes envolvidos, através de capacitações em forma de palestra e oficinas, grupos de estudos sobre dependências química e não química (este segundo ainda pouco discutido na nossa profissão), reuniões, oficinas com os públicos alvo, rodas de diálogos, divulgações em redes sociais, promoção eventos para a participação efetiva dos alunos e funcionários da faculdade, bem como da rede sócio assistencial e sociedade civil, levando a instituição de ensino a cumprir sua função social.

Entre tantas lições com a referida experiência, o que fica muito forte é a relevância da atividade de extensão na formação, por ser fonte de oxigenação e dinamização do conhecimento produzido nas instituições de ensino, além de contribuir para uma integral formação do discente cidadão, quando este aprende a atuar a partir de realidades concretas.

3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência do Projeto levou a reflexão que parte da demanda real dos usuários de crack hoje não é o acesso aos dispositivos de internação (afinal, por mais precários que sejam, eles existem e tiveram uma considerável ampliação e regionalização na última década), mas o acesso a políticas, programas e projetos sociais que resultem em saúde (entendida no seu conceito amplo, para além da simples ausência de doença), melhor qualidade de vida e reforços positivos no seu projeto pessoal de redução de danos.

Inclusive, porque entende-se que parte da situação de risco social que esses sujeitos materializam é determinada por relações de segregação e exploração de classe, raça e espaço, assim como, de inexistência do acesso à serviços extra-hospitalares e ambulatoriais que ofereçam serviços de redução de danos e atendimentos que considerem as singularidades de suas histórias de vida e necessidades sociais para além da dependência. Como afirma Potyara Pereira (2011), um verdadeiro Estado de bem-estar social é aquele comprometido com a prevenção dos riscos sociais. Para a autora, as interferências nos “riscos já instalados” é característica de países que adotaram modelos de proteção social residuais e liberais de bem-estar social.

Cabe ainda refletir que a relação estabelecida entre os adictos e a violência, considerando o seu perfil societário, reforça a criminalização e culpabilização desses usuários, desconsiderando a forma como a sociedade capitalista produz desigualdades e contribui, nesse sentido para a drogadição. E ainda, despreza seu caráter de problema de saúde coletiva.

Desse modo, considera-se o ambiente acadêmico propício para abordar a temática em questão, bem como tantas outras que trazem rebatimentos para a vida dos indivíduos, considerando que este é um espaço de produção e reprodução de conhecimento e que apresenta um efeito transformador na sociedade, formando profissionais que irão se deparar com inúmeras demandas no seu exercício profissional, que exigirão olhares e intervenções diferenciadas.

As dimensões investigativa e interpretativa constituem princípios formativos e condição central da formação profissional e da relação entre a teoria e a realidade. Nesse sentido, entendemos que esta articulação entre ensino, pesquisa e extensão sempre representou um grande desafio das instituições de ensino brasileiras, desafio este que tem tido um acréscimo nas suas dimensões, devido à atual crise econômica do capital e à mercantilização da educação.

No que se refere ao projeto de extensão do curso de Serviço Social apresentado nesse trabalho, o mesmo foi considerado espaço privilegiado para o desenvolvimento da dimensão investigativa da profissão, pois os discentes envolvido conseguiam processar a articulação das dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa no exercício profissional do assistente social.

Ao privilegiar a sistematização de uma experiência, oportunizamos o resgate da dimensão teórica no próprio processo de trabalho do assistente social. Esse movimento valoriza a rica experiência acumulada da equipe que desenvolveu o projeto.

Como não havia a pretensão de esgotar o assunto neste trabalho, espera-se que os questionamentos e contribuições trazidos por esta pesquisa possam suscitar outras investigações sobre o tema e especial atenção à existência e participação de projetos de extensão na formação dos discentes de Serviço Social, tendo em vista que a realidade social demanda cada dia mais profissionais com competência crítica e experiência para intervir na realidade.

Deseja-se também contribuir com a reflexão sobre os projetos pedagógicos das Instituição de Ensino Superior, considerando que o tema drogas/saúde mental/dependência química consta como uma das metas prioritárias dos Projetos de Desenvolvimento Institucional (PDI) de toda instituição de ensino.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. **Retomando a temática da sistematização da prática em Serviço Social**. In: Revista Em Pauta, nº 10, Julho de 1997.

_________________________. **A educação como direito social e a inserção dos assistentes sociais em estabelecimentos educacionais**. In: O Serviço Social e a Política Pública de Educação. Gabinete do Deputado Estadual André Quintão. Belo Horizonte,2005.

ALVES, RIBEIRO E CASTRO. **Dependência Química**: Prevenção, Tratamento e Políticas Públicas. Porto Alegre: Artmed, 2011.

ASSOCIACAO BRASILEIRA DE PSIQUIATRIA. **Abuso e Dependência: crack.** *Rev. Assoc. Med. Bras.* [online]. 2012, vol.58, n.2, pp. 138-140.

BARBOZA, Fernanda Luma Guilherme. **Internação Compulsória Individual e Coletiva dos Dependentes de Crack:** o discurso do Estado e o do serviço social. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco, 2014.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Coordenação Geral de Saúde Mental. **Reforma Psiquiátrica e Política de Saúde Mental no Brasil**. Documento apresentado à Conferência Regional de Reforma dos Serviços de Saúde Mental: 15 anos depois de Caracas. OPAS. Brasília, 2005.

CFESS. CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Código de Ética do/a Assistente Social** - Comentado. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2012.

CAMPOS, Marta S. e MIOTO, Regina C. T. Política de Assistência Social e a posição da família na política social brasileira. **Revista Ser Social**[online], n 12, p 165 – 197, 2003.

CARVALHO, Raul de & IAMAMOTO, Marilda. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil:** esboço de uma interpretação histórico-metodológica**.** 17. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

FACEIRA, Lobelia da Silva. O Processo de Formação Profissional em Serviço Social e a Extensão Universitária: Avanços E Desafios. **Revista Raízes e Rumos**, Vol. 01 Nº 01, 44 – 98, Rio De Janeiro, Jun., 2013.

NETTO, J. P. **A construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social**. In: Capacitação em serviço Social e Política Social, Brasília, CEFESS/ABEPPS/CEAD/UnB, 1999 (módulo I)

RIBEIRO, M. e LARANJEIRA, R.R. e *col*. **O Tratamento do Usuário de Crack**. São Paulo: ARTMED, 2012.

SANTOS, Claudia Mônica dos. **Na prática teoria é outra?** Mitos e dilemas da relação entre teoria, prática, instrumentos e técnica em Serviço Social. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

SEIBEL, S. D. **Dependência de Drogas**. 2. ed. São Paulo: Atheneu, 2010.

TEIXEIRA, J. B.; BRAZ, M. **O projeto ético político do Serviço Social.** In: CFESS-ABEPSS. Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS-ABEPSS, 2009.

VASCONCELOS, Ana Maria. **Relação Teoria/Prática: o processo de assessoria/consultoria e o Serviço Social**. In: Serviço Social e Sociedade, n. 56, São Paulo: Cortez, 1998.

CAPÍTULO 3

O MUNDO DO TRABALHO E A CONDIÇÃO DE VIDA DOS TRABALHADORES DA CATAÇÃO, UMA BREVE ANÁLISE

Data de aceite: 01/09/2022

José Ribeiro Gomes
Graduado em Serviço Social - Centro Universitário Una. Pós-Graduado - Gestão de Programas e Projetos Sociais - Centro Universitário Una. Pós-Graduado em Promoção da Igualdade Racial. Especialização em Relações Étnico Racial - Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP. Mestre em Estado, Governo e Politicas Públicas pela Faculdade Latino Americana de Ciências Sociais – FLACSO
http://lattes.cnpq.br/1485511037558265

RESUMO: O objetivo deste trabalho é analisar as condições de trabalho dos catadores de materiais recicláveis e compreender as transformações ocorridas no mundo do trabalho. Buscou-se compreender os diversos rebatimentos desta forma de trabalho e a capacidade organizativa que estes trabalhadores possuem para fortalecer a categoria na defesa e ampliação dos direitos e do enfrentamento como classe, diante da correlação de forças vividas na sociedade. Utilizou-se para desenvolvimento do artigo, pesquisa bibliográfica e análise documental. Este artigo buscou demonstrar as particularidades e determinantes das condições deste trabalho na vida social, econômica e política deste publico, e se esta forma de trabalho abarca os ativos mínimos para se fundamentar como atividade laborativa, em consonância com as legislações que regulamentam o trabalho no Brasil.
PALAVRAS-CHEVE: Reestruturação produtiva, mundo do trabalho, catadores.

THE WORLD OF WORK AND THE LIFE CONDITION OF CATAÇÃO WORKERS, A BRIEF ANALYSIS

ABSTRACT: The objective of this study is to analyze the working conditions of waste pickers and understand the changes occurring in the world of work. He sought to understand the various repercussions of this form of work and organizational capacity that these workers have to strengthen the category in the defense and expansion of rights and coping as a class, on the balance of forces experienced in society. It was used for article development, literature and document analysis. This paper aims to demonstrate the characteristics and determinants of conditions of work in the social, economic and political life of the public, and this form of work includes the minimum assets to be based as labor activity, in line with the laws regulating the work in Brazil .
KEYWORDS: Productive restructuring, the world of work, collectors.

1 | INTRODUÇÃO

O tema escolhido para a elaboração do presente artigo é o mundo do trabalho e a condição de vida dos trabalhadores da catação, e tem por objetivo analisar as condições de trabalho dos catadores de materiais recicláveis e compreender as transformações ocorridas no mundo do trabalho. Buscou-se compreender os diversos rebatimentos desta forma de trabalho e

a capacidade organizativa que estes trabalhadores possuem para fortalecer a categoria na defesa e ampliação dos direitos e do enfrentamento como classe, diante da correlação de forças vividas na sociedade no contexto das relações de trabalho.

Visto que diversas determinações, inicialmente, eram desconhecidas pelo pesquisador, e que estas conforme esclarecidas, são cada vez mais complexas, tornaram-se imprescindíveis as leituras e compreensões de autores que analisam a constituição do modo de produção capitalista, cujos processos incidem diretamente nas condições de trabalho e de reprodução da classe trabalhadora.

A ampliação da pobreza e da desigualdade social, decorrentes da reestruturação produtiva e do neoliberalismo, levou um grande contingente de trabalhadores à marginalização e as formas extremas de exploração do trabalho. Uma parte desta massa que não conseguiu se inserir nos postos de trabalhos fragmentados e pauperizados, se constituiu às margens da sociedade sobrevivendo, dentre as diversas alternativas, da catação do material reciclável nos lixões e nos grandes centros, sendo estes também, moradias e sustento. Isto é, o convívio social desse trabalhador.

Considera-se, a este respeito, as análises do Código Brasileiro de Ocupações (2002), que reconhece a categoria profissional de catador de material reciclável; o Decreto n° 5.940/2006 que dispõe sobre a instituição da Coleta Seletiva Solidária, com destinação para os catadores dos materiais recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta; a Lei n° 11.445/2007 que dispões sobre a permissão do poder público municipal contratar cooperativas e associações de catadores, com dispensa de licitação, para a realização de serviço de coleta de resíduos sólidos nos municípios e o Decreto nº 7.405/2010 que institui o Programa Pró-Catador, redimensiona o Comitê Interministerial para Inclusão Social e Econômica dos Catadores de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis (CIISC) e prevê, entre outras, a adesão voluntária dos entes federados ao Programa Pró-Catador. Legislações, estas, que se tornam indispensáveis para o esclarecimento dos rebatimentos enfrentados por esta categoria.

Partindo dessa reflexão, buscou-se referenciais teóricos pertinentes ao tema para descrever a violação dos direitos destes associados no contexto da catação que têm grande dificuldade em acessar seus direitos. Os mesmos sofrem severa exploração de sua força de trabalho. Estes, em sua maioria inserida informalmente, além de muito mal remunerados, não possuem acesso aos diretos trabalhistas garantidos na CLT, configurando um trabalho precarizado e subumano. Tratando-se de um trabalho nessas condições, estes trabalhadores necessitam de total dedicação de tempo e força física para garantir o sustento. Esses trabalhadores se encontram em um ambiente insalubre, e para além das dificuldades enfrentadas, o que talvez gere mais constrangimento sejam o preconceito e a discriminação social devido às condições e padrões de vida impostos socialmente.

Para sistematizar a abordagem de tais questões, esse estudo foi estruturado, que de tal maneira são desenvolvidas análises panorâmicas sobre a organização contemporânea

do trabalho e a fragilização dos direitos sociais. Busca-se analisar as transformações do mundo do trabalho na contemporaneidade, a sua precarização e seus rebatimentos, bem como a fragilização dos direitos da classe trabalhadora em face do Estado neoliberal e transformações ocorridas nos modos de produção, tendo como principais autores como Ricardo Antunes, José Paulo Netto e David Harvey.

Buscou-se também, uma abordagem sistematizada sobre a informalidade como alternativa ao desemprego estrutural contemporâneo. É demonstrada a expansão do trabalho informal no Brasil e suas consequências para a classe trabalhadora, bem como subsídios para discussão, surgimento e evolução da catação de materiais recicláveis no Brasil. Para o desenvolvimento da pesquisa, inicia-se ancorado na teoria social crítica como método, entendendo que a dialética, de acordo com Marx, é a ciência que estuda a sociedade a partir da concretude dos fatos, sem desprezar o campo das ideias. O que leva a entender a sociedade de forma mais ampla, evidenciando as suas contradições e transformações, sendo necessário retratar o modo de relações de dominação, ao qual na sua gênese se implantou e desenvolveu um modo de produção, com suas várias transformações e contradições advindas do seu próprio movimento.

Portanto, em razão do contexto mencionado, percebe-se que o cenário contemporâneo se complexificou e intensificou as formas de exploração do trabalho, sobretudo para aqueles que sobrevivem da catação e do lixo. A relevância desta pesquisa está fundamentada na necessidade de conhecer e discernir o processo de trabalho e a realidade enfrentada por estes sujeitos. Destaca-se a importância social, política, econômica e cultural, na averiguação da subsistência desse contingente em sua totalidade, em que se apreendem quais os direitos positivados e efetivados desses sujeitos e se há violação dos mesmos.

2 | AS TRANSFORMAÇÕES DO MUNDO DO TRABALHO NA CONTEMPORANEIDADE E A SUA PRECARIZAÇÃO

Observa-se nas últimas duas décadas do século XX uma metamorfose no mundo do trabalho, ocasionando um conjunto de mudanças, tanto no âmbito da produção, como também na reprodução social da força de trabalho. Até o final da década de 1960 o fordismo vigorou como modelo soberano por se constituir como uma forma hegemônica de dominação e controle social no chão da fábrica e “fora da fábrica”, cuja premissa básica era a adesão dos trabalhadores por meio da capacidade de persuasão, associada a uma impulsão policialesca do trabalhador à máxima produtividade.

Este modelo consolidou-se, como, ao mesmo tempo, alternativo e complementar ao Taylorismo. De acordo com Ferreira (2008), este se constituiu como o primeiro modo de gestão de trabalho caracterizado pela fragmentação das atividades dos trabalhadores; pela divisão entre planejamento e execução e pelo controle dos tempos e movimentos durante o processo de trabalho. Essas estratégias foram desenvolvidas pelo taylorismo para evitar

a perda e o desperdício de tempo, tendo em vista aproveitar ao máximo a capacidade produtiva do coletivo de trabalhadores.

Para Oliveira (2012, p.22), o taylorismo também se caracterizou como uma forma de gestão autoritária, baseada no poder coercitivo que se restringiu ao local de trabalho, não chegando a ser um modelo hegemônico da gestão do trabalho e da sociedade. Desta maneira, para que o taylorismo se tornasse hegemônico era necessário romper com práticas sociais e hábitos culturais vigentes, era preciso conduzir toda a sociedade a aderir a uma cooperação necessária entre patrões e empregados.

Uma mudança que ganhou destaque foi o expressivo avanço tecnológico, sendo que, segundo Ferreira (2008 p. 30), nos países periféricos, como o Brasil, as formas modernas passam a conviver com as formas arcaicas, já que a alta tecnologia soma-se ao trabalho infantil, escravo, informal, a mão de obra barata, maior inserção das mulheres no mercado, as terceirizações e etc., radicalizando a questão social.

Os trabalhadores em geral vivenciam a insegurança no mundo do trabalho, estão vulneráveis ao desemprego, precarização, perda dos direitos sociais e não conseguem se organizar e se fortalecer como classe trabalhadora, havendo um desmonte das organizações sindicais e das políticas sociais.

3 | SURGIMENTO E EVOLUÇÃO DA CATAÇÃO DE MATERIAIS RECICLÁVEIS NO BRASIL

Devido às mudanças no padrão de produção e de acumulações capitalistas ocorridas no final da década de 1970, muitas profissões consideradas estáveis passaram por processos de externalização, terceirização, subcontratação e jornadas temporárias, sazonais e parciais, alinhando-se ao surgimento de novas ocupações.

Como consequência, muitas pessoas perderam seus empregos, encontrando-se diante da necessidade de buscar alternativas de geração de renda. Neste contexto, a rua e o trabalho da catação apareceram como meios para garantir o sustento desses trabalhadores desempregados (BOSI, 2008).

Segundo Alencar (2007), as origens da atividade de catação de material reciclável são incertas. Sabe-se que alguns escritores e poetas utilizaram esse tema como inspiração, de modo que o poeta brasileiro Manoel Bandeira, em 1947, escreveu o poema "O Bicho", expondo sua indignação com a situação de pessoas catando para se alimentar. Segue um trecho do referido poema:

"O Bicho não era um cão,
Não era um gato,
Não era um rato.
O bicho, meu Deus, era um homem."

De acordo com Alencar (2007), esta atividade intensificou-se alguns anos após a

Revolução Industrial – Sec. XVIII, com a geração de objetos de consumo e embalagens em larga escala, aumentando significativamente a quantidade de resíduos sólidos nas áreas urbanas. No Brasil, o problema do lixo envolve o êxodo rural, principalmente nos anos de 1940 e 1950, de modo que no início da década de 1960, metrópoles como São Paulo e Rio de Janeiro, com 3,7 milhões e 3,2 milhões de habitantes, respectivamente, já conviviam com grandes contingentes de catadores em lixões.

Bosi (2008) chama atenção para o fato de que a maioria destes trabalhadores não foi catador a vida toda e esta ocupação não foi resultado de uma livre escolha. A maioria dos catadores teve uma profissão a qual não pôde mais exercer, fosse pela determinação do mercado, fosse pela diminuição de sua capacidade física em função de seu envelhecimento como força de trabalho. Isto posto, observa-se que o trabalho dos catadores de recicláveis está integrado ao processo de acumulação de capital. Desta forma, o desemprego, a baixa escolaridade, a faixa etária elevada os qualifica para esse tipo de ocupação.

Na cartilha "O Catador é Legal" desenvolvida pelo Ministério Público de Minas Gerais e considerada um guia na luta pelos direitos dos Catadores de Materiais recicláveis, catador é definido da seguinte forma:

Os Catadores de Materiais Recicláveis são profissionais que catam, selecionam e vendem materiais recicláveis. São profissionais que se organizam de forma autônoma ou em cooperativas e associações com diretoria e gestão dos próprios catadores.

A partir da década de 1980, os catadores formaram uma força de trabalho mais visível em todo o país. Em 1986 foi fundada a primeira cooperativa de catadores no Brasil, localizada em São Paulo, a Cooperativa dos Catadores de Papel, Aparas e Materiais Reaproveitáveis – COOPAMARE, formada a partir da luta dos catadores contra a perseguição da prefeitura que havia proibido a atuação deles na cidade. Este processo de luta foi vivenciado em outras cidades brasileiras, as quais possuem o mesmo modelo econômico (ALENCAR, p.7, 2007).

Ainda de acordo com Alencar, nessa década surgiram outras entidades de catadores em São Paulo, Rio Grande do Sul e Minas Gerais. Em Porto Alegre/RS, a Associação das Mulheres Papeleiras da Ilha dos Marinheiros, Associação das Mulheres Papeleiras da Santíssima Trindade, Associação dos Recicladores de Resíduos do Aterro Zona Norte ARRAZN e Associação de Catadores da Restinga; em Novo Hamburgo/RS a Cooperativa dos Recicladores da Grande Porto Alegre. Além dessas, em Canoas/RS a Associação dos Carroceiros e Catadores de Canoas; em Santos/SP a Associação dos Carrinheiros de Santos; em Piracicaba/SP o Grupo de Catadores do Aterro do Pau Queimado e em Belo Horizonte/MG, já no início da década de 1990, a Associação dos Catadores de Papel, Papelão e Materiais Reaproveitáveis - ASMARE.

Apesar da luta constante dos catadores, foi a partir do ano de 1992 que suas articulações políticas e organizações foram mais incisivas. Em maio do respectivo ano foi realizado em Santos/SP o 1º Encontro de Organizações Populares de Catadores de Papel

e Materiais Reaproveitáveis, tendo como principais reinvindicações o reconhecimento profissional e a articulação nacional. Em novembro de 1999, em Belo Horizonte, ocorreu o 1º Encontro Nacional de Catadores de Papel, que serviu como um preparatório para um evento maior (ALENCAR, p.13, 2007).

Segundo o autor referido acima, o marco definitivo na vida dos catadores foi o Congresso Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis que aconteceu em junho de 2001 em Brasília. Este evento contou com o apoio do Fórum Nacional de Estudos sobre a População de Rua e de diversas entidades, como a Organização de Auxílio Fraterna - OAF e a "United Nations Children's Fund" - UNICEF (em português: Fundo das Nações Unidas para a Infância).

Neste congresso foram definidas as bases do Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis – MNCR, devidamente registradas na Carta de Brasília.

Esta carta ressalta os serviços prestados pelos catadores e cobra das autoridades e da sociedade brasileira a regulamentação da profissão, ~~bem como~~ um espaço digno de trabalho, cidadania e erradicação do trabalho infanto juvenil na catação. A partir do Congresso Nacional, houve um grande aumento de cooperativas e associações de catadores no Brasil (ALENCAR, 2007).

Em janeiro de 2003, em Caxias do Sul, ocorreu o 1º Congresso Latino americano de Catadores. Entre as principais conclusões deste encontro estava a necessidade de organização e articulação latino-americana dos catadores. Em dezembro, o MNCR com o incentivo de instituições, como a OAF, Pastoral de Rua, o Instituto Nenuca de Desenvolvimento Sustentável – INSEA, e a Fundação AVINA, conquistou a adesão do Governo Federal, que instituiu uma Comissão Interministerial de Apoio à Inclusão Social dos Catadores e determinou que cada ministério procurasse contemplar os catadores nos seus programas e ações. Em dezembro de 2004 foi assinado convênio com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e a Fundação AVINA, objetivando a estruturação política para o trabalho do MNCR em todo o Brasil (ALENCAR, 2007).

Como resultado desse processo de luta do MNCR, em 2002 os catadores conquistaram o reconhecimento da categoria profissional, oficializada na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO, sob o código de registro nº 5.192-05. Outra conquista dessa categoria ocorreu em 2011, com a Lei Estadual nº 19.823 que dispõe sobre a concessão de incentivo financeiro a catadores de materiais recicláveis (Bolsa Reciclagem). Trata-se de um valor a ser repassado trimestralmente para as associações e cooperativas de catadores, sendo que 90% desse valor são destinados aos catadores e o restante para todo o grupo.

Entretanto, estes devem comprovar que estão trabalhando e que seus filhos estão na escola. A Bolsa Reciclagem é uma forma de reconhecer o benefício que esses trabalhadores trazem para a sociedade. (MPMG, 2013)

Ainda de acordo com a cartilha "O Catador é Legal", em 2010, os catadores se

beneficiaram com a criação da Lei 12.305/2010 que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos. Os governos devem incluir os catadores na efetivação da política, devem incentivar a formação de cooperativas, associações e à estruturação de seus galpões e equipamentos, podendo conceder financiamentos e incentivos. Nos municípios onde há organização de catadores, eles terão preferência na contratação para a atividade de reaproveitamento de resíduos e da coleta seletiva.

Percebe-se, assim, que o recente processo de organização dos catadores vem ganhando notoriedade perante os agentes públicos. Porém, mesmo diante ao avanço nas legislações e na legitimação da profissão, as relações de trabalho dessa categoria permanecem, em sua maioria, na informalidade.

Segundo Medeiros e Macedo (2007), as condições em que os catadores desenvolvem seu trabalho são extremamente precárias. Eles são desprovidos de garantias trabalhistas que os amparem, principalmente em relação a acidentes de trabalho, doenças, aposentadoria, 13º salário e seguro-desemprego. São mal remunerados, vítimas de preconceitos e não são reconhecidos pela sociedade; sem falar nos riscos à saúde existentes na atividade.

Conforme as autoras (apud Birbeck, p.79, 1978) "os catadores se auto empregam, mas, na realidade, eles vendem sua força de trabalho à indústria da reciclagem, sem, contudo, terem acesso à seguridade social do mundo do trabalho".

Desta forma, faz-se necessário a constante organização do MNCR para a efetivação e permanente busca de seus direitos enquanto cidadãos e enquanto categoria profissional, além do merecido reconhecimento e respeito do poder público e de toda sociedade.

Ao analisar os rebatimentos da precarização do trabalho via informalidade, nota-se que os trabalhadores neste meio de produção, inseridos no mercado informal, são expostos a uma jornada de trabalho exaustiva. Tais rebatimentos expõem estes trabalhadores a um regime laboral bem diferente do praticado no mercado formal.

Desta forma, fica evidente a fragilização dos mesmos frente a nova realidade imposta pela informalidade, onde o tempo de trabalho não é mais pré-definido e o salário por este tempo não é mais pré-fixado.

Neste contexto, ao mesmo tempo em que a informalidade pode significar possibilidades para alguns, pode também determinar as dificuldades e condicionamentos de um mercado de trabalho cada vez mais excludente e seletivo. Assim, ficam evidentes as dificuldades que enfrentam os trabalhadores que vivem da catação de materiais recicláveis, em seu cotidiano laboral, tanto na perspectiva de emancipação do cidadão, quanto na desconstrução dos direitos dos mesmos. Percebe-se que estes trabalhadores recorrem à catação de material reciclável por se encontrarem em situação de desemprego e falta de opção no mercado de trabalho. O mesmo pode ser verificado quando se percebe que parte deles já trabalhou em outras atividades laborais anteriores a atual.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Discutir o trabalho e a condição de vida dos trabalhadores da catação é algo que vai muito além da simples dimensão da reinserção deste público na sociedade por meio da renda. Percebeu-se ao longo da pesquisa que este público em sua trajetória sócio histórica carrega as manifestações da questão social, pois o preconceito, a desigualdade, a exclusão social e a negação dos direitos estão presentes na trajetória de vida destes trabalhadores. Tais fatos são resultados do modelo de acumulação capitalista e de um processo de industrialização desigual, tornando a catação uma alternativa de sustento para as pessoas que não conseguem se inserir no mercado de trabalho.

Apesar de esta função proporcionar benefícios sociais, econômicos e ecológicos para a sociedade, constatou-se que os catadores ainda são vistos com preconceito, pois, em sua maioria, é um público que já esteve ou se encontra em trajetória de rua, fazendo da catação um meio para a sua sobrevivência. Esse preconceito, ainda latente em parcela da sociedade, se evidencia pela opinião construída no contexto histórico e cultural, voltada para o senso comum e higienista dos grandes centros urbanos. Considera-se a aglutinação destes trabalhadores em associações ou cooperativas como ferramentas de fortalecimento da coletividade dos catadores, principalmente para a venda de seus produtos, como um grande avanço diante do monopólio de preços colocados pelos atravessadores.

Entretanto, a processualidade e metodologia do trabalho apresentam várias expressões da contradição e exploração da relação entre capital e trabalho, com destaque para a informalidade.

O processo de construção de políticas públicas avançou nesta temática, com conquistas significativas para os catadores de materiais recicláveis. Porém, as mesmas ainda estão longe de reparar a dívida histórica que o Estado tem para com estes trabalhadores. Outro fator agravante advém da falta de efetividade dos direitos e garantias fundamentais promulgados na Constituição Federal de 1988. Ou seja, pensar a superação da precarização do trabalho dos catadores seria menos angustiante se de fato efetivassem as políticas qualitativamente, ou seja, promovendo e garantindo aos trabalhadores da catação o acesso aos direitos sociais e trabalhistas.

Em suma, desmistificar alguns paradigmas sobre o trabalho com materiais recicláveis é essencial para todos. A dimensão unilateral ecológica desse tipo de trabalho se revela com maior facilidade pela sua ênfase na contemporaneidade e interesses do capital travestidos nesse discurso. No entanto, igualmente importante é compreender estes trabalhadores em sua totalidade, como pertencentes a uma classe, bem como as expressões da questão social inerentes ao trabalho e refletidas na vida dos catadores inseridos na sociedade. Para, desta forma, promover ações contínuas e integrais de promoção e garantia e dos direitos e melhoria nas condições de vida e trabalho dos catadores de materiais recicláveis.

REFERÊNCIAS

ABEPSS. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. **Revista Temporalis,** n.3. Brasília, ABEPSS. 2001, p. 41 – 50.

ALENCAR, Bertrand Sampaio de. **Novos protagonistas no espaço urbano**: Origem, Estrutura e Emergência da Organização dos Catadores no Brasil. XII Encontro Da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional - 21 a 25 de maio de 2007. Belém - Pará - Brasil

ANTUNES, Ricardo e POCHMANN, Marcio. **Produção de pobreza e desigualdade na América Latina**. Ed Cortêz. P.195-209.

ANTUNES, R. **A desconstrução do trabalho e a perda dos direitos sociais**. Evocati Revistan. 19, Jul 2007. Disponível em: <http://www.evocati.com.br/evocati/ artigos.wsp?tmp_codartigo=134>. Acesso em: 16/03/2014.

____________. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade no mundo do trabalho. 11 ed. São Paulo: Cortez, 2006.

____________. Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade no mundo do trabalho. 7ed. São Paulo: Cortez, 1999B. In: VIDAL, MARINA VALERIA. **Pressupostos políticos-ideológicos e características do "terceiro setor" no âmbito das Políticas Sociais na Argentina**. Rio de Janeiro: PUC, Departamento de Serviço Social, 2006.

____________. As formas contemporâneas de trabalho e a desconstrução dos direitos sociais. In: SILVA, Mª O da S e, YASBECK, C. **Políticas públicas de trabalho e renda no Brasil contemporâneo**. São Paulo: Cortez; São Luís, MA: FAPEMA, 2006.

____________. Dimensões da precarização estrutural do trabalho. In: DRUCK, Graça & FRANCO, Tânia. (Orgs.) **A perda da razão social do trabalho**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

MESSIAS DE. **Prazer e sofrimento no trabalho de psicólogos em um hospital público da região norte do Brasil.** Porto Velho, Rondônia, 2012.

BARBOSA, Rosangela Nair de Carvalho. **A economia solidária como política pública:** uma tendência de geração de renda e ressignificação do trabalho no Brasil. São Paulo: Cortez, 2007.

BATISTA, ERIKA. **Fordismo, taylorismo e toyotismo:** apontamentos sobre suas rupturas e continuidades. 2008. Disponível em: http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/terceirosimposio/erika_batista.pdf - Acesso em 20 de outubro de 2013.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social:** fundamentos e história. 7.ed. São Paulo : Cortez, 2010. (Biblioteca Básica de Serviço Social, 2).

BOSI, Antônio de Pádua. **A organização capitalista do trabalho "informal".** O caso dos catadores de recicláveis. REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS SOCIAIS - VOL. 23 No. 67. 2008 (Pág 101 a 191)

DIAS, Sonia Maria. **Coleta seletiva e inserção cidadã – a parceria poder público/ASMARE**. Belo Horizonte, 2014. In: JACOBI, P. Gestão Compartilhada dos Resíduos Sólidos: Inovação com Inclusão Social. São Paulo: Annablume, 2006.

DIAS, Sonia Maria. **Construindo a cidadania: avanços e limites do projeto de coleta seletiva em parceria com a ASMARE**. Instituto de Geociências da UFMG. Belo Horizonte. 2002

FERREIRA, JOSÉ WESLEY. **Questão social**: apreensão e intervenção no trabalho dos assistentes sociais. Porto Alegre. 2008. Disponível em: http://tede.pucrs.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=1230 - Acesso em 21 de outubro 2013.

MINAS GERAIS. Belo Horizonte. **Outra Economia é necessária e urgente**, 2012.

HARVEY, D. **A condição pós-moderna**. Edições Loyola, Rio de Janeiro,1992.

MACEDO, Kátia Barbosa. MEDEIROS, Luiza Ferreira de Rezende. **Profissão catador de material reciclável:** entre o viver e o sobreviver. Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento RegionaL. G&DR v. 3, n. 2, p. 72-94, mai-ago /2007

MENEZES, Sócrates Oliveira. **De "supérfluos" a sujeitos na contramão do capita** : a geografia do (des)trabalho. São Cristovão/SE: Dissertação de Mestrado/ NPGEO-UFS, 2007.

MOTA, Ana Elizabete. **A nova Fábrica de Consensos**: Ensaios sobre a reestruturação empresarial, o trabalho e as demandas ao Serviço Social – 5ª Ediçao – Editora Cortez - 2010

MPMG – Ministério Público de Minas Gerais. **O Catador é Legal**. Um guia na luta pelos direitos dos Catadores de Materiais Recicláveis. SIC – Superintendência de Comunicação Integrada MPMG. Belo Horizonte, 2013.

NETTO, José Paulo. **Transformações Societárias e Serviço Social** - notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil, in Serviço Social e Sociedade, Cortez Editora, Ed. 50, 1996, (p. 87-132).

NOGUEIRA, Claudia Mazzei. **A feminização no mundo do trabalho**: entre a emancipação e a precarização. PUC-SP (Faculdade de Serviço Social). Disponível em: <http://www.galizacig.com/actualidade/200306/cmn_a_feminizacao_no_mundo_do_trabalho.htm>. Acesso em 27/03/2014.

OLIVEIRA, Vanessa Dias de. **A informalidade do/no mundo do trabalho e os trabalhadores informais precarizados em Itabaiana/S**E. GEONORDESTE, n. 2: Ano XXII – Artigos, 2011.

PEREIRA, Maria Cecília Gomes. **Luta por reconhecimento e desigualdade social: uma análise da experiência dos catadores da ASMARE em Belo Horizonte (MG)**. Fundação Getúlio Vargas. Escola de Administração de Empresas de São Paulo. São Paulo. 2011.

ROCHA, Sonia. **Pobreza no Brasil**: Afinal, de que se trata? 3ª Ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006.

SINGER, Paul. Economia solidária: um modo de produção e distribuição. In. SINGER, Paul e SOUZA, André R. (org.) **A economia solidária no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2000.

SINGER, Paul. **Globalização e desemprego**: diagnóstico e alternativas. 4ª edição. São Paulo: Contexto, 2001.

CAPÍTULO 4

A INSERÇÃO DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA NA PERIFERIA URBANA DE VITÓRIA DA CONQUISTA-BA

Data de aceite: 01/09/2022

Tânia Costa Silva
Programa de Pós-Graduação em Geografia – PPGeo - Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia-UESB, Assistente Social na Política de Habitação de Interesse Social - Prefeitura municipal de Vitória da Conquista - BA
https://orcid.org/0000-0003-2462-9420

Daniela Andrade Monteiro Veiga
Professora Adjunta do Departamento de Ciências Exatas e Tecnológicas (DCET) da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB)
https://orcid.org/0000-0001-6415-6053

RESUMO: O presente artigo aborda a inserção do programa habitacional Minha Casa Minha Vida na periferia de Vitória da Conquista-BA. Trata-se de um estudo sobre a periferização da habitação de interesse social e o agravamento da questão urbana, cujo objetivo é expor a realidade de uma cidade de médio porte atendida plenamente pelo Programa Minha Casa Minha Vida. Por meio de abordagem qualitativa, após ampla revisão bibliográfica e pesquisa de campo,cujos procedimentos metodológicos consistiram em análise do território por meio da observação, entrevista com a comunidade, aplicação de questionário, coleta de depoimentos, analise cartográfica e fotográfica. Além de entrevista e coletas de dados no Programa Municipal de Habitação de Interesse Social. Sua relevância consiste em analisar os desdobramentos das políticas públicas e evidência a natureza dos conflitos que decorre da inserção do Programa MCMV no Bairro Campinhos. Constata que não se realizou o Projeto de Trabalho Social no território pesquisado até o final desta pesquisa. Elucida o agravamento da questão social urbana e avalia o impacto gerado pelo processo de periferização e segregação sócio-espacial na vida da população. Revela que não foram estabelecidos os vínculos de territorialidade, tampouco integração da comunidade do MCMV e o restante do território, e que a estigmatização da pobreza está muito presente no território.

PALAVRAS-CHAVE: Habitação Social. Periferização. Questão urbana.

THE INSERTION OF THE PROGRAM MY HOUSE MY LIFE IN THE PERIPHERY OF VITÓRIA DA CONQUISTA-BA

ABSTRACT: This article addresses the insertion of the Minha Casa Minha Vida housing program on the outskirts of Vitória da Conquista-BA. This is a study on the peripheralization of social housing and the worsening of the urban issue, whose objective is to expose the reality of a medium-sized city fully served by the Minha Casa Minha Vida Program. Through a qualitative approach, after extensive literature review and field research, whose methodological procedures consisted of analysis of the territory through observation, interview with the community, application of a questionnaire, collection of testimonies, cartographic and photographic analysis. In addition to interviews and data collection in the Municipal Social Interest Housing Program. Its relevance consists in analyzing

the unfolding of public policies and evidences the nature of the conflicts that arise from the insertion of the MCMV Program in the Campinhos neighborhood. It is noted that the Social Work Project was not carried out in the researched territory until the end of this research. It elucidates the aggravation of the urban social issue and assesses the impact generated by the process of peripheralization and socio-spatial segregation in the life of the population. It reveals that territoriality bonds have not been established, nor the integration of the MCMV community and the rest of the territory, and that the stigmatization of poverty is very present in the territory.
KEYWORDS: Social Housing. Periphery.Urban issue.

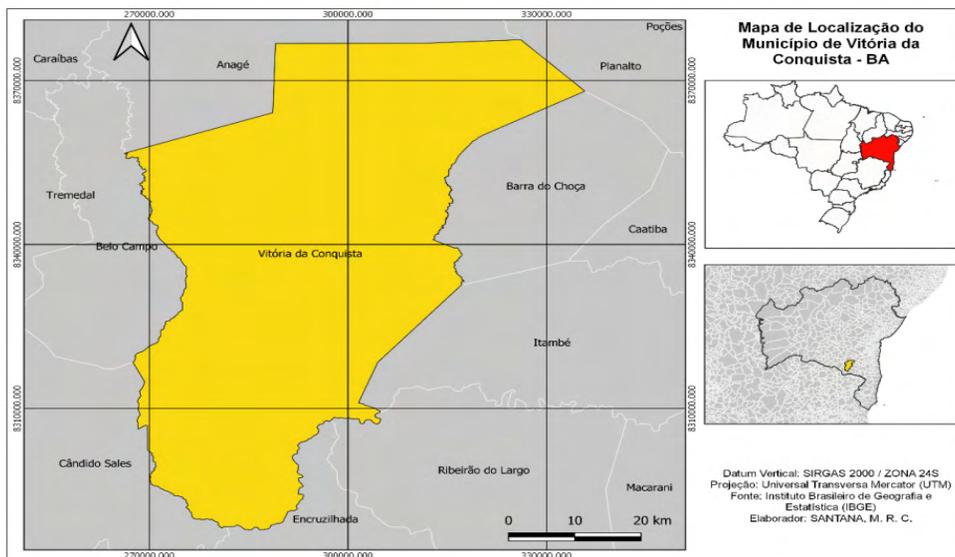
INTRODUÇÃO

Instituído pelo Governo Federal, por meio da Lei nº 11.977 de 7 de Julho de 2009, o Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV) no âmbito da Política de Habitação objetiva promover a produção ou aquisição de novas unidades habitacionais, ou a requalificação de imóveis urbanos e, visava atender às famílias historicamente não atendidas pela política supracitada. Não obstante, antes de atender a essa demanda histórica, percebe-se que na prática o programa atendeu prioritariamente a lógica dominante do capitalismo ao beneficiar majoritariamente as empreiteiras da construção civil. Ao visitar os empreendimentos destinados à faixa 1 do programa nas cidades brasileiras constata-se, em maioria, que a população contemplada não perdeu seu lugar histórico, vez que o programa reproduziu um padrão periférico. Nesse sentido, o estudo em tela visa analisar a inserção do programa Minha Casa Minha Vida na periferia urbana de Vitória da Conquista-BA, a luz do território Campinhos localizado às margens do anel rodoviário da cidade.

Eleger uma temática investigava, pressupõe, inicialmente, explorarmos as razões de ordem teórica e prática para o seu exercício contínuo. Assim, este trabalho é resultante da atividade profissional de assistente social, aliada ao aprofundamento teórico que a Especialização em Análise do Espaço Geográfico da UESB proporcionou, e de uma pesquisa qualitativa realizada no território Campinhos e no Programa Municipal de Habitação de Interesse Social de Vitória da Conquista, em 2019 e, em 2020.

A INSERÇÃO DO PROGRAMA HABITACIONAL MINHA CASA MINHA VIDA NO BAIRRO CAMPINHOS

O bairro campinhos, Considerado nesse estudo um território de identidade dentro de Vitória da Conquista, até os anos 2000 possuía características predominantemente rurais. Reunia um conjunto de costumes e tradições de subsistência familiar, dos quais fazem parte: a produção de farinha, biscoitos, beijus, goma, entre outros produtos derivados da mandioca, comercializados principalmente nas feiras livres locais. Conforme a cidade foi se expandindo o bairro também seguia a dinâmica e se expandia proporcionalmente, passando a concentrar outros seguimentos da classe trabalhadora que tem na venda da

força de trabalho em outros espaços da cidade o único meio de subsistência. A população residente no bairro era 4.889 habitantes de acordo com o censo de 2010. Contudo, nos anos seguintes o bairro Campinhos experimentou um crescimento mais acelerado. De acordo com a Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista (PMVC) entre os anos de 2011 e 2014 foram entregues nesse bairro 2.322 unidades habitacionais do programa MCMV I. Estima-se que nesse curto período teve um acréscimo de 9.288 habitantes no bairro oriundo da Política de Habitação. A inserção do PMCMV não considerou o estudo de impacto de vizinhança (EIV) e agravou a questão social no território.

MAPA 1- Localização Geográfica de Vitória da conquista- BA, 2022.

Fonte: Santana e Silva, 2022.

A cidade de Vitória da Conquista recebeu 22 conjuntos habitacionais do PMCMV faixa 1, dos quais, apenas três situa-se para dentro do anel rodoviário. Contudo, bem próximo dele. Tal situação se explica dada a forte especulação imobiliária presente nas cidades, e a lógica dominante do mercado que expulsa a população vulnerável para as margens das cidades brasileiras.

Em relação à infraestrutura, contatou-se a presença de um Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), implantado estrategicamente para atender a população recém-chegada ao território por meio do PMCMV. Antes da implantação do PMCM já existia uma escola municipal, uma escola estadual. Existem duas Unidades Básicas de saúde no território- UBS, A unidade da Vila Simão, que atende em horário das unidades de Zona Rural e a Unidade Jardim Valéria, que recentemente conseguiu uma extensão para atendimento da população do Loteamento Morada Nova e dos residenciais Lagoa

Azul. Passados mais de sete anos da chegada dos empreendimentos MCMV 1, não houve ampliação significativa desses equipamentos. Uma creche foi construída e entregue em 2016 na Vila Simão e uma nova escola está em fase de acabamento, construída através de recursos do Ministério das Cidades, segue o projeto do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) do Governo Federal, vai gerar 360 vagas totais, mas está longe de resolver a demanda por completo.

As quase três mil famílias dos residenciais do PMCMV1 nesse território não contam com a cobertura de Agentes Comunitários de Saúde.

A população MCMV não é acolhida pelo território. São estigmatizados como os moradores das "casinhas". Não há integração efetiva ou vínculo de territorialidade. Moradores mais antigos do bairro revelam que os campinhos não melhorou sua infraestrutura após a chegada dos residenciais do PMCMV. O bairro não possui esgotamento sanitário. Possui rede de esgoto apenas nos residenciais do Programa MCMV. Não melhorou a coleta de lixo, nem serviços de limpeza urbana. Não houve melhorias na pavimentação, haja vista que o asfalto do bairro foi realizado em 2006.

O transporte público também é precário, funcionando com apenas uma linha, o que faz a população recorrer ao transporte clandestino. Mas as queixas mais frequentes dizem respeito à Segurança Pública. A população do território destaca que violência no Bairro cresceu nos últimos anos. A inserção do Minha Casa Minha Vida, se relaciona a esse fato, no entanto não se pode culpabilizar os sujeitos que ali foram inseridos. Os agenciamentos entre poder público, empresas da construção civil, em prol do dinamismo efêmero e subsidiado da economia, geração de emprego e renda, famílias ávidas por unidades habitacionais, sejam para uso ou para ampliação do patrimônio, entre outros fatores, submersos em um sistema capitalista são responsáveis pelo caos social que se instalaram nos residenciais do Programa MCMV faixa 1 e seus territórios e pela permanência da alta vulnerabilidade as quais as famílias contempladas estão submetidas.

A pobreza, a estratificação social, o desemprego, a ação do poder paralelo do tráfico, a ausência de renda, a estigmatização, entre outros fatores da questão social se agrava e toma novas dimensões nos residências do Programa Minha Casa Minha Vida faixa1.

Os espaços de inserção do PMCMV assumem contornos periféricos, não apenas pela localização, considerando as discussões sobre o conceito de periferia na atualidade, e sim pelo conjunto de fatores que se definem como segregação sócio-espacial. Martins (2008) define periferia como a negação das promessas transformadoras, emancipadoras, civilizadoras e até revolucionárias do urbano, do modo de vida urbano e da urbanização. Essa definição se materializa na inserção do PMCMV, haja vista que o público contemplado outrora sonhava com a casa própria e o direito urbano, no entanto não perdeu seu lugar histórico: as periferias das cidades.

Diante das investidas do capitalismo, a população mais vulnerável é quem experimenta e vivência a exclusão sócio-espacial como produto da apropriação e uso

desigual do solo negando-lhes o direito ao urbano, direito à cidade. Lefebvre (1976) compreende que o urbano é a simultaneidade, a reunião, é uma forma social que se afirma, enquanto a cidade é um objeto espacial que ocupa um lugar e uma situação ou a projeção da sociedade sobre um local.

O espaço urbano pode ser objeto dos mais diversos ramos do conhecimento. Aqui, busca-se compreender o conteúdo social da reprodução da sociedade revelado pelas práticas sócio-espaciais.

Do ponto de vista metodológico, reconhece-se, de antemão, o desafio de se realizar a aproximação e a interação de reflexões oriundas do conhecimento geográfico e do serviço social, em um esforço conjunto que apenas se inicia e deve respeitar os saberes acumulados em ambos os campos de reflexão e ação, mas que precisa, também, superar tradições e trajetórias disciplinares monolíticas. Os pontos de apoio a partir dos quais se sugere que essas "trocas conceituais" possam ser efetivadas são: a construção de um olhar comum sobre o permanente processo de produção do espaço e os vários sentidos que o uso do território pode assumir no desenvolvimento de políticas públicas.

Rufino et. al (2015) pontua que, a análise e compreensão de um programa habitacional das dimensões do Minha Casa Minha Vida requer uma observação ampla e cuidadosa do desenho político e financeiro e dos seus impactos indeléveis sobre as cidades, que ultrapasse a análise mais imediata das quantidades ou das aparências urbanísticas e arquitetônicas dos empreendimentos.

> O "Minha Casa Minha Vida" é, antes de tudo, uma "marca", sob a qual se organiza uma série de subprogramas, modalidades, fundos, linhas de financiamento, tipologias habitacionais, agentes operadores, formas de acesso ao produto "casa própria" (RUFINO et. tal, p.15, 2015).

Expor a realidade de uma cidade media, atendida plenamente pelo programa MCMV, considerando a situação em que a demanda estimada em 2010 pela FundaçãoJoão Pinheiro- FJP para a faixa 1 foi plenamente construída e entregue em unidades habitacionais, e a realidade de vulnerabilidade da população permanece, indica que as diretrizes estatísticas as quais orientam a execução de um programa federal não são insuficientes para alterar significativamente a realidade da população, subsídios para as considerações sobre a continuidade e relevância de um trabalho social continuo de acompanhamento da população em âmbito local.

Em entrevista com uma das coordenadoras do Programa de Habitação na época da implantação do Programa Minha Casa Minha vida em Vitória da Conquista, ela Relata que houve uma "corrida" das empresas construtoras em habilitar o município. Ou seja, por mais que houvesse uma demanda crescente por moradia no Programa de Habitação Popular, criado na década de 1990, após muitas reivindicações de movimentos sociais em busca da moradia em Vitória da Conquista, a movimentação para implantar o novo Programa Federal não vinha das camadas sociais e nem da prefeitura a princípio, mais sim dos seguimentos

econômicos voltados para o mercado da construção.

A ideia de que as construtoras estavam trazendo emprego, renda, desenvolvimento e progresso para a cidade, e que o poder público estava garantido o direito à moradia às famílias de baixa renda encobriam os interesses de acumulo de capital por meio de uma expansão urbana acelerada e da especulação imobiliária para valorização de terras afastadas da malha urbana. Como pode ser observado no trabalho de Rocha (2018)e na pesquisa Crescimento Urbano – Habitacional desenvolvida na UESB.

Mapa 2- Vitória da Conquista – BA: Localização dos empreendimentos Minha Casa Minha Vida faixa 1 Rocha, 2018.

Percebe-se no Mapa 2 a inserção dos empreendimentos do PMCMV faixa 1 nas áreas de expansão urbana. A partir desta inserção articulada pelas construtoras, se valorizaram espaços urbanos distantes do centro e sem infraestrutura pré-existente a implantação dos conjuntos habitacionais (faixa 1).

As áreas que se encontram entre o centro consolidado e as áreas onde se implantou os residenciais faixa 1 do programa tornaram-se local privilegiado e assim as construtoras lançam seus empreendimentos destinado as outras faixas de renda, para comercialização e financiamento privado. Nesse cenário, os residenciais do PMCMV faixa 1 assumem um padrão periférico não apenas pela ideia de localização, mas pelo conjunto de fatores que negam a uma determinada parcela da população o direito a outras áreas da cidade, mais valorizadas.

O Bairro São Pedro, logo após o anel rodoviário, a noroeste dos Campinhos já começa receber condomínios privados e a especulação imobiliária domina todas as terras restantes[1]. Para o mercado é resultado do progresso e a marca do desenvolvimento

1 No Mapa 2 é facilmente visualizada essa expansão especulativa do território.

Conquistense. Para sociólogos, Assistentes sociais, Arquitetos urbanistas, Geógrafos e demais pesquisadores é o agravamento da questão urbana.

Fotografia 1 – Campinhos: Residenciais do Programa Minha Casa Minha Vida faixa 1

Trabalho de campo realizado por Tânia Costa Silva em Março de 2020.

A inserção dos residenciais do PMCMV nos Campinhos mudou radicalmente a dinâmica do território. Mas para além das transformações visíveis que já foram debatidas em diversos estudos da cidade de Vitoria da Conquista, os Campinhos representa um território de crescentes vulnerabilidades sociais. O estudo revela que a estigmatização da pobreza está muito presente no território.

Na concepção da arquiteta urbanista Ermínia Maricato, a primeira situação de abrigo, conforto e inserção na cidade é a habitação. A marca MCMV representa para uma parte do território a única opção de moradia. Uma vez contemplados, os beneficiários se contentam por estarem abrigados em um imóvel em que paga uma parcela muito pequena, mesmo queixando-se dos diversos problemas que os rodeiam. Conseguir uma unidade habitacional neste contexto é uma oportunidade de sobrevivência. Muitas vezes de forma irregular.

Para a maioria o sonho da casa própria tornou-se pesadelo e um fardo grande demais para suportar. Para o território externo dos residenciais, o PMCMV trouxe pessoas "indesejadas", aumentou a violência,desconstruiu a identidade do bairro e não melhorou a infraestrutura do mesmo, ao contrário, piorou, já que agora disputa os serviços públicos locais com estas pessoas.

Profissionais e estudiosos de diversas áreas têm sido testemunhas do agravamento da vulnerabilidade social nos territórios do PMCMV. A violação de direitos diversos, como não acesso aos serviços básicos de saúde, educação e transporte público, expulsão dos beneficiários dos imóveis por pessoas ligadas ao tráfico, ou abandono dos imóveis forçadas pelo medo, falta de acompanhamento e monitoramento por equipamentos de Assistência Social, além da falta de resposta da Caixa Econômica naquilo que diz respeito à atuação do ente financiador fazem parte do cotidiano da população contemplada.

As tipologias das unidades já foram em boa parte alteradas para atender as

necessidades pontuais dos moradores, mesmo sendo terminantemente proibida pelas equipes técnicas.

Fotografia 2- Campinhos: Mudança na tipologia das unidades habitacionais do PMCMV faixa 1

Fonte: Trabalho de campo realizado por Tânia Costa Silva em Março de 2020.

Os equipamentos de uso comunitários como quiosques, parquinhos e quadras foram destruídos, abandonados ou apropriados para uso individual.

Fotografia 3- Campinhos: Equipamentos públicos residenciais públicos MCMV

Fonte: Trabalho de campo realizado por Tânia Costa Silva em Março de 2020.

Outra situação que chama atenção é o inicio de uma ocupação irregular no terreno remanescente dos residenciais do PMCMV 1, Lagoa Azul. Já possuem três barracos de lona e restos de madeiras e reciclados. Uma das famílias que habita um dos barracos relatou que morava no residencial Lagoa Azul I em uma unidade alugada, como não teve condições financeiras para pagar o aluguel foi despejada. Então foram se abrigar nesse terreno.[2] A área que está sendo ocupada é imprópria para habitação por ser passiva de

2 Entre 2009 a 2017 nunca se produziu tanta habitação nas cidades em tão pouco tempo. Contraditoriamente o aumento da produção da mercadoria habitação, elevou seu preço exponencialmente em relação aos custos de produção. Igualmente contraditório o déficit também aumentou com o aumento da oferta de habitações. Ver SILVA, Tânia Costa; VEIGA, Daniela Andrade Monteiro. AS RELAÇÕES SOCIAIS NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO. **Geopauta**, [S.l.], v. 3, n. 2, p. 142-157, dez. 2019. ISSN 2594-5033. Disponível em: <http://periodicos2.uesb.br/index.php/geo/article/view/5649>. Acesso em: 21 mar. 2020. doi: https://doi.org/10.22481/rg.v3i2.5649.

inundação, além da precariedade da unidade habitacional.

Fotografia 4 - Campinhos: Ocupação em área remanescente do Residencial Lagoa Azul

Fonte: Trabalho de campo realizado por Tânia Costa Silva em Março de 2020.

O Estado para dar resposta à questão da moradia lançou um pacote econômico que prometeu realizar o sonho da casa própria, mas não se preocupou com a estrutura social, o que contoufoia razão econômica.

Na concepção da socióloga Vera Telles, a pobreza é colocada, na sociedade brasileira, como algo naturalizado, que faz parte da paisagem urbana, pois, paradoxalmente, foi incorporada e aceita no cotidiano dos cidadãos brasileiros, que se acostumou com a mesma, em suas mais variadas expressões. Nesse sentido, Koka (2013) dialoga sobre a necessária desnaturalização de determinadas tipologias utilizadas como sinônimos caricaturais e homogeneizantes de grupos populacionais específicos, que tomam como referência preferencial linhas de corte de renda, aliadas a outras características de perfil demográfico. Ela aborda que:

> Coloca-se em questão o risco de um reducionismo nessa tendência atual de estabelecimento de critérios, adotados por diferentes programas sociais brasileiros, calcados, exclusivamente, em características de pessoas e/ou famílias, desconsiderando a complexidade dos contextos em que estas vivem. (KOKA, p. 31, 2013).

Em relação ao PMVC, isso ficou evidente à medida que uma série de complexidades se desencadeou no convívio da população contemplada logo após sua instalação, tais como dificuldades de adaptação e convívio em um novo modelo de habitar, haja vista que não se levou em consideração a vivência dos sujeitos em outros espaços. É a mãe que não consegue permanecer, porque no local onde antes morava contava com a solidariedade dos familiares para cuidar dos filhos e se vendo distante não consegue se adaptar. São os diversos conflitos com vizinhos pelo espaço comum e até os individuais, considerando que o modelo "condominial" imposto não se adequa a realidade das famílias. É violência generalizada e disputa de poder pelo tráfico que controla estes espaços devido a grande fragilidade e vulnerabilidade da população. A complexidade é tão grande que se constatou

que famílias rivais no trafico foram parar no mesmo território ou até mesmo no mesmo residencial gerando mortes e desocupação de unidades.

Nos residenciais crianças e adolescentes são facilmente recrutadas pelo trafico de drogas. Isso ocorre com muita frequência nos espaços periféricos onde habita população vulnerável. Aliás, o trafico é muitas vezes a única alternativa de emprego e consequentemente de sobrevivência nesses espaços.

Em relação aos atos de violência a população majoritariamente revela não se sentirem seguras dentro de suas próprias casas e não se sentem protegidas pela polícia ou possuem uma visão negativa da ação policial. De acordo com os moradores, a polícia é repressiva e geralmente entra nos residenciais do Programa para matar.

Todos esses conflitos levam ao abandono, ou a comercialização dos imóveis do MCMV1 e gera ocupações irregulares. Com base nos dados coletados em campo, e na Diretoria de Habitação de Interesse Social mais de 60% dos imóveis estão ocupados de forma irregular[3]. Além disso, existem pessoas especulando estes imóveis e lucrandoindevidamente com as unidades habitacionais construídas para atender o interesse social. O aluguel de uma unidade MCMV nos Campinhos custa em média duzentos e cinquenta reais. É o valor que muitas famílias conseguem pagar dada a grande especulação imobiliária na cidade que eleva o preço dos alugueis.

A realidade da desigualdade social e urbana era prevista pelos especialistas em urbanização já no lançamento do programa MCMV, muito antes de inaugurar o primeiro residencial.

Rolnik e Nakano alertaram:

> A mobilização de investimentos públicos na indústria da construção civil tem sido uma das soluções keynesianas para momentos de crise econômica. Porém, existem armadilhas perigosas se a solução encontrada for um pacote habitacional baseado somente na ampliação do acesso ao crédito para a compra de produtos imobiliários, associada à desoneração da indústria da construção, sem conexão com nenhuma estratégia de planejamento urbanístico, fundiário e institucional. É perigoso confundir política habitacional com política de geração de empregos as quais, embora tenham relações óbvias, não são sinônimos. Construir moradias é produzir cidades. O risco é transformarmos o sonho da casa própria em pesadelos de cidades apartadas e insustentáveis. (ROLNIK e NAKANO, 2009).

A previsão foi concretizada. Construíram-se cidades e o sonho da casa própria para muitos se tornou um pesadelo. Nesse contexto as prefeituras tem a missão de viabilizar os equipamentos necessários de dar conta da grande demanda que se levanta nos territórios.

As promessas do Plano de Trabalho Social (PTS) não foram concretizadas na maioria das cidades brasileiras. Em Vitória da Conquista o PTS não foi diferente,apenas cinco dos vinte e dois residenciais passou pela execução completa do PTS. Em nenhum

---

3 Resultado obtido por amostragem com base na analise dos atendimentos, visitas de ocorrências, e lista de irregularidades com base em denuncias registradas na ouvidoria CAIXA.

dos residenciais presentes nos Campinhos foi finalizado o PTS até o final desta pesquisa.

Evidentemente a atividade de Trabalho Social deveria ter ocorrido logo após a entrega, pois na sua forma conceitual o Trabalho Social é um conjunto de estratégias, processos e ações, realizado a partir de estudos diagnósticos integrados e participativos do território, integrando as dimensões: sociais, econômicas, produtiva, ambiental e político que envolve a população beneficiada com vistas à participação das famílias na articulação com as políticas públicas para a sustentabilidade dos bens, serviços e equipamentos implantados. Sua finalidade é Promover a participação social, a melhoria das condições de vida, a efetivação dos direitos dos beneficiários e a sustentabilidade da intervenção.

Levando em consideração o tempo de entrega dos residenciais, bem como a crise econômica e política instalada no país,a efetivação do trabalho social é mais que um desafio, é uma missão demasiadamente delicada e extremamente difícil. Mais ainda muito necessária. No mais o caos social fica lá nas periferias surgidas ou criadas, distante do acesso aos bens da cidade, mas perto o suficiente para que a força de trabalho seja explorada pela cidade do capital.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O MCMV, se tratando de uma política pública planejada não deveria assumir padrões periféricos, todavia constatou-se a persistência de conflitos sociais e espaciais típicos das periferias que se intensificam e toma novas dimensões no MCMV e revela que na prática a execução do programa não levou em consideração o Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) nos territórios onde se instalaram os conjuntos habitacionais do programa, visto que não houve ampliação dos serviços públicos locais, também se constatou que não houve trabalho social no pós entrega do MCMV no território pesquisado. Desse, modo ficaram evidentes os fortes impactos sócio-espaciais, que se desdobram em novas questões sociais.

REFERÊNCIAS

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPUBLICA. **Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009**. Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas... Brasília, 2009.

CASTELLS, Manuel. **A questão urbana.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983 (Coleção Pensamento Crítico: v. 48).

CHAUÍ, Marilena. **Brasil**: mito fundador e sociedade autoritária. São Paulo: Fundação Perseu Abramo. 9a reimpressão, 2003.

FERREIRA, João Sette Whitaker. **Produzir casas ou construir cidades? Desafios para um novo Brasil Urbano.** São Paulo. Fupam, 2012. Disponível em<http://www.fau.usp.br/depprojeto/labhab/biblioteca/textos/ferreira_2012_produzirhab_cidades.pdf>Acesso em Março de 2020.

HAESBAERT, R. **Des-caminhos e perspectivas do território**. In: RIBAS, A. D.; SPOSITO, E. S.; SAQUET, M. A. Território e desenvolvimento: diferentes abordagens. Francisco Beltrão: UNIOESTE, 2004. p. 87-120.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. 2 ed. São Paulo: Annablume, 2006.

______. **O Mito da Desterritorialização:** do fim dos territórios a multiterritorialidade. Bertrand Brasil, 3 ed. Rio de Janeiro 2007. 396 p.

IBGE: Senso 2010. Disponível em <https://censo2010.ibge.gov.br/> acesso em 24 de mar.2019.

LEFÈBVRE, Henri. **A produção do Espaço.**trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (original: La production de ‘ espace: 4ª ed. Paris. EdidtonsAhopos, 2000) Primeira versão 2006.

KOGA, D. **Oterritório e suas múltiplas dimensões na política de Assistência Social**. Cadernos de estudos: Desenvolvimento Social em Debate, Brasília, n. 2, p. 17-33, dez. 2005.

KOGA, D.**Aproximações sobre o conceito de território e sua relação com a universalidade das políticas sociais**. Londrina PR. 2013.

MARICATO, Ermínia. Urbanismo na Periferia do Mundo Globalizado: Metrópoles Brasileiras.São Paulo Perspec. vol.14 no.4 São Paulo. 2000. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392000000400004> acesso em 16 de novembro de 2019.

MARICATO, E. **As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias**. In: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. A cidade do pensamento único: desmanchando consensos. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2011. p. 121-192.

MARTINS, José de Souza. **A aparição do demônio na fábrica**: origens sociais do eu dividido no subúrbio operário. São Paulo: Ed. 34, 2008

MINISTÉRIO DAS CIDADES. **Minha Casa Minha Vida: Trabalho Social**. Brasília: [s. n.], 2009.

Portaria 464. MINISTÉRIO DAS CIDADES. **Minha Casa Minha Vida: Trabalho Social**. Brasília: [s. n.], 25 de julho de 2018.

ROLNIK, Raquel; NAKANO, Kazuo. As armadilhas do pacote habitacional. **Le Monde Diplomatique** Brasil, ano 2, n. 20, março/2009.

RUFINO, Maria Beatriz Cruz et. Al. **Minha Casa... E a Cidade?** Avaliação do Programa Minha Casa Minha Vida em seis Estados Brasileiros. Observatório das Metrópoles.Letra Capital. Rio de Janeiro, 2015.

SANTOS, M. A Natureza do Espaço. São Paulo: EDUSP, 2002.

______.**Espaço & método**. 3. ed. São Paulo: Nobel, 1992. (Coleção Espaços).

______. **A dimensão histórico-temporal e a noção de totalidade em geografi** . In: SANTOS, M. Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional. São Paulo: Hucitec, 1997. p. 114-118.

______. **Metrópole corporativa fragmentada.** São Paulo, Nobel, 1990.

______. **Território e sociedade:** entrevista com Milton Santos. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

______.Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica. 3.ed. São Paulo: Hucitec, 1986.

TELLES, V. S. **Pobreza e Cidadania**. São Paulo: Ed. 34, 2001.

CAPÍTULO 5

A PERÍCIA SOCIAL EM SERVIÇO SOCIAL NAS VARAS DA FAMÍLIA: DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS

Data de aceite: 01/09/2022
Data de submissão: 08/07/2022

Viviane de Paula
Tribunal de Justiça de São Paulo
São Paulo – SP
http://lattes.cnpq.br/6668667722732383

RESUMO: Este artigo tem como objetivo analisar os desafios contemporâneos postos à atuação do/a assistente social no âmbito da área sociojurídica, especificamente no Tribunal de Justiça de São Paulo, na particularidade das Varas da Família e Sucessões. Discorrer sobre a precarização das condições objetivas de trabalho e os impactos na prestação dos serviços à população usuária. Sobretudo, pontuar as estratégia neoliberais adotadas pelo Estado na "privatização" dos serviços públicos resultando nas Varas da Família na contratação de peritos autônomos e dando margem ao surgimento de um mercado das perícias.
PALAVRAS-CHAVE: Perícia Social em Serviço Social. Perito. Varas da Família. Direito.

ABSTRACT: This paper aims to investigate the contemporary challenges of Social Forensics in Social Services in the Family Matters and Probate Courts of the State of Sao Paulo's Appeals Court. It also aims to dissert about the downgrading of the material aspects of such work, and the impacts on the public services offerings as well. Nevertheless, pinpointing the neoliberal strategies used by the State on the privatization of the public services, which results, specially in the case of the Family Courts, on the hiring of personal experts, which opens space to the genesis of a expertise market, so to speak.
KEYWORDS: Forensics in Social Services. Legal expert. Family Matters and Probate Courts. Law.

1 | INTRODUÇÃO

O presente trabalho compila algumas reflexões oriundas da pesquisa realizada no doutoramento em Serviço Social, que teve como objetivo analisar a particularidade da perícia social em Serviço Social, realizada pelo assistente social, cuja atuação se insere no Poder Judiciário, especificamente no Tribunal de Justiça de São Paulo nas Varas da Família e Sucessões[1].

A análise ora pretendida privilegia o escopo teórico da conceituação filosófica do método dialético-marxiano sob a ótica luckasiana visando aprofundar a discussão em dois eixos: o primeiro problematiza a interlocução entre o Direito e o Serviço social e os rebatimentos para a atuação como perito nas Varas da Família e Sucessões; e o segundo que discorre sobre o sucateamento dos setores técnicos do Tribunal de Justiça de São Paulo e as estratégias alinhadas ao gerencialismo do

1 Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo no ano de 2021.

Estado para tentar suprir a morosidade das decisões judiciais devido a longa espera para a realização das perícias: social e psicológica.

O método escolhido tem uma proposição clara, ter a história como fio norteador na relação de continuidade e ruptura entre o passado e o presente, reconhecendo o último como produto de condições sócio-históricas determinadas e projetando possibilidades para o devir histórico, no sentido de construir possibilidades de enfrentamento a "privatização" dos serviços públicos e a precarização do trabalho dos assistentes sociais e psicólogos rebatendo diretamente na qualidade dos serviços prestados à população usuária.

Neste sentido, este estudo está demarcado no âmbito da interlocução do Direito e do Serviço Social – área sociojurídica[2], especificamente na estrutura jurídica erigida no Tribunal de Justiça de São Paulo, nas Varas da Família e Sucessões nas quais os assistentes sociais são peritos, desenvolvendo o trabalho de "Perícia Social em Serviço Social"[3], com vistas a apresentar subsídios para a tomada de decisão do magistrado.

Neste espaço de atuação, altamente hierarquizado, disciplinador, ritualizado, de leis e normas, de ordem e tradição, operadores do direito, psicólogos, assistentes sociais e outros profissionais configuram a arena de conhecimentos que, podem, tanto atuar no sentido da manutenção do status quo institucional, quanto de sua reconstrução visando a democratização do acesso à justiça a todas as camadas da população.

Novos rumos na relação sistema de justiça e população usuária demanda aproximações sucessivas à realidade da instituição, sobretudo, na particularidade do setor técnico, à realidade social concreta do(a) assistente social inserido(a) nas Varas da Família e Sucessões. E o caminho escolhido foi o de *"retomar continuamente às coisas, aos homens, à realidade concreta"* (LUKÁCS, 2013, p. 83) e, ao retomar criticamente ao cotidiano de trabalho, e às condições objetivas da instituição na interlocução Direito de Família e Serviço social, somos atravessados por um processo de trabalho que envolve dimensões como a complexidade do Direito, a própria lógica institucional do Tribunal de Justiça e o modo pelo qual a família é compreendida na especificidade do Direito de Família.

A primeira dimensão abarca a complexidade do Direito – como forma do capitalismo, produtor e reprodutor da regulação das relações de compra e venda de mercadorias, na aparência de salva-guarda social da *"igualdade"*, da concepção idealista de *"sujeito de direitos"* (igualdade formal e abstrata) e, na essência, na realidade concreta, portanto

2 "(...) O trabalho do assistente social na área sociojurídica é aquele que se desenvolve não só no interior das instituições estatais que formam o sistema de justiça (Tribunais de Justiça, Ministério Público e Defensorias), o aparato estatal militar e segurança pública, bem como o Ministério de Justiça e as Secretarias de Justiça dos estados, mas também aquele que se desenvolve nas interfaces com os entes que formam o Sistema de Garantia de Direitos (cf. BRASIL, 2006a) que, por força das demandas às quais têm de dar respostas, confrontam-se em algum momento de suas ações com a necessidade de resolver um conflito de interesses (individuais ou coletivos) lançando mão da impositividade do Estado, ou seja, recorrendo ao universo jurídico." (BORGIANNI, 2013, p. 424).

3 Marcamos a adoção dos termos Perícia Social em Serviço Social e Estudo Social em Serviço Social como atribuição profissional exclusiva do Assistente Social em consonância com Fávero, Abigail e Oliveira nas produções: Processos de trabalho e documentos em Serviço Social: reflexões e indicativos à construção, ao registro e à manifestação de opinião técnica publicada pelo CFESS em março de 2020; e Perícia Social em Serviço Social publicado pela editora Papel Social em abril de 2021.

social e histórica, braço do Estado para a manutenção da desigualdade, regulando-a e perfazendo o *"sujeito pelo direito"*, ou seja, o acesso ao Sistema Judiciário e ao pleno gozo dos direitos alcança, de maneira desigual, os sujeitos enredados nas tramas do Direito de Família, a depender do gênero, da classe e dos atributos étnico-raciais[4] (PACHUKANIS, 1988; MASCARO, 2013).

A segunda dimensão demanda o desvelamento do chão histórico do Tribunal de Justiça, sua razão de ser, seus determinantes sociais performam um ambiente de trabalho reprodutor da herança-liberal conservadora, altamente hierarquizada, corporativista (operadores do direito) e burocrática. As raízes históricas desta instituição comportam a destituição dos valores e práticas sociais das matrizes negra e indígena, transplantando o Direito lusitano e consolidando a predominância dos interesses da elite Portuguesa na formação da cultura jurídica no Brasil. (DE PAULA, 2015).

O Sistema de Justiça[5], historicamente, serviu aos interesses da burguesia, formado não somente por sujeitos que a representassem, mas, sobretudo, que se constituem da própria burguesia, logo, homens, brancos e de família de grandes latifundiários. A exemplo, no século XVII, apenas 29,4% dos magistrados eram brasileiros e, para eles, era exigida a graduação na Universidade de Coimbra, marcando o recorte de classe que se enraizou no Sistema de Justiça Brasileiro tornando-o um complexo reprodutor das desigualdades[6] (WOLKMER, 2014).

Os rebatimentos destes traços históricos desvelam-se na transformação da classe trabalhadora, mulheres, crianças, idosos, negros, etc., em objetos da justiça, tardiamente reconhecidos no Brasil, no marco da Constituição Federal de 1988, como "sujeito de direitos". Tais determinações atravessam por séculos as condições de vida da coletividade, radicalizando as múltiplas expressões da questão social. A esfera do Direito e as instituições daí decorrentes não repousam inteiramente em si mesmas, tal como a fetichização idealista as representa socialmente.

A terceira dimensão situa a família na especificidade do Direito de Família. A

---

4 A discussão sobre os conceitos de sujeito de direito e sujeito pelo direito é realizada na crítica do Direito e subjetividade Jurídica na "Teoria Geral do Direito e Marxismo", E.B. Pachukanis, 1988

5 O Sistema de Justiça é formado por instituições estatais, tais como: Tribunal de Justiça, Ministério Público, Defensoria Pública, Justiça Militar, Instituições de Segurança Pública, Secretarias de Justiça dos Estados e Ministério da Justiça, nos termos de Borgianni (2013, p. 424) destacamos as interfaces com as instituições que formam o "Sistema de Garantia de Direitos (cf. Conanda, 2006) que, por força das demandas às quais têm que dar respostas, confrontam-se em algum momento de suas ações com a necessidade de resolver um conflito de interesses (individuais ou coletivos) lançando mão da impositividade do Estado, ou seja, recorrendo ao universo jurídico". Segundo Sadek (2010) o Sistema de Justiça é muito mais amplo que o poder judiciário, envolve a atuação de diferentes agentes, para além do juiz, o delegado e os funcionários de cartório, dentre outros. Possui uma organização espacial com critério de divisão territorial por comarcas que são a menor unidade judicial. As comarcas podem ser de primeira entrância ou inicial, de segunda ou intermediária, de terceira ou final e, especial. O critério processual definirá o tipo de vara, para resolução de questões criminais – vara criminal-, para os casos cíveis – vara cível-.

6 De acordo com o "Perfil Sociodemográfico dos magistrados brasileiros 2018" realizado pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, de um contingente de 18.168 magistrados, 11.348 responderam à pesquisa o que evidenciou que 72% da magistratura no Brasil é composta por homens, 80% deles se declararam brancos, 51% dos estratos mais altos da sociedade. O percentual de magistrados pretos foi de 1,6% e 11 se declararam indígenas. O percentual de mulheres é de 38%.

complexidade das situações e conflitos familiares, sem as mediações necessárias, pode relegar o profissional à falsa ideia de que se trata, apenas, de situações singulares, marcadas pelo antagonismo de interesses entre os sujeitos envolvidos no litígio que, diante do encerramento do “contrato” de casamento (união estável), portanto, das frustrações em torno de projetos de vidas desfeitos, usam e abusam do direito ao contraditório para levar, até as últimas consequências, a disputa pelo patrimônio e pela guarda dos filhos, instrumentalizando os últimos à satisfação de seus interesses, ainda que, isso signifique (consciente ou inconscientemente) violar os direitos e o melhor interesse da criança e/ou do adolescente.

Negar a factualidade é fundamental para o desvelamento da realidade, para isso é preciso situar os litígios em Vara da Família e Sucessões na totalidade social, radicalizados pela questão social e suas múltiplas expressões, não dissociados da sociabilidade capitalista, de um sistema social, político e econômico que transforma tudo em mercadoria, coisificando as relações sociais, engendrando um modo de produção e reprodução social da vida, que se enraíza na base material e espiritual, performando a objetividade e a subjetividade do ser social.

A ultrapassagem da factualidade dos litígios faz emergir a violência estrutural, a violência de gênero, a violência contra a criança e o adolescente, a violência institucional, o racismo, a homofobia, a miséria, a violação de direitos, ou seja, formas de sociabilidade em negação. Potencializam-se as desigualdades oriundas das relações sociais de sexo[7], e as demais relações que envolvem a conjugalidade, a parentalidade e a rede de parentesco como um todo são revestidas pela forma da posse.

Desta monta, torna-se premente a discussão sobre a pericia em serviço social e seu potencial de desvelar a realidade fazendo emergir questões estruturais como o racismo estrutural, o patriarcado, o empobrecimento populacional, o não acesso a bens e recursos públicos, como centrais nas questões familiares que demandam a atuação do assistente social no poder judiciário. Se os operadores do Direito tomam as contendas familiares do ponto de vista individual, do sujeito, são os assistente sociais profissionais potenciais para traduzir para os profissionais do Direito o imbricamento entre a singularidade da demanda de cada família à universalidade da estrutura capitalista da sociedade. E a perícia social em Serviço Social em sua objetivação em laudos e pareceres sociais pode tornar inteligíveis tal relação.

2 | A INTERLOCUÇÃO ENTRE O DIREITO E O SERVIÇO SOCIAL E OS REBATIMENTOS PARA A PERÍCIA SOCIAL EM SERVIÇO SOCIAL

A interlocução do Serviço Social com o Direito, torna imperativo captar as particularidades da intervenção social na institucionalidade, em especial, para este estudo

7 Compreendemos as relações sociais de sexo nos termos de Cisne (2014) são relações sociais, cujas bases estão na relação de opressão entre sexo/gênero, perfazendo as relações entre os sexos historicamente subordinadas e desiguais.

a particularidade da Vara da Família e Sucessões do Tribunal de Justiça de São Paulo.

Para tal intento, faz-se mister situar o Direito enquanto produto histórico necessário à regulamentação de interesses do modo de produção capitalista e do Estado burguês. Neste sentido, de antemão é preciso situar o Direito na esfera da reprodução social, necessário à manutenção das desigualdades entre as classes sociais e como instrumento fundamental do poder do Estado. Portanto, como já advertira Marx, nem o Direito e nem o Estado pairam acima dos interesses antagônicos das classes sociais.

É compreendendo a gênese do Direito no desenvolvimento do capitalismo, que torna-se possível capturar suas categorias centrais como a propriedade privada, a partir da qual se desencadeia e se desenvolve toda uma superestrutura jurídica (PACHUKANIS, 1988). É pelo Direito que se colocam os liames necessários para a regulamentação da venda da força de trabalho e sua exploração, a necessidade de tornar legítimos, por meio de leis e resoluções, os interesses e privilégios burgueses, assim como a regulação das relações que se imbricam em torno dos interesses antagônicos de classe e as contradições daí oriundas.

Entretanto, é também por meio do Direito que se movimentam forças contraditórias, tanto no sentido da afirmação dos interesses da burguesia, quanto das forças imbuídas de negatividade, no sentido de afirmar demandas dos trabalhadores na forma da consolidação do Direito (Constituição de 1988, ECA, etc). No interior das instituições jurídicas, movimentam-se operadores do Direito, imbuídos de manter o status quo, assim como profissionais das mais diversas áreas que contribuem para a afirmação e a garantia de direitos numa perspectiva progressista. No nexo do movimento judiciário se estabelece a relação de forças que afirmam e negam o atual estado de coisas. Aí se estabelecem processos, cujo conteúdo encobre as determinações reguladoras da "justiça" que atinge de forma diferente as classes sociais. (DE PAULA, 2021).

As condições objetivas para o trabalho do assistente social judiciário nas Varas da Família e Sucessões do Tribunal de Justiça de São Paulo estão postas e, somente a partir do momento em que se pode descrever e analisar, criticamente, tais condições é que se pode produzir formas mediativas de enfrentamento e ultrapassagem do poder institucional sob o trabalho profissional.

Isso pressupõe compreender que a inserção do Serviço Social como especificidade de um trabalho social, que se realiza no espaço sociojurídico tem como objetivo jurídico o subsídio para as decisões dos profissionais do direito, demandando compreensão fundamentada numa perspectiva histórico-crítica que torna imperativo relacionar as raízes do Direito no Brasil, relacionadas ao chão histórico de um país, cuja formação, guarda particularidades históricas, fundamentadas numa universalidade do sistema de produção capitalista.

É Importante situar o Direito como «um produto da mediação real das relações de produção» (PACHUKANIS, 1988). A sociedade capitalista, cujo processo de produção da

vida material e espiritual dos homens é determinada pela forma como o homem produz e reproduz as dimensões da vida humana. De modo conjunto, há a reprodução de formas do relacionar entre os homens, ideias, valores, representações, instituições que são formas de expressão das relações e das condições materiais em que são produzidas.

A configuração como se desenvolve e se estabelece a produção social numa dada forma societária estabelece, também, a forma como os homens relacionam-se entre si, a relação social entre as pessoas e, entre as classes sociais operam um conjunto de determinações do ser social.

A forma do Direito e toda a estrutura jurídica é a forma do capitalismo, o direito se instrumentaliza pelo capitalismo. A sociedade capitalista se estrutura num dado modo de produção, do qual reverbera as relações sociais. Os meios de produção são de propriedade de determinada classe social, por outro lado, há uma massa de homens denominados "trabalhadores livres" que só podem sobreviver vendendo sua força de trabalho aos detentores dos meios de produção. A massa de trabalhadores explorados por "livre" conveniência, afinal, não são coagidos ao trabalho, são submetidos a um capitalista, deste modo, é preciso que tal relação seja regulada, para além da subjetividade de formas de consciência, é necessário uma mediação jurídica "para dar garantias à marcha, mais ou menos livre, da produção e da reprodução social que, na sociedade de produção mercantil, se operam formalmente através de uma série de contratos jurídicos privados [...]" (PACHUKANIS, 1988, p.13).

O Direito, a estrutura jurídica, as instituições jurídicas são a mediação objetiva da forma da exploração no sistema capitalista de produção. O Direito regula, legitima as relações de produção, de tal modo, que o processo histórico em que se desenvolveram os mercados, a economia mercantil e capitalista, compreende conjuntamente a forma do desenvolvimento da superestrutura jurídica. Da necessidade de se estabelecer uma forma de regulação no que se refere as relações de troca mercantil, da venda da força de trabalho, de se estabelecer um "acordo" entre interesses diversos numa sociedade de proprietários, tal "acordo" é materializado na forma de *contrato* entre duas partes cujos interesses são legitimados na forma do direito.

Na interlocução Serviço Social e Direito, destaca-se a perícia social em Serviço Social, no sociojurídico, e em especial, nas Varas da Família e Sucessões, é compreendida como uma expertise do assistente social. Nela são movimentados processos que envolvem a apropriação teórico-metodológica que fundamentam determinada análise acerca da realidade social.

As requisições postas pelo Direito ao Serviço Social estão nos limites da própria razão de ser do Direito, enquanto complexo subordinado à esfera da economia. Em seu aspecto fetichizante coloca-se como universal, homogeneizador, luta para regular o maior número possível de atividades do ser social, portanto, apresenta um importante aspecto socializante na sociedade. (LUKÁCS, 2013).

O Direito utiliza-se de linguagem própria, opera categorias do real, acreditando estar operando categorias jurídicas. Não ultrapassa a factualidade, portanto não desvela a essência dos conflitos sociais. Move-se por polos contraditórios, alardeando a imparcialidade e a igualdade (formal e abstrata), persuade cumprindo sua função ideológica, se necessário usa a violência através do poder simbólico da força do Estado. Por fim, cumpre sua função de ocultar as raízes, as desigualdades próprias da sociedade capitalista, atuando no sentido de fazer a manutenção do *status quo* encobrindo as determinações sociais e históricas dos conflitos sociais.

O Assistente Social assim, atua entre dois polos, o das pessoas que buscam as Varas da família; e dos operadores do direito que regem e dão movimento à estrutura jurídica, ambos, em sua maioria, incapazes de ultrapassar a factualidade das demandas e a fetichização do Direito.

São as mediações articuladas pelo assistente social num movimento de negar a mera factualidade, através de aproximações sucessivas à realidade, situando os fatos singulares: divórcios, disputa de guarda, disputa de poder, coisificação das relações, abstrações universalizantes em torno das figuras parentais e da prole, na fixação do que é esperado socialmente de cada um; articulados à universalidade da sociedade capitalista: patriarcado, homofobia, racismo, superexploração do trabalho, inferiorização da mulher e da criança, desemprego estrutural, desigualdades econômicas, sociais e políticas, a função social do Direito enquanto poder emanado do Estado e subordinado à economia, para então, particularizá-los na intervenção do assistente social, que dispõe de uma ética contrária, e não raro, inconciliável à dos advogados, uma especificidade do saber que se opõe ao viés controlador e fiscalizatório da vida das famílias, que detém o poder de expressar em laudos e pareceres que a vida das famílias está atravessada pelas múltiplas expressões da questão social para fazer o caminho de volta relacionando-as ao sofrimento humano singular.

O trabalho do assistente social, no sociojurídico, é marcado pela subalternidade, pelo não reconhecimento do seu significado social, sendo requisitadas intervenções de caráter conservador, moralista, de fiscalização e ajustamento de comportamentos da população usuária. As marcas históricas da profissão e sua forma de aparecer socialmente como meramente tecnicista e a serviço dos interesses da classe dominante estão vivas e pulsantes no interior do Tribunal de Justiça de São Paulo.

É necessário clareza do objeto de intervenção do Serviço Social, avaliar criticamente as demandas apresentadas pelos operadores do direito e compreender qual a relação que dá origem a tais demandas para, a partir da utilização do arcabouço de conhecimento produzido pelo Serviço Social, traduzir ou explicar realidades sociais não imediatamente compreensíveis para os operadores do direito.

O trabalho profissional não está desassociado da dimensão política. Diante da diversidade das demandas, dos sujeitos, dos conflitos, somos instados a assumir posições

e tornar inteligíveis para os operadores do direito, relações marcadas pela violência de gênero, etnia-raça, estrutural, sexual, entre tantas outras. A teleologia no processo de trabalho em que estamos inseridos deve ser dar no sentido de utilizar nosso saber profissional, de tal forma que afirme direitos, beneficie os sujeitos/grupos com os quais firmamos compromisso ético-político.

É na objetivação de nosso trabalho – laudos e pareceres – que produzimos documentos que possibilitem, aos juízes e demais operadores do direito, formar convicções favoráveis aos sujeitos/grupos que tiveram seus direitos violados. A nossa formação profissional deve nos capacitar para, cientificamente, reconstruir o "real', reconstruindo, teoricamente seus esquemas e instrumentos, saturando suas determinações e nexos constitutivos apreendê-los num movimento de refazer contra o que já foi feito e visto.

3 | PARTICULARIDADE DA PERÍCIA SOCIAL EM SERVIÇO SOCIAL

O assistente social que atua no Tribunal de Justiça, na especificidade da Vara da Família e Sucessões compõe o setor técnico juntamente com os profissionais da psicologia. Neste sentido, o assistente social judiciário é considerado, no âmbito da Vara da Família e Sucessões, como um perito, um especialista que se utiliza de um arcabouço teórico-metodológico e técnico-operativo, para realização da Perícia Social em Serviço Social, a qual será objetivada por meio de Laudo e Parecer Social.

O perito é compreendido como um especialista em um determinado assunto. A sua ação, a perícia, pode ser entendida como uma vistoria ou exame técnico especializado. A regulamentação da atuação como perito está formalizada no Código Civil, na Lei de Regulamentação Profissional como atribuição privativa do assistente social, assim como, nos Comunicados e Provimentos internos do Tribunal de Justiça[8] que regulam suas atribuições na instituição.

Como perito, o profissional está subordinado diretamente ao juiz de família, o qual formaliza determinação judicial para a realização da perícia social, que também recebe denominações como realização de estudo social, realização de avaliação social e realização de estudo psicossocial[9]. O objetivo da perícia social, no âmbito da "Justiça de Família", é subsidiar a decisão do magistrado em relação ao litígio estabelecido em

8 A função de perito está regulamentada no Código de Processo Civil Lei 5.869, de 11/01/1973, artigos 139,145,147 e 420 a 439. "Art. 145 § 1º Os peritos serão escolhidos entre profissionais de nível universitário devidamente inscritos no órgão de classe competente". Lei de Regulamentação n.8.662, de 07 de junho de 1993. "Art. 5º IV "realizar vistorias, perícias técnicas, laudos periciais, informações e pareceres sobre a matéria de Serviço Social". Comunicado do Departamento de Recursos Humanos n.308/2004; Portaria TJSP n.9.277/2016; Provimento da Corregedoria Geral da Justiça n.17/2018, de 8/06/2018, visando ao cumprimento da Lei n.13.431/2017 – Depoimento Especial. (BRASIL, 2012)

9 Denominação que faz a junção da determinação judicial, para realização de estudo social e psicológico, devendo cada profissional atender conforme sua especialidade. Os casos em que os estudos são realizados conjuntamente pelos profissionais da psicologia e serviço social, é elaborado apenas um laudo, porém conforme Resolução do CFESS 557/2009. Art. 4º Parágrafo Primeiro "O entendimento ou opinião técnica do assistente social sobre o objeto da intervenção conjunta com outra categoria profissional e/ ou equipe multiprofissional, deve destacar a sua área de conhecimento separadamente, delimitar o âmbito de sua atuação, seu objeto, instrumentos utilizados, análise social e outros componentes que devem estar contemplados na opinião técnica".

torno das seguintes situações: a) divórcio, divórcio litigioso; b) guarda; fixação de guarda; modificação de guarda; c) Regulamentação de visitas; visitas assistidas; suspensão das visitas; d) tutela; e) curatela; f) paternidade/maternidade socioafetiva; g) negativa de paternidade.

O trabalho da perícia social tem começo, meio e fim transcorrendo, marcadamente, num tempo de extremas dificuldades para os sujeitos envolvidos que são tomados por determinada situação que os desorganiza, fragiliza, atemoriza, enraivece, forçando-os a traçar novos projetos de vida decorrentes do término da relação conjugal (divórcio), ou em decorrência do luto pela perda de um ente querido (tutela), do reconhecimento de que a sua figura parental não tem mais condições de tomar decisões por si, invertendo a lógica de cuidados de toda uma vida (curatela).

Esses sujeitos que chegam aos setores técnicos, para o início da perícia social, estão marcados pelo fato de que *"o tempo é a irreversibilidade dos acontecimentos"* (HELLER, 2008, p. 13) retirados de sua cotidianidade, logo de sua noção de segurança, o tempo passa a ser o tempo da "Justiça de família", o tempo da perícia social, o tempo da manifestação do Ministério Público, o tempo da decisão do juiz. É nesse tempo que está suspenso, em que parece que a vida não pode prosseguir até que a sentença seja proferida, ou seja, neste recorte da vida destes sujeitos que atua o assistente social.

Facilmente, podemos ser capturados pela expressão fenomênica da situação, permeada de conflitos que são também, cotidianamente inflados pelos próprios sujeitos, e em situações de imperícia profissional pelos profissionais que atuam nos processos, sejam do setor técnico ou operadores do Direito. O intuito, aqui, é mostrar que o profissional necessita estar apropriado de um tipo de análise social que articule a singularidade, os fatos em si, a situação de cada família em suas fragilidades e potencialidades, a universalidade desta sociedade que *coisifica* as relações sociais, atuando de forma dialética na objetividade e na subjetividade dos sujeitos atendidos pela Vara da Família e desvelando a concretude das relações, das expressões da questão social e outros elementos, anteriormente, abordados.

Este tempo da perícia social impõe algumas dificuldades para o trabalho, entre eles a dificuldade de lidar com o direito ao contraditório, comumente traduzida numa potencialização da adversariedade, principalmente quando advogados intervêm, fortemente no processo acirrando a litigância; a atuação na especificidade de uma situação da vida dos sujeitos que é marcada por um caldeirão de sentimentos; a dificuldade de articulação e continuidade desta articulação junto à rede socioassistencial; e sobretudo, muitas vezes, o tempo da perícia não é sincrônico à necessidade de atendimento social dos sujeitos envolvidos.

Ao final, a objetivação do trabalho do assistente social será o laudo e o parecer social, que pode dizer muito e ser instrumento de garantia de direitos, mas que nunca pode dizer tudo. Este laudo pode ser impugnado pelos sujeitos, pois quase sempre, na "justiça de família", uma das partes (por vezes ambas) será contrariada e isto impõe ainda mais

desafios ao fazer profissional. Por isso, muitos profissionais evitam a atuação na “justiça da família” (GOIS; OLIVEIRA, 2019).

A prova pericial é de natureza técnica, científica, portanto de maior complexidade, exige uma expertise em determinada área, e será um dos elementos que comporão a tomada de decisão judicial. No atual Código de Processo Civil Lei nº 13.105/2015, o juiz pode ser assistido em sua decisão, não somente por profissionais de nível universitário mas também, por órgãos técnicos ou científicos (Art. 156, § 4º, CPC). (BRASIL, 2015)

O Código de Processo Civil descreve e regulariza os procedimentos para a realização de perícias no âmbito do judiciário. Especificamente, o Art. 464, descreve o que se compreende como prova pericial: “a prova pericial consiste em exame, vistoria ou avaliação”.

A produção de provas é inerente ao direito, portanto, “a produção da verdade”, sobre a narrativa dos sujeitos envolvidos no litígio, ou melhor, sobre as categorias em que esses sujeitos são enquadrados no litígio, a exemplo, a de pai, mãe, avós etc.

Da perspectiva do direito, a avaliação social (em Serviço Social) é do sujeito em relação a sua capacidade de atender determinados critérios (pré-determinados socialmente) de exercício de guarda, ou para regulamentação de visitas etc. Para cada categoria, há uma significação cultural e ideológica de restrição e validação de comportamentos do sujeito, em sua singularidade, desprovido da sua relação com a universalidade da sociedade.

Ao considerar o conjunto de atribuições e competências profissionais, os valores e princípios que norteiam o agir ético-político profissional[10], torna-se imperativo salientar que a expressão avaliação social: deve ser saturada, em suas determinaçoes, considerada de forma a apreender a realidade social, na qual os relacionamentos parentais e coparentais se transformam com o lítigio, e não numa lógica individualizante.

Portanto, não são os sujeitos e sim as demandas da realidade social em que estão inseridos que são objeto da perícia social, não que os sujeitos não sejam relevantes, ao contrário, são centrais, contudo, atravessados por condições e determinações de existência que ultrapassam, e não raro, perfazem sua subjetividade, não cabendo a expressão “avaliação social das partes”, tão comumente presente nas determinações judiciais em processos nas Varas da Família.

Neste sentido, o estudo social enquanto um conjunto de procedimentos metodológicos que visa fundamentar a perícia social não busca avaliar os sujeitos que estão envolvidos no litígio e sim, a totalidade da família em sua reorganização, diante do término da conjugalidade na continuidade da parentalidade – as relações sociais que se mantêm e se desfazem. De modo que, precisamos estar atentos para não reproduzir

10 Refiro-me às Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social (ABEPSS, 1996); A Lei de Regulamentação Profissional, Lei nº 8662/93; e ao Código de Ética Profissional do Assistente Social, Resolução CFESS, n.273, 13 de março de 1993, não como meras formalidades, mas como importantes marcos do desenvolvimento histórico da profissão, ao eleger um conjunto de conhecimentos, habilidades, competências, atribuições e valores necessários para a ação profissional, no sentido da articulação das dimensões interventiva e investigativa da profissão como elementos constituintes das dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico- operativa (GUERRA, 2009, 2013).

a lógica do Direito que faz a cisão entre os relacionamentos conjugais, parentais e de parentesco e os indivíduos, hierarquizando-os como mais ou menos aptos, autor e réu, culpado e inocente, reforçando principalmente nos litígios em que os filhos são o centro da disputa e que Vianna (2005) analisa como reproduzidos, em maior ou menor medida, por TODOS os profissionais atuantes no judiciário, em especial aqueles que escutam e que convertem falas em depoimentos e laudos, como especialistas (assistentes sociais e psicólogos).

Os/as assistentes socias, trabalhadores/as do sistema de "justiça", possuem uma especificidade do conhecimento que desvela a realidade concreta e cotidiana mostra que, como salientou Pachukanis (1988), o direito, os direitos chegam de forma desigual a homens, mulheres, crianças, idosos, negros, indígenas, população LGBTQIAP+, etc., que buscam a efetivação dos direitos constitucionalmente reconhecidos, tornando-os sujeitos pelo direito[11].

4 | RUMOS DA PERÍCIA SOCIAL EM SERVIÇO SOCIAL NA CONTEMPORÂNEIDADE: ENTRE A AFIRMAÇÃO DO DIREITO E A PRIVATIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DO ESTADO

No Tribunal de Justiça de São Paulo, o número atual de assistentes sociais é de aproximadamente 884[12], houve grande redução em decorrência da reforma previdenciária[13], ocasião em que muitos profissionais diante da ameaça do retraimento de direitos, e já tendo anos de trabalho suficientes, se aposentaram.

A redução do número de profissionais que, mesmo anteriormente, já não era adequado, atrelado ao período em que o mundo e o Brasil foram atropelados pela pandemia

11 Sobre isso Marx na Crítica do Programa de Gotha, explica: "(...) esse igual direito é direito desigual para trabalho desigual. Ele não reconhece nenhuma distinção de classe, pois cada indivíduo é apenas trabalhador tanto quanto o outro; mas reconhece tacitamente a desigualdade dos talentos individuais como privilégios naturais, e por conseguinte, a desigual capacidade dos trabalhadores. Segundo seu conteúdo, portanto, ele é como todo direito, um direito da desigualdade. (2012, p. 28). As contribuições de Mascaro (2013, p. 19) em "Estado e a forma política" são elucidativas, ao refletir sobre o Estado como condensação das relações sociais especificas, engendrando formas de sociabilidade, caracterizando-o não somente como aparato de repressão, mas também de constituição social "(...) a existência de um nível político apartado dos agentes econômicos individuais dá a possibilidade de influir na constituição de subjetividades e lhes atribuir garantias jurídicas e políticas que corroboram para a própria reprodução da circulação mercantil e produtiva. E, ao contribuir para tornar explorador e explorado sujeito de direito, sob um único regime politico e um território unificado normativamente, o Estado constitui, ainda afirmativamente, o espaço de uma comunidade, no qual se dá o amálgama de capitalistas e trabalhadores sob o signo de uma pátria ou nação (...) a repressão, que é um momento decisivo de natureza estatal, deve ser compreendida em articulação com o espaço de afirmação que o Estado engendra no bojo da própria dinâmica de reprodução do capitalismo." (MASCARO, 2013, p. 20).

12 Dado do Núcleo de Apoio ao Serviço Social e Psicologia do Tribunal de Justiça de São Paulo (fevereiro, 2021). Outros recursos comumente utilizados pelo judiciário, em razão do número insuficiente de profissionais, é a nomeação de peritos concursados para trabalho cumulativo para outros fóruns e até comarcas. A presente pesquisadora prestou serviços cumulativos de outubro de 2017 à março de 2019 para a Vara da Infância e Juventude de outro fórum, resultando no aumento significativo da carga de trabalho sem remuneração. E, também a determinação a profissionais do Poder Executivo, em especial, da Política de Assistência Social, para a realização de perícias no mesmo esquema de acúmulo de trabalho sem remuneração. O que resultou no posicionamento contrário a esta prática formalizado no Parecer Jurídico nº10/12 – CFESS.

13 Emenda Constitucional nº103, de 12 de novembro de 2019. Altera o sistema de previdência social e estabelece regras de transição e disposição transitórias. Quanto aos impactos sociais decorrentes da reforma ver: CFESS Manifesta "Os Impactos da "Reforma" da Previdência na classe trabalhadora. Brasília, (DF), 28 de outubro de 2019.

da Covid-19, contingenciou uma imensa demanda de processos nos setores técnicos que estão à espera da realização dos estudos social e psicológico, sobrecarregando, em demasia, a capacidade produtiva e qualitativa dos setores.

Diante deste grave cenário e do grande número de processos que demandam perícia (entre elas, a social em Serviço Social) e a insuficiência de profissionais para responderem tal demanda o Estado, incorporando a lógica da hegemonia neoliberal tem ampliado "os processos de subcontratação de serviços de assistentes sociais (pejotização e uberização) (...)" precarizando as condições de trabalho e, consequentemente, rebatendo na qualidade dos serviços prestados à população usuária (RAICHELIS, 2018, p. 51).

Em sintonia com este movimento, o TJSP, como instituição jurídico-estatal, mantém um banco de peritos (entre eles, assistentes sociais) que poderão ser contratados e pagos pelas partes interessadas, a necessidade do direito de produzir provas com a máxima celeridade e de diminuir o alto contingenciamento de processos no judiciário, atrelada à natureza dos códigos que dão grande margem de interpretação aos juízes, coloca sérias questões éticas e técnicas para os assistentes sociais.

A defasagem de pessoal nos setores técnicos ocorre há décadas no Tribunal de Justiça, tendo sido agravada com a última reforma previdenciária, e ainda mais, pela Pandemia global da Covid-19. Neste sentido, o Código de Processo Civil Art. 156[14], alinhado às transformações estruturais do mundo do trabalho, fortalece a possibilidade de contratação de profissionais "autônomos" para a realização de perícias. Estes profissionais sem vínculo trabalhista com o Tribunal de Justiça serão pagos pelas partes (requerente e requerido) dos processos.

Temos, então, a possibilidade da contratação de peritos indicados pelos magistrados a partir do banco de peritos do TJSP. Estes profissionais devem, previamente, estar cadastrados no "Portal de Auxiliares da Justiça", no site do Tribunal de Justiça de São Paulo (peritos de várias especialidades poderão se cadastrar).

Tal contexto rebate no enfraquecimento dos direitos trabalhistas. A contratação de peritos, sem vínculo formal de trabalho, é uma estratégia que favorece a terceirização e a precarização das condições de trabalho[15]. Trata-se, ainda, de estratégia que visa

14 Além do código de Processo Civil, a Resolução 233 do conselho Nacional de Justiça e os Provimentos CSM1625/2009 e 2306/2015 visam regulamentar a prática de contratação de profissionais sem vínculo estatutário ou trabalhista. As atuações de perito e assistente técnico já eram previstas no Código de Processo Civil de 1973, atualizada pela Lei nº 8.455 de 24 de agosto de 1992, artigos 145 a 147, 276 e 420 a 439.

15 Behring e Boschetti (2006) propõem que as condições de trabalho dos assistentes sociais estão diretamente relacionadas a contrarreforma do Estado. Iamamoto (2008b, p. 197) explica que o movimento do Estado na condução das ações governamentais adota critérios de seletividade e privatização em detrimento da universalidade no atendimento aos direitos sociais. "Este processo se expressa em uma dupla via: de um lado, na transferência de responsabilidade governamentais para "Organizações sociais" e "organizações da sociedade civil de interesse público" e, de outro lado, em uma crescente mercadorização do atendimento às necessidades sociais" (BEHRING; BOSCHETTI, 2006). Raichellis, Vicente e Albuquerque (2018) problematiza a ampliação, diversificação do chamado "setor" de serviços impactando na vida de trabalhores(as) caracterizando tal movimento como um traço típico do capitalismo monopolista que vem reconfigurando e reorganizando as relações de trabalho, de modo que, especificamente para o Serviço Social "no âmbito de trabalho do Serviço Social ampliam-se os processos de subcontratação de serviços individuais de assistentes sociais (pejotização e uniberização), por parte de empresas de serviços ou assessoria, de organizações não governamentais, de (falsas) cooperativas de trabalhadores na prestação de serviços a governos, especialmente em âmbito local, confi-

mascarar a necessidade da realização de concursos públicos para a contratação de novos profissionais, tendo em vista a defasagem do contingente destes.

Na contratação de perito "autônomo", todos os custos são pagos pelas partes ao trabalhador, de modo que o cidadão é duplamente lesionado: primeiro, porque estes custos já são pagos em impostos pela totalidade da sociedade e, segundo, porque o trabalhador não tem garantias trabalhistas, em caso de adoecimento, acidente no deslocamento para a realização da perícia, e mais, diante da possibilidade em ter seus custos reduzidos, se o juiz entender que não foi realizada a perícia a contento.

Tais circunstâncias podem comprometer a qualidade dos serviços prestados, colocando o profissional que realiza a perícia social em situação de fragilização decorrente da desproteção trabalhista, quanto à complexidade das situações familiares, as implicações éticas destas e a necessidades de respostas específicas impostas pela esfera jurídica.

A contratação de peritos autônomos reforça as bases capitalistas e neoliberais precarizando as condições de trabalho dos assistentes sociais, onerando as partes com as custas desse serviço, incide diretamente na qualidade dos serviços prestados, e por fim, favorecer o surgimento de um nicho de mercado: ***o mercado das perícias***. (DE PAULA, 2021).

Como todo nicho de mercado há uma infinidade de possibilidades nas quais um conhecimento específico vira uma mercadoria "(...) o próprio saber se torna uma mercadoria-chave, a ser produzida e vendida a quem pagar mais, sob condições que são elas mesmas cada vez mais organizadas em bases competitivas" (HARVEY, 2013, p. 151).

O mercado das perícias impulsiona a venda de um saber específico, num processo contínuo que resulta na comercialização do serviço diretamente pelo profissional mediado pelo judiciário, potencializando os processos de estranhamento e alienação já inerentes.

A comercialização de cursinhos sobre a Perícia Social e o laudo Social em Serviço Social – tem crescido, é comum nas redes sociais a oferta de cursos atrelados a nova oportunidade profissional - ***"torne-se um perito no judiciário"*** – e, neste aspecto, algumas mediações são necessárias: a perícia e, depois, a produção de laudo e parecer social demandam a realização por um experto com capacidade cientifica, técnica e amadurecimento profissional, para atuar na área sociojurídica – eminentemente interdisciplinar, o que compreende um profissional bem formado e altamente qualificado.

Essa formação não pode ser "adquirida" em cursos "profissionalizantes", mas pela própria formação em Serviço Social. Se o assistente social for capaz de compreender o significado social da profissão, sua funcionalidade atribuída pela sociedade capitalista, se tiver o pleno domínio do conjunto de atribuições e competências (dispostas nas Lei de Regulamentação Profissional e Código de Ética) da instrumentalidade própria da profissão, ele, certamente, fará uma perícia alinhada ao Projeto Ético-Político do Serviço Social e

---

gurando-se o exercício profissional privado autônomo, temporário, por projeto, por tarefa, decorrentes das novas formas de organização e operação das políticas sociais." (2018, p. 51).

objetivará em laudo e parecer social na perspectiva da afirmação e garantia de direitos.

A perícia, o laudo, não pode ser um produto, pois é resultado de um processo que expressa instrumentalidade da profissão, seus fundamentos teórico-metodológicos e ético-políticos, como elemento na garantia e efetivação de direitos, da escrutinação da questão social e suas múltiplas expressões, ou seja, uma perícia e um laudo que transbordem Serviço Social, e que, no horizonte, possam colaborar para a produção do conhecimento científico na especificidade em que se coloca. (DE PAULA, 2021).

A tensão é clara: as exigências do Direito e a necessidade dos trabalhadores formam as condições sociais necessárias para a criação de um "mercado de laudos", estritamente vinculados aos ritos processuais, sufocando o compromisso ético-político profissional, a produção acadêmica sobre a temática. (DE PAULA, 2021).

Destacamos ainda que tal movimento – contratação de peritos, mercado de perícias – reflete as profundas transformações no mundo do trabalho, impulsionadas pelo uso das TICs, e potencializadas pela pandemia da Covid-19. Se, já vivenciávamos um processo ídeopolítico conservador, de avanço frente aos direitos historicamente conquistados, com a mercadorização do Estado, o que se tem com a pandemia é a aceleração de processos que envolvem o maior controle do trabalho pela padronização de rotinas, de metas, protocolos e atividades que podem interferir diretamente na relativa autonomia técnico-política do profissional. (TEJADAS; JUNQUEIRA, 2021; ANTUNES, 2018; RAICHELIS, 2018; MOTA, 2017).

A contratação para o exercício de atividades pontuais e fragmentadas é uma realidade da prestação dos serviços públicos, e não é um privilégio do sociojurídico. O Tribunal de Justiça é parte de um amplo processo de contratação de serviços através de normas e padrões previamente estabelecidos e subordinados aos ditames empresariais pelo amplo recurso da utilização das TICs. Trata-se de novos espaços abocanhados pelo capitalismo pandêmico que avança na mercadorização dos serviços públicos, podendo transformá-los em espaços de valorização do capital e rentabilidade. (ANTUNES, 2018; RAICHELIS, 2018; MOTA, 2017).

Por fim, aqueles que não podem custear perito privado ou assistente técnico e necessitam fazer uso da justiça gratuita (direito do cidadão e dever do Estado) estão relegados à espera, por vezes, de mais de um ano para a realização da perícia por perito concursado. De tal modo, que são acirradas as desigualdades de classe, raça-etnia e gênero que se constituem como marcas históricas do acesso à justiça por essas populações. Reforçando a perspectiva anteriormente colocada do sujeito de direitos que se constitui na realidade concreta como sujeito pelo direito.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os desafios contemporâneos à atuação do/a assistente social no Tribunal de

Justiça de São Paulo, na particularidade das Varas da Famíia e Sucessões estão postos e demandam organização da categoria profissional junto a outras profissões também inseridas neste espaço institucional para fazer frente aos avanços da "privatização" dos serviços públicos através do gerencialismo do Estado na regulação da precarização do trabalho nas vias da uberização e pejotização.

Sobre este aspecto o Direito tem um papel fundamental, em especial o Direito de Família em sua potencializada fetichização. O Direito enquanto braço do Estado cumpre a função social de regular as desigualdades, espelha falsamente a realidade, acredita que opera a realidade social e concreta por categorias jurídicas – perfeitas e universais. Sua lógica de subalternização ultrapassa a população usuária do sistema judiciário – classe trabalhadora, mulheres, negros, indígenas, população LGBTQIA+, analfabetos, idosos, crianças, pessoas com deficiência e chega, aos espaços internos do tribunal, subalternizando também assistentes sociais.

Diante das péssimas condições objetivas de trabalho nos setores técnicos, o que resulta na morosidade na realização das perícias, o tribunal desenvolve estratégias alinhadas ao neoliberalismo imperante, encetando um mercado de perícias nas Varas da Família. Tal estratégia refere-se a contratação de serviços de perícias sem vinculação trabalhista, relegando aos sujeitos que figuram nos processos e que podem pagar – pela segunda vez – os custos dos serviços de perícia social em Serviço Social.

No Estado neoliberal e diante dos desmonte das políticas e serviços sociais emerge o protagonismo das estratégias de ampliação e legitimação da contratação dos serviços privados de perícia social. Tal estratégia acirra as desigualdades de classe, tornando a justiça mais ágil e célere para aqueles que podem custear a perícia social paga, e aqueles que não têm como arcar com estes custos, pois as condições objetivas de vida estão dadas no limite da exploração de sua força de trabalho.

Neste sentido, são pouco debatidos o processo de décadas de sucateamento dos setores técnicos, não faz parte das prioridades a contratação de novos profissionais via concurso público, garantindo à população usuária o direito aos serviços do sistema de justiça já custeados pela alta carga tributária brasiliera. Não há, portanto, o desvelamento de que as reais causas do sucateamento dos setores técnicos, em termos de pessoal e estrutura física, é a própria racionalização do tribunal.

A inserção do Serviço Social no espaço sociojurídico tem sua gênese uma prática pautada na assistência e na disciplinarização da população usuária. Desenvolve-se e cunha um saber especifico, ao longo de sua trajetória, na interface com o Direito. A atuação numa instituição com traços marcantes do corporativismo, altamente hierarquizada e burocratizada, coloca complexos desafios para o Serviço Social no marco de sua renovação crítica. A prática cotidiana demanda que se articule um sistema de mediações, para que se constitua, num âmbito de afirmação de direitos e, não, de culpabilização da população usuária pelas situações que vivenciam como se fossem casos isolados não perpassados

pela universalidade da sociedade capitalista.

Nas Varas da Família e Sucessões os assistentes sociais, enquanto "peritos", devem por determinação judicial realizar o estudo social e apresentar em forma de laudo e parecer suas sugestões, observações e análises acerca da situação estudada. Trata-se de atribuição privativa do assistente social e, por isso, expressa um saber especifico que será elemento considerado como "prova técnica" para decisão judicial. O conteúdo dos laudos e pareceres corresponde a uma intervenção que poderá, ou não, modificar o cotidiano de vida das famílias que procuram o judiciário para resolução de seus litígios.

Daí a importância da realização de um estudo social, expresso em laudo e parecer, que denote a articulação das dimensões teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política da profissão. Torna-se imperiosa a utilização de uma perspectiva analítica que vise ultrapassar a expressão fenomênica das demandas que chegam aos fóruns e, por aproximações sucessivas, realizar as ultrapassagens necessárias, efetuando as mediações tão prementes, objetivando articular dialeticamente a singularidade, universalidade e particularidade, diante da complexidade dos estudos sociais que se apresentam.

Os laudos e pareceres devem ser a expressão de um posicionamento político que pontue as universalidades da sociedade capitalista que atravessam a singularidade das demandas, levando ao campo rico em mediações da particularidade, promovendo uma intervenção transformadora.

A questão social, indissociável da sociabilidade capitalista e seu recrudescimento em tempos de crise estrutural do capital, expansão das formas de acumulação do capital fictício, torna essencial que o assistente social busque se apropriar das determinações conjunturais relacionando à realidade social das demandas que chegam às Varas da Família e Sucessões. O assistente social tem a linguagem como instrumento privilegiado de intervenção que se articula a sua atuação junto às formas de pensar, sentir e ver da população usuária. Por isso, pode utilizar seu saber profissional, tanto para reproduzir a lógica da instituição judiciária, quanto para aglutinar forças que perfazem o forjar de formas de rebeldia e luta por direitos.

E pela objetivação da perícia social em Serviço Social em laudos e pareceres que tornamos inteligíveis aos operadores do Direito a realidade social na qual os litígios não são expressão exclusiva dos problemas do indivíduo, mas reflexo da dialeticidade entre a singularidade e a universalidade da sociedade do capital. Sobretudo, termos no horizonte que os operadores do direito são profissionais com os/as quais assistentes sociais partilham o espaço de intervenção profissional, espaço esse, marcado pela temporalidade do trâmite processual e por projetos societários e éticas inconciliáveis.

Estes desafios demandam a contínua articulação ao coletivo profissional, forjando respostas que atendam e emanem do corpo profissional em totalidade e não respostas individuais que alienam, adoecem e, no limite, reproduzem a forma social da degradação humana. A pressão institucional demanda que estejamos continuamente inseridos em

processos de desalienação que só podem constituir-se na coletividade dos trabalhadores do tribunal.

Por fim, demarca-se como um dos desafios mais prementes para os assistentes sociais inseridos nas varas da famíla: realizar uma rica aproximação à totalidade das relações que engendram os litígios que envolvem as organizações familiares e, sobretudo, trazer aos processos, por meio dos laudos e pareceres, os resultados de um estudo social que compreende a tensão da luta de classes, a predominância dos interesses privados e de acumulação que atravessam o cotidiano das famílias, cerceando as possibilidades concretas de realização da parentalidade e da conjugalidade. Em resumo, laudos e pareceres que sejam instrumentos para a garantia de direitos.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. **O privilégio da servidão:** o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO DE SERVIÇO SOCIAL. Diretrizes gerais para o curso de serviço social: com base no currículo mínimo aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 08 de novembro de 1996. Formação Profissional: Trajetórias e Desafios**. *Cadernos ABESS*,** São Paulo, n. 07, p. 58-76, 1997. Edição Especial.

BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. **Política social:** fundamentos e hist**ó**ria. São Paulo: Cortez, 2006.

BORGIANNI, E. Para entender o serviço social na área sociojurídica. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 115, p. 407–442, set. 2013.

BRASIL. Conselho Federal de Serviço Social. **Código de ética do/a assistente social**: Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. 10. ed. Brasília, DF: CFESS, 2012a. Disponível em: http://www.cfess.org. br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf. Acesso em: 7 nov. 2021.

BRASIL. Conselho Federal de Serviço Social. **Parecer Jurídico nº 10/12.** DETERMINAÇÃO emanada do PODER JUDICIÁRIO, mediante intimação a assistentes sociais lotados em órgãos do Poder Executivo e outros para elaboração de estudo social, laudos, pareceres/ Caracterização de imposição pelo Poder Judiciário, de trabalho não remunerado, gerando carga de trabalho excessiva. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/PAR-JUR-10-12.pdf Acesso em: 08 jul. 2021.

BRASIL. Conselho Federal de Serviço Social. **Resolução CFESS Nº 557/2009**, de 15 de setembro de 2009. Dispõe sobre a emissão de pareceres, laudos, opiniões técnicas conjuntos entre o assistente social e outros profissionais. Brasília: CFESS, 2009.

BRASIL. Conselho Federal de Serviço Social. **Código de ética do/a assistente social**: Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. 10. ed. Brasília, DF: CFESS, 2012a. Disponível em: http://www.cfess.org. br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf. Acesso em: 7 nov. 2021.

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Perfil Sociodemográfico dos Magistrados Brasileiros. Brasília: CNJ, 2018. 32 p.

BRASIL. Conselho Federal de Serviço Social. **CFESS manifesta:** os impactos da “reforma” da Previdência na classe trabalhadora. Brasília, DF: CFESS, 2019.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015.** Código de Processo Civil. Brasília, DF: Presidência da República, 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm. Acesso em: 26 mar. 2021.

CISNE, M. Relações sociais de sexo, “raça/etnia e classe: uma análise feminista-materialista. **Temporális**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 28, p. 133-149, jul/dez. 2014.

DE PAULA, V. **Análise da categoria mediação na prática profissional do assistente social das varas da família e sucessões do Tribunal de Justiça de São Paulo.** 2015. 247 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2015.

DE PAULA, V. Abuso Sexual Intrafamiliar: particularidades das Varas da Família e Sucessões do Tribunal de Justiça de São Paulo. Tese (Doutorado) -- Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social, 2021. 428p.

FÁVERO, E. T. Fundamentos históricos, teórico-metodológico e éticos do estudo social: base da perícia em serviço social. *In:* FRANCO, A. A. de P.; FÁVERO, E. T.; OLIVEIRA, R. de C. **Perícia em serviço social:** estante fundamental do sociojurídico. Campinas: Papel Social, 2021. p. 27-81.

GOIS, D. A. de; OLIVEIRA, R. C. S. **Serviço social na justiça de família:** demandas contempor**âneas do exercício profissiona** . São Paulo: Cortez, 2019.

GUERRA, Y. **A instrumentalidade do serviço social**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

GUERRA, Y. A dimensão técnico-operativa do exercício profissional. *In:* SANTOS, C. M. dos; BACKX, S.; GUERRA, Y. (ed.). **A dimensão técnico-operativa no serviço social:** desafios contemporâneos. 2. ed. Juiz de Fora: UFJF, 2013. p. 45-74.

HARVEY, D. **A condição pós-moderna.** 24. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2013.

HELLER, A. **O cotidiano e a história.** Tradução: Carlos Nelson Coutinho, Leandro Konder. São Paulo: Paz e Terra, 2008. (Interpretações da história do homem; v. 2).

IAMAMOTO, M. V. **Serviço social em tempo de capital fetiche:** capital finceiro, trabalho e questão social. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

LUKÁCS, G. **Para uma ontologia do ser social, II**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MASCARO, A. L. **Estado e a forma política**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, K. **Crítica do programa de Gotha.** Tradução: Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2012. (Coleção Marx & Engels).

MOTA, A. E. A regressão civilizatória e as expropriações de direitos e das políticas sociais. **Argumentum**, Vitória, v. 9, n. 3, p. 30-36, set./dez. 2017. Disponível em: https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/18217. Acesso em: 11 ago 2021.

PACHUKANIS, E. B. **Teoria geral do direito e marxismo**. São Paulo: Editora Acadêmica, 1988.

RAICHELIS, R. Serviço social: trabalho e profissão na trama do capitalismo contemporâneo. *In:* RAICHELIS, R. ;VICENTE, D; ALBUQUERQUE, V. (org.). **A nova formologia do trabalho no serviço social**. São Paulo: Cortez, 2018. p. 25-65.

SADEK, M. T. (org.). **O sistema de justiça.** Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010. Disponível em: https://static.scielo.org/scielobooks/59fv5/pdf/sadek-9788579820397.pdf. Acesso em: 8 nov. 2011.

SÃO PAULO (Estado). Tribunal de Justiça. **Especialidades.** 2001. Disponível em: https://www.tjsp.jus.br/Especialidade/Familia. Acesso em: 18 jan. 2021.

TEJADAS, S. S.; JUNQUEIRA, M. R. Serviço Social e pandemia: desafios e perspectivas para atuação no sociojuridico. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 140, p. 101-117, jan./abr. 2021. Disponível em: https://www.scielo.br/j/sssoc/a/Jq7JHTH5Ts7LDQZVLRfBTHp/. Acesso em: 20 ago. 2021.

VIANNA, A. Direitos, moralidades e desigualdades: considerações a partir de processos de guarda de crianças. *In*: LIMA, R. K. de (org.). **Antropologia e direitos humanos 3**. Niteroi: UFF, 2005. p. 13-67.

WOLKMER, A. C. **História do direito no Brasil.** 7. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2014.

CAPÍTULO 6

GESTÃO DE DEMANDAS SOCIOAMBIENTAIS E A ORGANIZAÇÃO DA POPULAÇÃO DE BAIRROS

Data de aceite: 01/09/2022

Orlinéya Maciel Guimarães
Doutora em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais/ Unesp Câmpus de Franca/SP, Mestre em Analise e Planejamento de Políticas Publicas pelo do Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Análise de Políticas Públicas. Membro pesquisadora do grupo de Pesquisa GESTA

Maria Jose de Oliveira Lima
Doutora e Mestre em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da FCHS/Unesp/Franca, Docente do Departamento de Serviço Social e Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais/ Unesp Câmpus de Franca/ SP. Lider do Grupo de Pesquisa GESTA

III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL: DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS

IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLITICAS SOCIAIS

III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL

RESUMO: O objetivo deste artigo consiste em refletir sobre os resultados preliminares da pesquisa realizada pelo Grupo de pesquisa Gesta (Gestão Socioambiental e a interface com a questão Social) ligado ao Programa de Pós Graduação em Serviço Social da Unesp Câmpus de Franca/SP, que buscou conhecer a gestão socioambiental de uma Associação de Bairro da cidade de Franca. Esse estudo teve siginificado importante, pois apontou possibilidades para a intervenção do GESTA junto à associação de moradores no sentido de contribuir com os processos de gestão, visando garantir o alcance dos objetivos do movimento popular na luta pelo acesso aos direitos à cidade. A amostra da pesquisa foi selecionada a partir da indicação da Secretaria Municipal da Política de Assistência Social do município de Franca, a partir do critério de maior necessidade de conhecimento e orientações sobre o processo de gestão da associação de moradores, considerando que essa dificuldade reflete diretamente na mobilização e participação dos moradores do bairro no processo de efetivação da cidadania.
PALAVRAS-CHAVE: Gestão, Gestão Socioambiental, Associação de Moradores de Bairro.

ABSTRACT: The aim of this article is to reflect on the preliminary results of the research carried out by the Gesta Research Group (Socio-environmental Management and the interface with the Social Issue) linked to the Graduate Program in Social Work of Unesp Campus of Franca/SP, who sought to know the socio-environmental management of an Association neighborhood of the city of Franca. This study was significant, because it pointed out that possibilities for the intervention of GESTA with the residents' association in order to contribute

to management processes, with a view to ensuring the achievement of the objectives of the popular movement in the struggle for access to rights to the city. The research sample was selected from the indication of the Municipal Secretariat of Social Assistance Policy of the municipality of Franca, based on the criterion of greater need for knowledge and guidelines on the management process of the residents' association, considering that this difficulty directly reflects on the mobilization and participation of the residents of the neighborhood in the process of effective citizenship.
KEYWORDS: Management, Socio-environmental Management, Neighborhood Residents Association.

INTRODUÇÃO

O GESTA – Gestão Socioambiental e a Interface da Questão Social, grupo de pesquisa pertencente ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Faculdade de Cieêncis Humanas e Sociais, UNESP/Franca, possui um quadro de pesquisadores que avança nas pesquisas ligadas a temática da gestão, destacando-se na capacidade de prestaçao de serviços à comunidade visando contribuir para o desenvolvimento das pessoas, das organizações e da região.

Analisando a realidade social das ogranizações sem fins lucrativos caracterizadas por serem associações de moradores de bairros da cidade de Franca, observa-se que essas comunidades apresentam-se com carências de conhecimento técnico-científico ligado à gestão e que traz consequências aos resultados dos objetivos almejados pelas organizações que representam essa comunidade. Verifica-se, então, uma demanda, necessidade de receber contribuições, orientações, assessoria à gestão, por parte dessas organizações.

Neste sentido, o GESTA propõe contribuir diretamente com a comunidade por meio de ações junto à associações de moradores de bairro, na tentativa de ajudar na resolução de problemas relacionados a gestão das demandas sociais e ambientais apresentadas pelo bairro.

Assim, foi elaborado um projeto de extensão visando à prestação de serviços à comunidade, por meio de assessoria e consultoria no processo de gestão das Associações de Bairro da cidade de Franca/SP. Para o desenvolvimento dessa atividade, percebeu-se a necessidade de eleboração de uma pesquisa, ou seja, um diagnóstico socioambiental do bairro selecionado como amostra da investigação. Perseguindo os caminhos para a pesquisa foram realizados contatos com a Secretaria de Ação Social da cidade de Franca para conseguir aproximação do objeto de estudo. Por meio de estudos em documentos disponibilizados pela prefeitura municipal no site e informações coletadas junto a servidores da mesma conseguiu entender melhor o universo a ser estudado.

Em 2014, a Secretaria de Ação Social (SEDAS), responsável pelo planejamento, execução e avaliação da Política de Assistência Social no município de Franca, incorporou

ao seu organograma a Divisão de Ações Comunitárias encarregada de oferecer apoio técnico e financeiro aos Centros Comunitários, às Associações de Moradores e as Sociedade de Amigos de Bairros. (PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCA, 2019, online).

Na cidade de Franca, até 2017, segundo a Secretaria Municipal de Assistencia Social, foram encontradas 23 Associações Comunitárias, 08 Centros Comunitários e 02 Sociedades de Amigos em funcionamento, totalizando 35 instituições que foram implantadas, na sua maioria, nas décadas de 1970 e 1980. Localizam-se nos bairros periféricos da cidade, em espaços físicos construídos pelo Poder Público Municipal, algumas ainda estão instaladas em sedes provisórias e têm como finalidades: melhorar a qualidade de vida da comunidade, defendendo direitos sociais, organizando e desenvolvendo trabalho social junto aos diversos ciclos etários, gratuitamente e; trabalhar para a proteção, preservação e melhoramento da região (bairros), no que diz respeito aos interesses coletivos nas áreas de saúde, segurança, limpeza urbana, transporte, infraestrutura, lazer, esporte, assistência social, meio ambiente, educação e mobilidade urbana.

Desde então, observava-se a necessidade de elaborar proposta de trabalho junto a essas organizações, compreendendo o potencial e a importância das mesmas para o desenvolvimento local. Entretanto, o volume e complexidade do trabalho, assim como o quadro reduzido de recursos humanos, têm inviabilizado o apoio técnico mais qualificado da SEDAS junto às mesmas.

Acredita-se que a iniciativa do Grupo GESTA de agregar conhecimento para o aprimoramento da gestão dessas instituições trará ganhos excepcionais à comunidade francana. Nesse sentido, a pesquisa trouxe contribuições para possibilitar não so a aproximação da universidade com a comunidade mas também na produção do conhecimento a partir da realidade concreta vivenciada pela população de bairro e sua luta no acesso de direitos e de vida digna. .

Trata-se de associações da sociedade civil, com personalidade jurídica de direito privado, constituídas por tempo indeterminado, sem fins econômicos, de caráter filantrópico, sem cunho político, religioso ou partidário. São pequenas unidades administrativas organizadas não por bairros, mas por região, descentralizadas (mais próximas dos indivíduos e de seus problemas), com sentimento de ajuda mútua que buscam respostas às necessidades sociais. Contam com instalações físicas semelhantes, sendo: um salão multiuso, sanitários, cozinha, dispensa, uma ou duas salas administrativas e área externa.

Anualmente, para receber subvenção estatal, apresenta plano de trabalho contendo uma grade de atividades que são oferecidas para a comunidade da região de abrangência, concentradas nas áreas de cultura, esporte, lazer e cidadania, de acordo com os interesses, necessidades apresentadas pela população e o com os recursos disponíveis.

Dentre as atividades, destacam-se: aulas de balé, judô, capoeira, muai tai, Karatê, Kung Fu, dança de rua, jazz, violão, flauta, xadrez, futebol para crianças e adolescentes; dança de salão e ginástica, cursos profissionalizantes e de geração de renda (panificação,

confeitaria, salgados, doces, manicure e pedicure, auxiliar de cabeleireiro, confecção de lingerie) para todos os ciclos etários; aulas de artesanato para crianças, adolescentes, jovens e adultos; informática e; horta comunitária. Essas ações são desenvolvidas mediante contratação de profissionais (hora-aula), trabalho de voluntários da comunidade e parceria com o Fundo Social de Solidariedade do município.

As atividades consistem também, na realização de palestras informativas e prestação de serviços em conjunto com a Secretaria Municipal de Saúde, sob a coordenação das Equipes de Saúde da Família, de Vigilância Sanitária e Epidemiológica. Tendo como principais ações: aferição de pressão, realização de exames preventivos, vacinação de animais, controle de vetores, campanhas e outras orientações para comunidade. Em parcerias com a Secretaria Municipal de Educação é oferecido o programa de Educação de Jovens e Adultos (EJA), bem como com a Secretaria de Ação Social, a realização de palestras e atividades comunitárias organizadas pelos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS).

No desenvolvimento de suas atividades conta com apoio técnico e financeiro da SEDAS, através da Divisão de Ações Comunitárias que orienta na elaboração de planos de trabalho anual e acompanha a realização das atividades propostas. Essa Divisão conta com poucos profissionais que além das visitas sistemáticas às instituições, bimestralmente, realiza encontros para estudo e discussão de temas, orientações quanto à administração dos recursos financeiros e execução dos planos de trabalho. Entretanto, esse apoio técnico ainda é frágil e não atende a necessidade dessas organizações que enfrentam desafios inéditos para se adaptarem as constantes alterações conjunturais.

Importante salientar que embora as diretorias dessas instituições conheçam a realidade local e apresente o desejo de melhorar as condições de vida das pessoas que moram na região, alguns problemas na gestão dos Centros Comunitários, Sociedade de Amigos e Associações Comunitárias são facilmente observados.

As diretorias são compostas por líderes comunitários (quase vitalícios), que na sua maioria, possuem pouca escolaridade e nenhum domínio de técnicas para identificar as principais necessidades da população, planejar e gerenciar as ações. O que leva à implantação de atividades que beneficia pequenos grupos, que se repetem ano a ano sem inovações.

Essas organizações apresentam dificuldade também, na gestão dos recursos financeiros, deixam de pagar as despesas mensais de manutenção do prédio, fornecedores, não conseguem prestar contas junto à prefeitura e ficam inadimplentes. Também representam espaços permeados de conflitos de interesses e desejo pelo poder. Assim, passaram a ser usados como terrenos de promoção político-partidária e de exploração eleitoral.

Os diretores e representantes dessas organizações apresentam grandes dificuldades no exercício do papel de mediador entre a comunidade e o poder público, pois percorrem

caminhos destorcidos no momento de reivindicar as necessidades do bairro. Por exemplo, quando demandam serviço para idosos nos bairros, buscam a Câmara de Vereadores e não a unidade estatal responsável por garantir essa política pública. Desconhecem as políticas públicas e também os instrumentos de gestão democratica apresentando atitudes autoritárias. Como exemplo são as decisões tomadas pela diretoria sem a participação da comunidade. E, dessa forma, encontram dificuldades para estabelecer parcerias locais e captação de recursos.

Diante do exposto, torna-se evidente que a proposta do projeto de assessoria do grupo GESTA, sejam trabalhadas as necessidades de resgate das atribuições dos Centros Comunitários, Associações de Moradores e Sociedades Amigos de Bairro; Desenvolvimento de mecanismos de identificação e sistematização das necessidades coletivas; Fortalecimento do processo de planejar, gerenciar, buscar parcerias e captar recursos; Ampliação do conhecimento sobre aplicação e prestação de contas de recursos públicos e comunitários; Ampliação do conhecimento acerca das políticas públicas; Fortalecimento do papel de mediador entre os interesses e necessidades de comunidade e o poder público; Dinamização da participação popular nas tomadas de decisão.

Esses conhecimentos são potencializadores do desenvolvimento local, contribuem para minimizar efeitos da exclusão social, incentiva a participação e a promoção da cidadania.

Diante de um universo composto por 23 Associações Comunitárias, 08 Centros Comunitários e 02 Sociedades de Amigos em funcionamento, totalizando 35 instituições, selecionou uma associação de moradores de bairro para a realização da pesquisa, localizada em um bairro da região norte da cidade de Franca. Essa seleção se realizou através da indicação da Secretaria Municipal da Política de Assistência Social da cidade de Franca, por meio do critério de maior necessidade de conhecimento e orientações sobre o processo de gestão. Assim, a presente pesquisa buscou conhecer e analisar a gestão de demandas socioambientais realizada por uma Associação de Moradores de Bairro.

Para alcançar este objetivo a pesquisa buscou identificar as dificuldades apresentadas pela associação de bairro no seu gerenciamento, reconhecer e analisar os instrumentos gerenciais utilizados pela associação de bairro, perceber o nível de participação dos moradores do bairro no processo de gestão da associação e levantar a realidade social e ambiental do território que constitui a abrangência da associação de moradores selecionada para a pesquisa.

CONSIDERAÇÕES METODOLOGICOS

O materialismo histórico dialético foi a opção metodológica que norteou o desenvolvimento da pesquisa, pois o mesmo responde as perspectivas teórico-metodológicas dessa investigação, e ainda possibilita uma análise da dinâmica da vida

material, questionando as contradições presentes na realidade socioambiental, num político contexto neoliberal.

Para Marx a ciência é feita da historia que se perpetua e se constroi ao longo do desenvolvimento das relações sociais estabelecidades pelo ser social. Nesse caso, para compreender a ciência necessita-se de buscar o estudo dos fatos históricos, como suporte e base do novo a ser descoberto. Esta lógica permite uma visão do todo no transcorrer da pesquisa, uma vez que o papel do pesquisador é justamente o compromisso com a construção do conhecimento. O ser humano, como um ser dialético, estabelece o diálogo com a natureza e com a sociedade e, ao mesmo tempo, se transforma pelas relações estabelecidas.

Este método permite a desconstrução de alguns paradigmas impostos por ideologias dominantes, além da possibilidade de analisar as contradições inerentes às relações estabelecidas a partir de uma lógica capitalista. Também favorece para descortinar o que impede na compreensão dos fatos em sua aparência, permitindo uma analise dos mecanismos internos de alienação, avançando para a essencia da realidade.

A investigação se caracterizou por uma pesquisa social, com abordagem qualitativa, e pelos estudos exploratórios. Utilizou de pesquisa bibliográfica, documental e de campo. Durante o levantamento de dados junto ao bairro, na primeira etapa, foi possível conhecer a associação de moradores de bairro e a organização e gestão da mesma.

> A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulres. Ela se ocupa dentro das Ciências Sociais, com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitutes. Esse conjunto de fenomenos humanos é entendido aqui como parte da realidade social, pois o ser humano se distingue não só por agir, mas também por pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e compartilhada com seus semelhantes. (MINAYO, 2016, p.20).

Foi necessário a definição de um recorte temporal e espacial da pesquisa qualitativa, de modo a permitir a identificação do universo e do sujeito a ser investigado, ou seja, a definição do território e a realidade social e ambiental do território que abrange o bairro em questão.

> O desenvolvimento de um estudo de pesquisa qualitativa supõe um corte temporal-espacial de determinado fenômeno por parte do pesquisador. Este corte define o campo e a dimensão em que o trabalho desenvolver-se-á, isto é, o território a ser mapeado. O trabalho de descrição tem caráter fundamental em um estudo qualitativo pois é por meio dele que os dados são coletados. (Manning 1979, apud por NEVES, 1996, p.1)

O estudo bibliográfico, foi realizado durante os anos de 2018 e 2019, trouxe analises teórico-paticas sobre a dinamicidade da realidade complexa da sociedade capitalista, considerando os fatores sociais, políticos, econômicos, culturais e ambientais. Para a anális dos dados utilizou a metodologia de triangulação dos dados obtidos por meio do estudo teórico e também através da pesquisa de campo. A Análise realizada por meio da

triangulação pode trazer mais segurança em relação à forma de apreensão das informações.

> O facto do investigador utilizar diversos métodos para a recolha de dados, permite-lhe recorrer a várias perspectivas sobre a mesma situação, bem como obter informação de diferente natureza e proceder, posteriormente, a comparações entre as diversas informações, efectuando assim a triangulação da informação obtida [...]. Desse modo, a triangulação é um processo que permite evitar ameaças à validade interna inerente à forma como dos dados de uma investigação são recolhidos (CALADO; FERREIRA, 2005, p.1).

Na investigação de campo o processo de apreensão de dados foi realizado por meio de um conjunto de técnicas e instrumentos. Foi utilizada a entrevista semiestruturada como técnica para coletar dados junto aos membros da diretoria da associação de moradores de bairro. Para essa realização foi constituído um roteiro norteador da entrevista e ainda foi utilizado o gravador para não perder nenhuma informação.

A entrevista é definida por Haguette (1997, p.86) como um "processo de interação social entre duas pessoas na qual uma delas, o entrevistador, tem por objetivo a obtenção de informações por parte do outro, o entrevistado". Esta modalidade de pesquisa auxilia na coleta de dados empírico no processo de trabalho de campo, uma vez que é possível detectar dados objetivos e subjetivos que podem ser obtidos por outras fontes, como os dados estatísticos, contudo, os dados subjetivos só podem ser coletados através da entrevista considerando que ao ouvir o outro pode-se detectar aspectos não encontrados na pesquisa quantitativa.

Após todos os levantamentos de dados, os mesmos foram tabulados e analisados, uma vez que, a pesquisa apresentada se utilizou de alguns dados brutos, os quais colaborarram com a sua objetividade:

> A tabulação é o processo que consiste em agrupar e contar os casos que estão nas várias categorias de análise; ou seja, a tabulação simples consiste na simples contagem das frequências das categorias de cada conjunto. O processamento por computador é muito útil quando se trabalha com um grande volume de dados, como no caso dos levantamentos, não apenas porque o tempo destinado à tabulação fica reduzido, mas também pelo fato de o computador armazenar os dados de maneira acessível, organizá-los e analisá-los estatisticamente. (GERHARDT & SILVEIRA, 2009, p.81)

Além destas etapas exploratórias da investigação o trabalho de campo foi essencial para identificação de mais elementos que ficam despercebidos em se tratando, tão somente de dados estatísticos, portanto:

> O trabalho de campo permite a aproximação do pesquisador da realidade sobre a qual formulou uma pergunta, e também visa a estabelecer uma interação com os diferentes "atores" (pessoas com as quais vamos trabalhar) que fazem parte da realidade. Assim sua finalidade é construir um conhecimento empírico, considerando importantíssimo para quem faz a pesquisa social. (MINAYO, 2016, p. 56)

A próxima etapa será realizar um levantamento, através de instrumentais, que serão

construídos para a pesquisa de campo propriamente dita, considerando, a necessidade de técnicas e instrumentais para apreensão dos dados, tais como: entrevistas semiestruturadas, observação, questionários e grupos focais.

Outra etapa será dividir o grupo de pesquisadores em três frentes, sendo: um grupo responsável pelo levantamento minucioso de dados estatísticos junto às Secretarias do Município, objetivando conhecer as políticas de atendimento da população; outro grupo ficará encarregado de realizar o mapeamento ambiental do bairro e, ainda, outra equipe fará o levantamento dos dados históricos do bairro.

Ainda será necessário um levantamento mais aprofundado dos dados estatísticos, considerando que a investigação preliminar, já realizada através de uma visita ao bairro, uma entrevista com o presidente da Associação do Bairro, e levantamento de dados existentes em informações oficiais da Prefeitura, foram necessárias para a aproximação ao objeto de estudo.

RESULTADOS OBTIDOS: CONSIDERAÇÕES SOBRE O BAIRRO

O bairro onde está localizado a associação de moradores de bairro, amostra da pesquisa, é um dos 248 bairros localizados na cidade de Franca, no estado de São Paulo. Existem neste bairro 25 ruas, e a área comercial é composta por um supermercado de médio porte, além de pequenos negócios como cabeleireiros, bares, pequenas lojas de roupas e informática. Atualmente, o bairro possui uma população em torno de 5000 habitantes. (APPLOCAL, 2019).

O Bairro está localizado na região norte da cidade e nas proximidades da Rodovia Cândido Portinari (SP – 334), na cidade de Franca/SP, próximo ao Bairro Vicente Leporace, tendo sido implantando em Franca em meados de 1992, como parte de um empreendimento habitacional do Governo Federal de expansão das habitações privadas. A "[...] cidade de Franca em 1978 possuía uma população de 134.743 habitantes." (FUENTES, 2006 p. 60) e o plano habitacional fora planejado para atendimento de 15 mil moradias, um percentual superior a 10% da população da época. Esta implantação demorou a ser finalizada, principalmente no tocante à locomoção dos habitantes:

> O único acesso a esse novo bairro se deu no prolongamento da Av. Moacir Vieira Coelho interligando-a a avenida principal do conjunto acima mencionada, houve necessidade de transposição da Rodovia Cândido Portinari (SP-334). O cruzamento do trânsito urbano e rodoviário feito em nível, foi por muitos anos um problema até a construção de um pontilhão em 1986. O trevo de acesso e a construção das pontes vieram amenizar o problema, mas ainda é uma região de estrangulamento do tráfego urbano em horários de pico. (FUENTES, 2006, p.85)

O Bairro em questão, fez parte da política habitacional, como expansão do Bairro Vicente Leporace, no qual foi disponibilizado em 1982, um total de 1.528 lotes, em uma

área de 716.775,83 m2, no final da década de 1980:

> [...] houve a oferta de mais 300 unidades; já na década de 90 houve um aumento significativo de mais 7.443 lotes e, a partir de 2000, foi aprovada a abertura de 2.565 novos terrenos, totalizando uma oferta de 11.936 lotes. A expansão por meio da abertura de novos loteamentos se deu da forma convencional, através de loteamentos privados e regulares. (FUENTES ,2006, p. 119)

No inicio, em razão de diversos problemas de infraestrutura, o bairro assemelhava-se a um subúrbio, necessitando de apoio do Governo do Estado e pela Prefeitura Municipal para atendimento destas questões e outras como implementação de Escolas, Creches, Centro Comunitário, Unidades Básicas de Saúde e atendimento de Serviço Social (FUENTES, 2006).

O bairro selecionado para a pesquisa é atendido pelo Centro de Referencia de Assistência Social (CRAS) da zona Norte da cidade de Franca que está localizado no Bairro Leporace. Este CRAS atende também a todos os bairros da região norte da cidade, sendo contituido por mais de 40 bairros. (PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCA, 2019)

De acordo com informações coletadas no Cadastro Único do CRAS, o bairro investigado, em 2019, possuia 982 moradores que são atendidos pela assistência social, perfazendo um total de 327 famílias, e destas, 91 recebiam o benefício do Programa Bolsa Família (PBF), sendo 26 idosos e 42 pessoas com deficiencias cadastrados.

Número de habitantes	Faixa Etária
100	De 0 a 5 anos
267	De 06 a 17 anos
503	De 18 a 59 anos
112	Acima de 60 anos

Quadro I - Faixa Etária dos Moradores do Bairro Jardim Portinari atendidos pelo CRAS

Fonte: CRAS - Zona Norte (2019) – Tabulado pelas autoras

Assim, pode-se observar que o Bairro possui uma população madura e, somente 192 pessoas desta população exercem atividade remunerada, enquanto 353 são jovens ou idosos que não possuem renda. E dos 267 jovens (faixa etária de 06 a 17 anos), apenas 242 frequentavam a escola, os outros 25 não estávam frequentando a escola.

Quanto à Associação do bairro, durante o ano de 2019, foi realizada entrevista com o presidente, morador do Bairro há aproximadamente 33 anos e, naquele ano fazia seis anos que estava à frente da Associação. Ainda que pese o fato de que deveria ter eleições a cada quatro anos, segundo o estatuto da Associação, não há quem assuma esta função em decorrência das dificuldades enfrentadas. Considerando que, segundo informações do

referido presidente, havia uma dívida em torno de R$ 17 mil reais e a Associação estava tentado buscar o levantamento de verbas, não só para sanar a divida mas, também, para manter a Associação.

Outro problema enfrentado pela Associação de Bairro é a falta efetiva de envolvimento das demais Associações de Moradores da cidade de Franca, uma vez que das 30 Associações cadastradas na cidade, somente 15 representantes participavam de reuniões frequentes com a Prefeitura Municipal, o que enfraquece o próprio movimento nos bairros da cidade.

Segundo o presidente, no ano de 2017 conseguiu 10 computadores, que ainda estavam sem instalação, uma vez que até aquele momento não havia conseguido apoio para a implementação de um núcleo de informática para disponibilizar aos moradores do Bairro, e, ressalta-se ainda que, para a manutenção da associação, recebe uma verba da Prefeitura Municipal, contudo, esta verba não era suficiente para um planejamento de serviços à comunidade local.

Naquele ano, a Associação oferecia alguns serviços gratuitos à população local, como Bailes, Festas, além de aulas de danças, campeonato de futebol. Este último é realizado no Bairro vizinho, uma vez que, existe um campo de futebol nas proximidades. A Associação consegue se manter oferecendo aulas de Karatê e Zumba a qual é cobrada uma taxa simbólica, não sendo, portanto suficiente para a manutenção, de forma satisfatória. Observa-se então que a falta de gestão e conhecimento na captação de recursos é evidente e o trabalho da pesquisa é imprescindível para que a Associação possa contribuir de forma mais efetiva, nas melhorias da qualidade de vida da população local.

O bairro possui somente uma escola, sendo a mesma da rede municipal de ensino e atua com o ensino fundamental. Assim sendo, os estudantes que estão na fase do ensino fundamental II e ensino médio, precisam estudar nas escolas dos bairros adjacentes, o que implica em dificuldades da população no acesso aos serviços públicos.

Diante do exposto, a pesquisa pretende aprofundar no conhecimento e análise do Bairro, no sentido de identificar e analisar as questões socioambiental, considerando a vasta possibilidade de contribuir além das questões administrativas da Associação de Moradores de Bairro mas com outros levantamentos em nível socioeconômico e ambiental do entorno, haja vista, que foram constatadas diversas voçorocas e um tipo de solo arenoso, típico da cidade de Franca.

Portanto, a proposta de investigação e intervenção do Grupo será no sentido de efetuar um levantamento/diagnostico na área social e ambiental e, depois, propor, soluções sociais e ambientais, por meio de construção de indicadores socioambientais e propostas para elaborações de politicas públicas.

Posteriormente a realização da pesquisa, o grupo GESTA pretende oferecer serviços a essa comunidade à partir das demandas levantadas na investigação de campo. Também contribuir com a administração municipal no sentido de capacitar os gestores das

associações de Franca para melhor gestão do repasse de verbas e melhoria da qualidade de vida da população dos bairros da cidade de Franca.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo científico, nesse momento, traz a oportunidade para iniciar discussões e reflexões sobre a gestão por meio da orgaização politica das populações através de associações de moradores. O objetivo desta investigação foi conhecer e analisar a gestão socioambiental realizada por uma Associação de moradores de Bairro da cidade de Franca, na expectativa de levantar a realidade e as dificuldades nos processos de gestão dessas organizações populares, visando construir um plano de ação para a intervenção do GESTA.

Ainda que existam políticas sociais voltadas para o atendimento da população e outras políticas que oferecem oportunidades para a gestão de associações de moradores de bairro, foi constatado a partir de estudos teóricos e práticos do grupo de pesquisa GESTA, que ainda faltam orientações e capacitações às Associações de Bairro da cidade, e esse fato, muitas vezes, contribui para o parco serviço oferecido à comunidade local.

A pesquisa, promovida pelo Grupo de Pesquisa em Gestão Socioambiental e a interface com a questão social (GESTA) propos um mapeamento dos dados do bairro, como inicio de um trabalho mais abrangente dentro da cidade de Franca. A pesquisa ainda objetiva criar um arcabouço coletivo de informações técnicas e aplicá-las em todas as associações da cidade.

Para tanto, um estudo aprofundado, considerando as pesquisas bibliográficas, pesquisas de dados estatísticos e a pesquisa de campo serão necessárias para a realização de um trabalho junto aos Órgãos Públicos Municipais no sentido de capacitar as Associações para uma gestão mais profissional e democrática, promovendo a efetivação da cidadania e qualidade de vida aos moradores, não só do bairro em estudo, mas também para a cidade de Franca como um todo.

REFERÊNCIAS

APPLOCAL. Dados sobre o bairro Jardim Portinari de Franca-SP. 2019 Disponivel em https://applocal.com.br/bairro/jardim-portinari/franca/sp Acesso em 30 mar 2019

BUTTIMER, A. O Conceito de espaço social. In: **O espaço Interdisciplinar**. SANTOS, M., SOUZA, M. A. A. (Orgs). São Paulo: Nobel, 1986.

CALADO, S.S.; FERREIRA, S.C. **Análise de documentos: métodos de recolha e análise de dados**. 2005. Disponível em: http://www.educ.fc.ul.pt/docentes/ichagas/ mi1/ analisedocumentos.pdf. Acesso em: 18 ago. 2014.

FUENTES, Maria Cecilia Sodré.**Conjunto residencial Parque Vicente Leporace**: marco de novas concepções urbanísticas na trajetória do BNH. 2006. 175 p. Dissertação (Mestrado em Engenharia Urbana) - Universidade Federal de São Carlos. São Carlos,São Paulo, 2006.

GERHARDT, T.E., SILVEIRA, D.T. (Org) **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre: Ed UFRGS, 2009.

HAGUETTE, T. M. F.. **Metodologias qualitativas na Sociologia**. 5ª edição. Petrópolis: Vozes, 1997.

MARX, K. **O capital**. V. I, tomo 1. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

MINAYO, M. C.S. (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 29. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016. (Coleção temas sociais).

NEVES, J.L. Pesquisa Qualitativa: características, usos e possibilidades. **Caderno de Pesquisas em Administração**, São Paulo, v.1, n.3, 1996.

PREFEREITURA MUNICIPAL DE FRANCA CRAS – Zona Norte Disponível em : http://www.franca.sp.gov.br/menu-cras-3/acao-social/cras-4 Acesso em 30 mar 2019.

CAPÍTULO 7

PRINCÍPIO DO *NON-REFOULEMENT*: PONDERAÇÕES SOBRE OS DIREITOS DE REFUGIADOS DESTINADOS AO BRASIL

Data de aceite: 01/09/2022

Luigi Fiore Zanella Meireles

Mateus Catalani Pirani

RESUMO: Com certa frequência, o tema do refúgio ganha significativa repercussão nos debates nacionais, não sendo raro o destaque à precariedade no acolhimento dessa população por parte das autoridades brasileiras. Neste estudo, busca-se, em um primeiro plano, compreender como se operacionalizou a edificação de um aparato internacional de tutela dos direitos dos refugiados, mediante a análise dos respectivos tratados e convenções, além das principais crises migratórias que lhes deram razão de ser. Seguidamente, abordar-se-á o respaldo normativo nacional face à tutela do direito dos refugiados, analisando-se, as políticas públicas desenvolvidas para implementar tais garantias, munidas de dados quanto ao perfil geral do refugiado. Finalmente, o artigo aborda os desafios enfrentados pelos refugiados no Brasil, buscando elencar possíveis soluções.

PALAVRAS-CHAVE: Refúgio; Direito Internacional; Non-refeulement; América Latina; ACNUR.

NON-REFOULEMENT PRINCIPLE: CONSIDERATIONS ON THE RIGHTS OF REFUGEES DESTINED FOR BRAZIL

ABSTRACT: With a certain frequency, the issue of refuge gains significant repercussion in national debates, not infrequently highlighting the precariousness of the reception of this population by the Brazilian authorities. In this study, we seek, in the foreground, to understand how the construction of an international apparatus for the protection of refugee rights was operationalized, through the analysis of the respective treaties and conventions, in addition to the main migratory crises that gave them *raison d'être*. Followingly, the national normative support in relation to the protection of refugee rights will be addressed, analyzing the public policies developed to implement such guarantees, provided with data regarding the general profile of the refugee. Finally, the article addresses the challenges faced by refugees in Brazil, seeking to list possible solutions.

KEYWORDS: Refuge; International Law; Non-refeulement; Latin America; UNHCR.

1 | INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como objetivo principal e finalístico abordar de forma sintética a aplicação do princípio da não-devolução, preceito imperativo e inderrogável em Direito Internacional. Para tanto, explorar-se-á o panorama histórico que resultou no reconhecimento internacional, analisando os costumes e demais princípios de Direito

Internacional que instituem seu regramento, para finalmente estudar as políticas nacionais voltadas à proteção dos direitos dos refugiados.

Neste prisma, em uma ordem jurídica que, por regramento constitucional, preza pela prevalência dos direitos humanos, cooperação entre os povos, assim como a integração das populações da América Latina, mostra-se relevante a investigação sobre a eficácia das políticas desempenhadas pelo Estado brasileiro na proteção daqueles que, desprovidos de oportunidades em meio a sua terra natal, buscam no Brasil a esperança de construir uma vida digna.

Sob a ótica social, é de se notar que as dificuldades enfrentadas por refugiados em solo nacional ganharam especial atenção popular, sobretudo como resultado das crises políticas, econômicas e humanitárias experimentadas, que tem como destino o Brasil, por representar uma sociedade que se conhece como naturalmente acolhedora ao estrangeiro.

Assim, este escrito mostra-se relevante para discutir a postura do Brasil perante o grande número de refugiados que se encontram sob sua tutela – que somaram o expressivo número de 265.729 mil solicitantes de refúgio entre 2011 e 2020, conforme dados do relatório Refugiados em Números.

A metodologia empregada neste trabalho se dá pela análise de pesquisa bibliográfica-analítica sobre o tema em comento, visto que abrangerá a leitura, análise e interpretação de convenções e costumes internacionais, princípios gerais do Direito, doutrinas, periódicos, revistas jurídico-científicas, imagens e jurisprudências que oferecerão diretrizes para a elaboração do trabalho acadêmico. O método utilizado será fundamentado na análise dos materiais supracitados, utilizando-se da metodologia hipotético-dedutiva para a defesa dos argumentos levantados.

2 | O FENÔMENO DA MIGRAÇÃO

Como direta consequência de suas ímpares instabilidades sociais e políticas, o século XX pode ser concebido como o período histórico em que o princípio da não-devolução passou a ser amplamente implementado, surgindo como uma resposta da comunidade internacional em face à multitude de povos que foram deslocados de suas terras natais, e que buscavam em outros países uma oportunidade de reconstruir suas vidas.

Neste seguimento, a Liga das Nações, organização internacional idealizada pelas potências vencedoras da Primeira Guerra Mundial, instituiu pioneiro regime jurídico voltado à proteção de pessoas refugiadas. No entendimento de Rodolfo R. C. Marques, mestrando em Direito Internacional no *Institut de Hautes Études Internationales et du Développement* (IHEID) de Genebra, Suíça, o autor caracterizou referido progresso como uma resposta direta à crise de refugiados russos, provocada pela radical mudança político-social ocorrida naquele país, advinda da Revolução Bolchevique, havida no ano de 1917 (MARQUES, 2018).

A partir desta época, o princípio do *non-refoulement*[1] já havia se consolidado como um norte para o tratamento de indivíduos na condição de migrantes forçados, a vista de que, para que se pudessem garantir os direitos inerentes ao refugiado, o primeiro passo seria o de admiti-lo no território de seu Estado protetor. Em análise às posições da Liga das Nações, juntamente do Comitê Internacional da Cruz Vermelha – organização internacional responsável pelo acolhimento de tais refugiados –, Marques define que exceções à referido preceito seriam permitidas apenas caso elementares garantias de segurança lhes fossem avalizadas, e ante a salvaguarda de que as condições de vida do refugiado fossem ao menos equivalentes àquelas oferecidas no país que inicialmente o acolheu.

Pouco após a Revolução que destronou e assassinou o Tsar Nicolau II e sua família, o povo armênio foi o próximo a percorrer uma longa caminhada em busca de refúgio, com o diferencial de que o motivo que os forçou a sair de seu lar, localizado predominantemente entre a Anatólia e o Cáucaso, não foram guerras ou revoluções, mas sim uma perseguição que lhes era diretamente dirigida, simplesmente em virtude de sua etnia e religião.

O Genocídio Armênio, conhecido como o primeiro genocídio do século XX (ARMENIAN NATIONAL INSTITUTE, 1998), perpetrado pelos turco-otomanos entre 1915 e 1923 - temerosos de um possível alinhamento com a Rússia, com quem os armênios partilhavam a religião cristã -, tenha resultado em um número de mortes que varia entre 800.000 e 1.800.000 de pessoas, de acordo com a socióloga turca Fatma Müge Göçek, professora na Universidade de Michigan (GÖCEK, 2015). Quanto ao número de refugiados, tema focal do presente estudo, a cifra atinge aproximados 400.000 indivíduos (MARQUES, 2018), responsáveis pela criação de uma significativa diáspora, instalada em países como França, Alemanha, Estados Unidos, Rússia e Brasil.

A Liga das Nações, em resposta à crescente demanda por uma resposta coordenada para lidar com tais correntes migratórias, celebrou, no ano de 1928, o Acordo Relativo ao Estatuto Jurídico dos Refugiados Russos e Armênios, que, em consonância a seu item 7, impôs limites à saída compulsória de pessoas em situação de refúgio, provendo bases normativas iniciais e instaurando necessário precedente para a implementação do princípio do *non-refeulement*.

Mais adiante, com a consolidação do Terceiro Reich (1933-1945) e suas políticas de limpezas étnicas idealizadas por Adolf Hitler, a comunidade internacional teve de se mobilizar novamente para instituir o regramento necessário ao acolhimento dos refugiados oriundos da Alemanha, ocasião em que se fez novamente presente o princípio do *non-refeulement*. Sob tal temática, cabe destaque ao Acordo Provisório Referente ao Estatuto dos Refugiados Provenientes da Alemanha, de 1936, que, por intermédio de seu artigo 4º, proporcionava vedações às medidas administrativas voltadas à expulsão do refugiado (LEAGUE OF NATIONS, 1936). O Acordo de 1936 também estabelecia que, sob nenhuma hipótese, poderia o refugiado ser enviado novamente à fronteira do Reich alemão.

1 Tradução própria: não devolução.

Na próxima década, o fim da Segunda Guerra Mundial inaugurou uma nova era para a tutela dos Direitos dos Refugiados, que ganharia um novo enfoque sob a recém-criada Organização das Nações Unidas, mediante a formulação da Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados de 1951.

Para fiscalizar e garantir a execução das garantias manifestadas na Convenção de 1951 - bem como as pactuações internacionais anteriores sobre o tema -, a Resolução 319 (IV), editada em dezembro de 1949, pela Assembleia Geral das Nações Unidas, criou o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados – ACNUR, entidade apolítica, de caráter humanitário e social, tendo como escopo de sua atuação a proteção de refugiados e pessoas deslocadas (REFUGEES AND STATELESS PERSONS 319). As atribuições do Alto Comissariado foram definidas conforme o Estatuto do Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR, s/d), ocasião em que se positivou a competência fiscalizatória da instituição em assuntos relativos ao refúgio.

Tendo como mandato inicial de três anos, dedicada a reassentar refugiados europeus acometidos pelas dificuldades do período posterior à Segunda Guerra Mundial, o ACNUR teve sua atuação expandida para além das fronteiras europeias, e a desvinculou, inclusive, de qualquer limitação temporal. Aludida instituição permanece atuante ao redor do mundo, sendo premiada duas vezes com o Prêmio Nobel da Paz (1954-1981), contando com cerca de 12 mil funcionários, que atuam em aproximadamente 130 países. Aludida agência da ONU presta serviços de assistência e proteção a mais de 67 milhões de refugiados e outros tipos de migrantes forçados (ACNUR, s/d).

Pouco após a criação do ACNUR, a ONU teve por bem criar um conjunto de normas que garantissem, de modo coletivo e desprovido de qualquer limitação temporal, a tutela dos direitos dos refugiados, manifestando referido intento através da Convenção de 1951, organizada em Genebra, na Suíça.

Idealizada pelo Comitê *Ad Hoc* sobre Apatridia e Problemas Correlatos – *per se*, criado pelo Conselho Econômico e Social das Nações Unidas – ECOSOC –, a Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados[2] se estabeleceu como um mecanismo dedicado a proteger grupos migratórios em peculiar estado de fragilidade, causado pelo exílio forçado e pela falta de proteção nacional (FOSTER; HATHAWAY, 2014). Foi adotada em 28 de julho de 1951, pela Conferência das Nações Unidas de Plenipotenciários sobre o Estatuto dos Refugiados e Apátridas, entrando em vigor em 22 de abril de 1954, nos termos de seu artigo 43 (ACNUR, s/d).

O *non-refeulement,* naturalmente, se fez presente, especificamente no seguinte excerto, que corresponde ao artigo 33 (1) da Convenção de 1951:

> *“Nenhum dos Estados Contratantes expulsará ou rechaçará, de maneira alguma, um refugiado para as fronteiras dos territórios em que a sua vida ou a sua liberdade seja ameaçada em virtude da sua raça, da sua religião, da sua*

2 Doravante referenciada como Convenção de 1951.

nacionalidade, do grupo social a que pertence ou das suas opiniões políticas." (ACNUR, s/d).

Um dos elementos que mais distinguem a Convenção de 1951 das demais pactuações correlatas anteriores, trata-se da noção de perseguição individualizada direcionada ao refugiado, em nítido contraste às normas que visavam a tutela coletiva de grupos migratórios (MARQUES, 2018) – vide o já mencionado regramento instituído pelo Acordo Relativo ao Estatuto Jurídico dos Refugiados Russos e Armênios, por exemplo. Todavia, inobstante à referida inovação, a Convenção de 1951, arquitetada e redigida em período imediatamente posterior à Segunda Guerra Mundial, limitava-se a abranger crises migratórias anteriores a 1º de janeiro de 1951, nos termos de seu artigo 1º, alínea A, inciso 2.

Dessarte, ante a necessidade de garantir o respaldo humanitário do qual demandavam as mais recentes crises migratórias, posteriores à supramencionado marco temporal, a Organização das Nações Unidas se mobilizou para incluir os novos fluxos de refugiados sob a tutela das provisões da Convenção de 1951, intento ensejado na criação do Protocolo de 1967 Relativo ao Estatuto dos Refugiados[3]. Juntos, tais compromissos se tornaram importantes mecanismos de proteção às pessoas refugiadas, tendo sido seu teor observado em pactuações regionais e leis internas de diversos países ao redor do mundo, assegurando a implementação de uma ótica adaptada à realidade local, conferindo especial proteção àqueles que mais necessitam, estudando as razões que levaram à condição de refúgio e apatridia.

Transcorridas algumas décadas, a América Latina criou uma pactuação que adequasse a Convenção de 1951 às peculiaridades regionais, surgindo como uma resposta aos fluxos migratórios advindos do elevado grau de perseguição política à época em vigor, decorrente dos numerosos regimes ditatoriais que se encontravam no poder.

As décadas de 1960 a 1980 trazem lembranças de violenta repressão e brutalidade, que consequentemente resultaram em um aumento vertiginoso do número de refugiados. De acordo com Francielli Morêz, Bacharela em Direito pela PUCPR e Mestre em Direitos Humanos, Interculturalidade e Desenvolvimento pela Universidade Pablo de Olavide, Espanha, estima-se que, ao longo de tal interregno de 20 anos, apenas a América Central contou com mais de 2 milhões de deslocados, dos quais, apenas 150 mil eram abrangidos como refugiados à luz da Convenção de 1951 (MORÊZ, 2009). Referido cenário exigiu uma resposta da região, mediante um esforço coordenado, visando construir um regramento jurídico internacional capaz de efetivamente proteger àqueles em situação de refúgio.

3 Seguidamente denominado Protocolo de 1967.

3 | DAS POLÍTICAS DE RECEPÇÃO DE POPULAÇÕES DE REFUGIADOS NO BRASIL

Em âmbito nacional, em decorrência da redemocratização brasileira, havida em 1985, e em cumprimento da extensiva gama de direitos e garantias, individuais e coletivos, previstos pela Constituição Federal de 1988, o Brasil se dedicou a uma série de políticas voltadas à proteção e inclusão dos refugiados. Referidas promessas se demonstram a partir da análise do Programa Nacional de Direitos Humanos. Lançado em 1996 pelo Governo Fernando Henrique Cardoso, aludido Programa previa a criação de um regramento interno dedicado à proteção dos refugiados (ALMEIDA, 2001), que ensejou na edição da Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997.

Também conhecida como "Estatuto do Refugiado", a Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997 é concebida como um marco no ordenamento jurídico brasileiro, não apenas por incluir em seu regramento interno as convenções e tratados de Direito Internacional sobre a matéria, mas inclusive por assumir a definição ampliada de refugiado, de modo a efetivamente expandir o rol previsto na Convenção de 1951. Seus regramentos instituem a série de procedimentos necessários para a obtenção do *status* de refugiado, para que o solicitante posteriormente torne-se apto para solicitar a entrada no Brasil em virtude de sua condição.

Aludida Lei, elaborada por funcionários do ACNUR, juntamente de representantes do Governo Brasileiro, previa a criação do Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE), e, juntamente da Constituição Federal de 1988, proveria o necessário respaldo normativo para a tutela dos direitos dos refugiados em solo brasileiro.

Sob este prisma, cumpre elencar o número de solicitantes de refúgio no Brasil, conforme dados recolhidos pela Polícia Federal. O período abrangido por 2011 e 2020 conheceu o expressivo número de 265.729 indivíduos que solicitaram refúgio no país, dos quais, 94,3% tiveram seu *status* de refugiado efetivamente reconhecido pelas autoridades competentes. Tem-se que tal expressivo fluxo migratório deva-se, sobretudo, à Grave e Generalizada Violação dos Direitos Humanos (GGVDH) – condição criada pelo CONARE em 14 de junho de 2019, como um meio de se adotar políticas públicas de acolhimento e inclusão especialmente voltadas à crise humanitária que há anos acomete a Venezuela (SILVA; CAVALCANTI; et ali, 2001).

Justamente em razão da instabilidade vivenciada pelo vizinho ao norte, os nacionais da Venezuela compõem 46.412 de supracitado contingente, superando com larga margem os outros dois grupos mais numerosos, portanto, de 3.594 sírios, seguidos de 1.050 congoleses[4].

Há de se salientar que, no ano de 2020, apesar de se tratar do período em que a Pandemia de COVID-19 iniciou a afetar toda a humanidade, o número de refugiados

4 Advindos da República Democrática do Congo.

manteve-se consideravelmente expressivo, considerando a existência de 28.899 requerimentos de refúgio deferidos apresentados ao Brasil, de acordo com a Polícia Federal (SILVA; CAVALCANTI; et ali, 2001). Entretanto, os pedidos de refúgio apresentam um expressivo decréscimo em relação ao ano anterior, de 2019, que contabilizou 82.552 migrantes – uma diferença de 65% entre os dois períodos (SILVA; CAVALCANTI; et ali, 2001).

No que se refere ao gênero dos refugiados, os homens compuseram a maioria, totalizando 61,9%, ao passo que as mulheres representavam 36,8%. Boa parte dessa população encontra-se predominantemente na faixa etária de 25 a 39 anos - 50% no caso dos homens, e 44,3% das mulheres (SILVA; CAVALCANTI; et ali, 2001).

Quanto a distribuição geográfica, a maioria dos migrantes solicitaram refúgio na região Norte do país, sendo que apenas o estado de Roraima somou 59,9% de todos os pedidos, seguido do estado de Amazonas, com 10,1% (SILVA; CAVALCANTI; et ali, 2001).

A resposta à referido movimento populacional mostra-se débil por todo o país. Neste sentido, tem-se que, no ano de 2018, apenas 75 municípios brasileiros possuíam mecanismos de cooperação com as demais esferas do governo na promoção de políticas públicas voltadas ao acolhimento dos refugiados, enquanto 58 municípios contavam com abrigos para esta população, e somente quatro dos principais municípios de residência de imigrantes, refugiados e solicitantes lhes ofertavam cursos de português (SILVA; CAVALCANTI; et ali, 2001).

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A despeito da considerável gama de direitos e garantias dos refugiados no Brasil, permanece um desafio a sua efetiva proteção e integração na sociedade brasileira.

Tal cenário é diagnosticado pelos próprios refugiados no Brasil, através do relatório “Vozes das Pessoas Refugiadas no Brasil”, produzido pelo ACNUR no ano de 2020, mediante a participação de 644 pessoas (ACNUR, 2020).

Dentre as dificuldades experimentadas, as cinco principais trataram da geração de renda e autossuficiência, violência e riscos na comunidade, acesso à moradia, água, saneamento e higiene, saúde e, finalmente, educação.

No que se refere às possíveis soluções, o ACNUR salienta a importância de se fortalecer a oferta de cursos de língua portuguesa, que, associados à um ensino voltado à profissionalização, permitiriam aos refugiados ferramentas basilares para atingir a autossuficiência, o acesso à moradia, e a integração com a sociedade em geral. Há, inclusive, especial ênfase às ações de conscientização da população refugiada quanto a seus direitos, abrangendo tópicos que lhe são relevantes, como situações de violência, recolhimento de documentação, revalidação de diplomas e acesso à educação em geral. Finalmente, o diagnóstico participativo observou como relevante a necessidade

de se divulgar informações sobre programas assistenciais atualmente em curso, visando beneficiar a população em comento.

Pode-se, por fim, concluir que tais informações sobre os refugiados em solo nacional, quando associados aos dados que versam sobre as políticas destinadas a este contingente populacional, demonstram uma falha por parte do Brasil em efetivamente acolher àqueles que buscam refúgio. A debilidade brasileira neste assunto atesta, de modo cristalino, uma falha em honrar os compromissos internos e externos constituídos pela nação; evidenciam ainda que o mero ato de "não devolver" o refugiado a seu local de origem é insuficiente para a efetiva solução de crises migratórias.

REFERÊNCIAS

ACNUR. **Histórico**. Disponível em: https://www.acnur.org/portugues/historico/. Acesso em: 06 jun. 2022.

ACNUR. **Vozes das Pessoas Refugiadas no Brasil**. 2020. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2021/06/ACNUR-Relatorio-Vozes-das-Pessoas-Refugiadas-reduzido.pdf>. Acesso em: 07 jul. 2022.

_______. **CONVENÇÃO DE 1951**. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/convencao-de-1951/>. Acesso em: 05 jun. 2022.

_______. **ESTATUTO DO ACNUR**. Disponível em: <https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BD_Legal/Instrumentos_Internacionais/Estatuto_ACNUR.pdf?file=fileadmin/Documentos/portugues/BD_Legal/Instrumentos_Internacionais/Estatuto_ACNUR>. Acesso em: 06 jun. 2022.

ARMENIAN NATIONAL INSTITUTE. **Comemoration of the Armenian genocide of 1915**, 1998. Disponível em: https://www.armenian-genocide.org/Affirmation.153/current_category.7/affirmation_detail.html. Acesso em: 02 abr. 2022.

ALMEIDA, Guilherme Assis de. **Direitos Humanos e não-violência.** São Paulo: Atlas, 2001, p. 128.

CONVENÇÃO RELATIVA AO ESTATUTO DOS REFUGIADOS. Disponível em: <https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Convencao_relativa_ao_Estatuto_dos_Refugiados.pdf>. Acesso em: 05 jun. 2022.

FOSTER, Michelle.; HATHAWAY, James. C. **The Law of Refugee Status**. Cambridge: Cambridge University Press, 2014, p. 17

GÖCEK, F. M. **Denial of violence: Ottoman past, Turkish present and collective violence against the Armenians, 1789-2009**, p. 1. Nova York, NY, EUA: Oxford University Press, 2015.

LEAGUE OF NATIONS, **Provisional Arrangement concerning the Status of Refugees Coming from Germany**, 4 July 1936, League of Nations Treaty Series, Vol. CLXXI, No. 3952. Disponível em: <https://www.refworld.org/docid/3dd8d0ae4.html>. Acesso em: 22 abr. 2022.

MARQUES, R. R. C. **O Princípio do Non-Refoulement no Direito Internacional Contemporâneo,** p. 10 e 11. 1ª Ed. Rio de Janeiro, RJ: Editora Lumen Juris, 2018.

MORÊZ, Francielli. **O Refúgio e a Questão da Identificação Oficial dos Refugiados no Brasi** Revista Direitos Fundamentais & Democracia, Curitiba/PR, Vol. 5, p. 10, 2009.

REFUGEES AND STATELESS PERSONS 319 (IV). Disponível em: <https://www.unhcr.org/excom/bgares/3ae69ef54/refugees-stateless-persons.html>. Acesso em: 06 jun. 2022.

SILVA, G. J; CAVALCANTI, L; OLIVEIRA, T; COSTA, L. F. L; MACEDO, M. **Refúgio em Números**, 6ª Edição. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Comitê Nacional para os Refugiados. Brasília, DF: OBMigra, 2021. Disponível em: <https://www.justica.gov.br/seus-direitos/refugio/refugio-em-numeros>. Acesso em: 23 jan. 2022.

SILVA, G. J; CAVALCANTI, L; OLIVEIRA, T; COSTA, L. F. L; MACEDO, M. **Resumo Executivo - Refúgio em Números**, 6ª Edição. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Comitê Nacional para os Refugiados. Brasília, DF: OBMigra, p. 4, 2021. Disponível em: < https://www.justica.gov.br/seus-direitos/refugio/refugio-em-numeros >. Acesso em: 23 jan. 2022.

SOBRE A ORGANIZADORA

SORAYA ARAUJO UCHOA CAVALCANTI - Doutorado (2015) e Mestrado (2001) em Serviço Social pela UFPE, Especialista em Serviço Social, Direitos Sociais e Competências Profissionais pela UNB. Atua na Saúde Pública há duas décadas no Sistema Único de Saúde – SUS, acompanhando Discentes e Residentes em Saúde. Coordena a Residência Multiprofissional na Rede de Atenção Psicossocial da Secretaria de Saúde da Cidade do Recife, exercendo a docência em nível de Pós Graduação na modalidade de Residência nas disciplinas de Bioética, Promoção da Saúde, Segurança do Paciente no contexto da Rede de Atenção Psicossocial – RAPS, Política de Saúde e Saúde Mental, Álcool e outras Drogas, dentre outras. Coordena o *Programa de Extensão Saberes e Práticas no SUS: Discutindo Promoção da Saúde*, na Universidade de Pernambuco, com atividades iniciadas em 2016, ainda no formato de projeto de extensão, enquanto devolutiva do processo de doutorado, orientando discentes e Residentes na área de saúde em atividades de extensão universitária incluindo orientação de monitoria voluntária em cursos e eventos de extensão; desenvolvendo atividades formativas – cursos, grupos de estudos, encontros, oficinas e outros – voltadas para a qualificação de recursos humanos e melhoria da qualidade dos serviços prestados à população usuária do SUS. Coordena o Ciclo de Estudos e Debates em Saúde Pública, atividade de extensão, que tem dentre os seus objetivos incentivar a produção acadêmica através de estudos, pesquisas e produção de textos com vistas à popularização da ciência e tecnologia. O *Programa de Extensão Saberes e Práticas no SUS: Discutindo Promoção da Saúde* atua nas seguintes áreas temáticas: Promoção da Saúde, Prevenção e Enfrentamento das Violências, HIV/AIDS no contexto do enfrentamento da Epidemia, Serviço Social e Políticas Sociais no Brasil; Saberes e Práticas nas Mídias.

ÍNDICE REMISSIVO

P

R

S

T

SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL:

Desafios contemporâneos

www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br
@atenaeditora
www.facebook.com/atenaeditora.com.br

Ano 2022

SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL:

Desafios contemporâneos

www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br
@atenaeditora
www.facebook.com/atenaeditora.com.br

Ano 2022